

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Turismo de Base Comunitária:
Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos

Nathália Hallack Fabrino

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, Maio de 2013

Fabrino, Nathália Hallack

Título: **Turismo de Base Comunitária:** dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos/Nathália Hallack Fabrino.

Brasília, 2013.

185 p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília

1. Turismo de Base Comunitária 2. Teoria 3. Framework de análise 4. Prática I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Nathália Hallack Fabrino

Turismo de Base Comunitária:

Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos

Nathália Hallack Fabrino

Dissertação de mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Elimar Pinheiro do Nascimento, Doutor (CDS/UNB)
(Orientador)

Mauricio de Carvalho Amazonas, Doutor (CDS/UNB)
(Examinador Interno)

Luiz Carlos Spiller Pena, Doutor (CET/UNB)
(Examinador Externo)

Brasília – DF, maio de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que fizeram parte da minha vida nesse período de estudos e que me ajudaram direta ou indiretamente no desenvolvimento deste trabalho. Um agradecimento especial ao Hospital de Queimaduras de Anápolis, pelo apoio durante o meu tratamento. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos concedida. Aos professores e professoras do CDS que me ajudaram a entrar em contato com novos campos de interesse. Em especial ao Professor Mauricio Amazonas, pela sua importante e atenciosa contribuição na minha trajetória do mestrado. A minha turma de mestrado, pela convivência e troca. Ao Professor e orientador Elimar, pela sua imensa capacidade de nos acolher e nos impulsionar na busca de nossas realizações. Obrigada! Aos colegas do Lets, pela amizade e pelas ricas discussões e contribuições no campo do turismo. Em especial a Helena, minha querida amiga, que tanto me apoiou na construção deste trabalho. Ao meu pai e a Adriana, pelo acolhimento e suporte desde a minha chegada em Brasília. Ao Leo, pelo amor e companheirismo. À minha mãe e ao tio Arthur, fontes de inspiração, amor e afeto. Aos meus irmãos, cunhados e cunhadas: Raphael, Fernanda, Letícia, Clóvis, Bernardo, Hanna, Pedro Henrique, Carla e Maria Júlia (minha pequena), pela certeza que estaremos sempre juntos. As minhas afilhadas, Clara e Pilar, e as minhas enteadas, Gabi e Alice, pelo amor e presença. À amiga Carla Fraga, parceira da “vida”. Aos moradores do Assentamento Coqueirinho, Prainha do Canto Verde e Ponta Grossa, por tamanha receptividade durante o trabalho de campo e a Rosinha, da Rede Tucum, pelo aporte no decorrer da pesquisa.

RESUMO

O turismo de base comunitária (TBC) se consolidou no Brasil como uma proposta de desenvolvimento para o turismo na escala local e centrado nos recursos endógenos (humanos, naturais, de infraestrutura) das comunidades interessadas. A literatura ressalta o potencial da atividade em promover a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras. O presente trabalho parte do reconhecimento da visibilidade alcançada pelo TBC na atualidade e da necessidade de se promover uma discussão mais criteriosa sobre essa temática, aproximando o arcabouço teórico (*teoria*) das iniciativas em curso (*práticas*). A pergunta norteadora, em face da carga ideológica contida na literatura sobre o TBC, foi: “as características reputadas ao TBC na teoria estão refletidas nas iniciativas em curso?” O objetivo é o de verificar, por meio de evidências empíricas, a aderência entre a discussão teórico-conceitual do TBC e as suas práticas. Para tanto, desenvolveu-se uma revisão do arcabouço teórico do turismo comunitário, identificando os componentes recorrentes no entendimento do TBC, sob a ótica de seus estudiosos ou atores a ele relacionados: academia, governo, Ongs etc. A análise destes componentes possibilitou o delineamento de seis elementos-chaves (dominialidade, organização comunitária, democratização de oportunidades e repartição de benefícios, integração econômica, interculturalidade e qualidade ambiental) que, por sua vez, receberam critérios e subcritérios correspondentes. A relação de elementos-chaves, critérios e subcritérios originou um *framework* de análise para iniciativas de TBC. Este instrumento foi aplicado, em janeiro de 2013, em três iniciativas integrantes da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum: Prainha do Canto Verde, Assentamento Coqueirinho e Ponta Grossa. A partir dos resultados de campo, concluiu-se que, dos seis elementos-chaves inicialmente testados, apenas dois devam ser considerados como aspectos constituintes do turismo comunitário: Dominialidade e Organização Comunitária.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitário, teoria, *framework* de análise, prática.

ABSTRACT

Community based tourism (CBT) has grown in Brazil as means to local tourism development focused and based upon endogenous resources (human, natural and infrastructural) of interested/engaged communities. Literature emphasizes its potential to promote environmental conservation, cultural heritage values and benefit sharing amongst engaged communities. This study departure from the recognition of today's CBT visibility together with the demand to promote a more rigorous discussion around the theme, bringing closer theory and practice. The central question, in the face of the ideological burden found in CBT's literature was: "are the characteristics of CBT in theory reflected in practices?". The objective was to verify, through empirical evidences, the adherence between theoretical and conceptual debates and the reality of CBT initiatives. Therefore, and upon literature review of the theoretical framework of CBT, recurrent components within it were identified, under the perspective of scholars and other social actors: academia, governments, NGOs etc. The analyses of these components lead to the development of six key-elements (ownership, community organization, opportunities and benefit sharing and democratization, economic integration, interculturality, environmental quality) which were assigned related criteria and sub criteria. The relation between key-elements with their criteria and sub criteria originated the analytical framework of this study for CBT initiatives. The instrument was applied, in January 2013, on three initiatives part of the Ceará Community Based Tourism Net (Rede Cearense de Turismo Comunitário) – Rede Tucum: Prainha do Canto Verde, Assentamento Coqueirinho e Ponta Grossa. Field results showed that from the six key-elements only two shall be considered as fundamental aspects of CBT: ownership and community organization.

Key words: Community based tourism, theory, analytical framework, practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Contribuições do turismo na comunidade.....	33
Figura 02: Emergência do Turismo Situado proposto por Zaoual	38
Figura 03: Projetos selecionados no âmbito do edital de chamada pública MTur/nº. 001/2008	54
Figura 04: Divisão do litoral cearense segundo o PRODETURIS	64
Figura 05: Processo de organização/atuação de comunidades envolvidas no TBC - Ceará	68
Figura 06: Localização das comunidades da Rede Tucum	69
Figura 07: Placa Rede Tucum/Ponta Grossa	73
Figura 08: Placa da Rede Tucum/Prainha do Canto Verde.....	74
Figura 09: Placa da Rede Tucum/Assentamento Coqueirinho.....	74
Figura 10: Placa <i>Tremembé Onlus</i> /Assentamento Coqueirinho	77
Figura 11: Chalés de hospedagem/Assentamento Coqueirinho	77
Figura 12: Restaurante Sabores da Terra/Assentamento Coqueirinho.....	78
Figura 13: Falésias/Ponta Grossa.....	80
Figura 14: Estrada de acesso a Comunidade/Ponta Grossa	81
Figura 15: Placa contra a especulação imobiliária/Ponta Grossa	81
Figura 16: Vila/Prainha do Canto Verde	86
Figura 17: Sede da Associação de Moradores/Prainha do Canto Verde	86
Figura 18: Jangada utilizada na viagem de protesto - S.O.S. Sobrevivência/Prainha do Canto Verde	87
Figura 19: Reportagem Veja/Prainha do Canto Verde	87
Figura 20: Manifestação a favor da Resex Terrestre (01)/Prainha do Canto Verde	88
Figura 21: Manifestação a favor da Resex Terrestre (02)/Prainha do Canto Verde	88
Figura 22: Manifestação contra a Resex Terrestre/Prainha do Canto Verde.....	89
Figura 23: Sede da nova Associação/Prainha do Canto Verde.....	89
Figura 24: Mapa das comunidades de estudo	91
Figura 25: Estrutura lógica do estudo	92
Figura 26: Elementos-Chaves do TBC	93
Figura 27: Veículos estacionados na Barraca Canaã/ Ponta Grossa.....	101
Figura 28: Movimento de veículos na praia/Ponta Grossa	102
Figura 29: Pontos de Venda na praia/Ponta Grossa	102
Figura 30: Placa do Projeto “Marcenaria Estaleiro Escola”/Prainha do Canto Verde	105
Figura 31: “Marcenaria Estaleiro Escola” abandonado/Prainha do Canto Verde	105
Figura 32: Sinalização Pousada e Restaurante Recanto da Mãezinha/Prainha do Canto Verde.....	110
Figura 33: Recanto Verde Pousada/ Prainha do Canto Verde	110
Figura 34: Casa comprada por um italiano/ Prainha do Canto Verde	111
Figura 35: Centralidade da Organização no desenvolvimento do turismo – Assentamento Coqueirinho e Ponta Grossa	113
Figura 36: Estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde.....	116

Figura 37: Associação e as suas três bases.....	118
Figura 38: Chalés financiados pela Fundação da Prainha do Canto Verde/Ponta Grossa.....	122
Figura 39: Relação entre pescadores, atravessadores e restaurantes de Ponta Grossa	131
Figura 40: Horta da Pousada e Restaurante Sol e Mar/Prainha do Canto Verde	131
Figura 41: Bodega fechada/Prainha do Canto Verde	131
Figura 42: Fossas bio-sépticas/Ponta Grossa	137
Figura 43: Cisternas de ferrocimento/Ponta Grossa.....	137
Figura 44: Ponto público de distribuição de água dessalinizada e potável/Ponta Grossa	138
Figura 45: Projeto “De Olho na Água”/Ponta Grossa.....	138
Figura 46: Galpão para depósito temporário do lixo/Prainha do Canto Verde	141
Figura 47: Lixo espalhado na localidade/Prainha do Canto Verde.....	141
Figura 48: Bomba manual/Prainha do Canto Verde	142
Figura 49: Catavento múltiplos/Prainha do Canto Verde.....	142
Figura 50: Covos para captura de lagosta/Ponta Grossa.....	145
Figura 51: Pescadores artesanais no mar/Prainha do Canto Verde	146
Figura 52: APA/Ponta Grossa.....	147
Figura 53: Resex/Prainha do Canto Verde	149
Figura 54: Trilha ecológica/Assentamento Coqueirinho	151
Figura 55: Mandala produtiva/Assentamento Coqueirinho	151
Figura 56: Comunidade x membros envolvidos com a atividade turística	154
Figura 57: Efeitos da dominialidade	155
Figura 58: Nova configuração dos elementos-chaves	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:Experiências Contatadas x Analisadas	56
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Compilação das definições de TBC	19
Quadro 02: Componentes evidenciados nas definições de TBC	23
Quadro 03: Eixos temáticos e matérias de interesse em projetos de TBC	43
Quadro 04: Deficiências da oferta de TBC	44
Quadro 05: Compilação do Relatório Final (2011):.....	57
Quadro 06:Diretrizes para estratégia de comercialização do TBC no Brasil (BURSZTYN E BARTHOLO, 2012)	61
Quadro 07: Iniciativas integrantes da Rede Tucum	70
Quadro 08: Síntese das informações gerais das comunidades de estudo	90
Quadro 09: <i>Framework</i> de análise para iniciativas de TBC	94
Quadro 10: Infraestrutura turística da Prainha do Canto Verde - ano de 2003 x ano de 2013	103
Quadro 11: Empreendimento turísticos de Ponta Grossa. Aspectos das dimensões: propriedade, gestão e mão-de-obra	107
Quadro 12: Empreendimentos/propriedades da Prainha do Canto Verde	108
Quadro 13: Síntese dos resultados – Dominialidade	111
Quadro 14: Informações das Organizações Locais	114
Quadro 15: Código de conduta para o turista	114
Quadro 16: Síntese dos resultados – Organização Comunitária.....	118
Quadro 17: Síntese dos resultados – Democratização de Oportunidades/Repartição de Benefícios	123
Quadro 18: Compilação dos resultados e observações	124
Quadro 19: Síntese dos resultados – Integração Econômica.....	132
Quadro 20: Síntese dos resultados – Interculturalidade.....	135
Quadro 21: Síntese dos resultados – Saneamento Ambiental	143
Quadro 22: Chamadas de reportagens no site da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde	148
Quadro 23: Síntese dos resultados – Manejo dos Recursos Naturais	152

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACOOPAC – Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho
ACTUAR – *Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitario*
AITR – *Associazione Italiana Turismo Responsabile*
AMPG – Associação de Moradores de Ponta Grossa
APA – Área de Proteção Ambiental
APAAC – Associação dos Parceiros Autônomos do Assentamento Coqueirinho
APIAC – Associação dos Parceiros Individuais do Assentamento Coqueirinho
APL – Arranjo Produtivo Local
APL.Com – Arranjo Socioprodutivo de Base Local
ASTUMAC – Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura
CBTI – *Community Benefit Tourism Initiatives*
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
COOPENCANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato
COOPRENA – *Consortio Cooperativo Red Ecoturística Nacional*
COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CT – Conselho de Turismo
CTC – Conselho de Turismo Comunitário
DCPAT – Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo
DPMKT – Departamento de Promoção e Marketing Nacional
ENTBL – Encontro de Turismo de Base Local
FEPTCE – *Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador*
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IVT – Instituto Virtual do Turismo
LTDS – Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Mtur – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONG – Organização Não Governamental
PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará
PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RESEX – Reserva Extrativista
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SNPDTur – Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
TBC – Turismo de Base Comunitária
TRS – *Tourism Revenue-Sharing Schemes*
TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário
TURISOL – Rede Brasileira de Turismo Comunitário
UC – Unidade de Conservação
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO – *United Nations Organization for Education, Science and Culture*
WWF – *World Wild Life Found*

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE..... 17

1.1 TBC: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PREMISSAS 17

1.2 TBC: INTERFACE COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A SUSTENTABILIDADE 28

1.3 TBC E OS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO 38

CAPÍTULO 2: CRÍTICAS E DESAFIOS DO TBC..... 41

2.1 DESAFIOS E OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TBC..... 41

2.2 TBC E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO 44

2.3 TBC NA AMÉRICA LATINA 46

2.4 TBC NO CONTEXTO AFRICANO 47

2.5. INICIATIVAS DE TURISMO QUE BENEFICIAM AS COMUNIDADES..... 48

CAPÍTULO 3: TBC NO CONTEXTO BRASILEIRO 50

3.1 A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO TBC NO BRASIL 50

3.2 O EDITAL Nº 01/2008 52

3.3 MONITORAMENTO DOS PROJETOS – EDITAL Nº 01/2008 55

3.4 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO TBC NO BRASIL..... 59

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E ABORDAGEM METODOLÓGICA 63

4.1 CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO CEARÁ 63

4.2 REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO - REDE TUCUM 69

4.3 ASSENTAMENTO COQUEIRINHO 75

4.4 PONTA GROSSA 78

4.5 PRAINHA DO CANTO VERDE 82

4.6 ESTRUTURA LÓGICA DO ESTUDO	92
4.7 APRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS-CHAVES, CRITÉRIOS E SUBCRITÉRIOS ..	92
4.8 FASES DA PESQUISA	95
CAPÍTULO 5: RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS ELEMENTOS-CHAVES, CRITÉRIOS E SUBCRITÉRIOS.....	99
5.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS COMUNIDADES DE ESTUDO	99
5.2 ELEMENTO-CHAVE: DOMINIALIDADE	106
5.3 ELEMENTO-CHAVE: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	112
5.4 ELEMENTO-CHAVE: DEMOCRATIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS	119
5.5 ELEMENTO-CHAVE: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	127
5.6 ELEMENTO-CHAVE: INTERCULTURALIDADE	133
5.7 ELEMENTOS-CHAVE: QUALIDADE AMBIENTAL	135
5.7.1 SANEAMENTO AMBIENTAL	135
5.7.2 MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS	143
CAPÍTULO 6: REVISITANDO A TEORIA APÓS O CAMPO	153
6.1 ELEMENTO-CHAVE: DOMINIALIDADE	153
6.2 ELEMENTO-CHAVE: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	155
6.3 ELEMENTO-CHAVE: DEMOCRATIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS	157
6.4 ELEMENTO-CHAVE: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	159
6.5 ELEMENTO-CHAVE: INTERCULTURALIDADE	160
6.6 ELEMENTOS-CHAVE: QUALIDADE AMBIENTAL	162
CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE	175
ANEXO	184

INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, se consolidou na última década no Brasil como um modelo de desenvolvimento do turismo centrado nos recursos (humanos, naturais, de infraestrutura) endógenos. Nesta proposta, a comunidade local participa diretamente da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo.

Se, no passado, a reflexão sobre o TBC no Brasil trouxe consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das tendências políticas públicas nacionais e internacionais, nos últimos anos, a convergência de uma série de debates surgidos em âmbito nacional e internacional – que abrangem temas como a inclusão social, capital social, participação, governança, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental etc. – conduz o turismo comunitário para o centro das discussões. O lançamento do Edital 01/2008 pelo Ministério do Turismo (MTur), voltado para o financiamento específico do turismo comunitário, reflete as ações do poder público federal no apoio de um outro modelo de turismo. A chamada contou com a inscrição de quinhentas propostas de todo Brasil, das quais cinquenta foram selecionadas.

A reflexão inicial - que motivou o delineamento deste estudo - parte do reconhecimento da visibilidade alcançada pelo TBC na atualidade. Na literatura científica, debates políticos, arcabouços institucionais e programas oficiais de fomento, o TBC é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local. No entanto, acredita-se que essa discussão esteja mais apoiada em bases ideológicas (campo etéreo) e menos associada a evidências empíricas (realidade). Nesta perspectiva, é necessário promover um debate menos entusiasmado e mais criterioso em torno do turismo comunitário, instituindo parâmetros, sistematizando experiências e reconhecendo o alcance e os limites dessa proposta. O caminho para a promoção de um debate mais rigoroso passa por uma aproximação científica entre os fundamentos teóricos do TBC e as suas práticas. Somente a partir da análise/avaliação das iniciativas em curso poderemos compreender o que, de fato, demonstra ser factível e exequível.

Reconhece-se, assim, a possibilidade de possíveis desencontros entre a teoria e as práticas de TBC. Tal desencontro decorre de dois processos distintos: um refere-se à reflexão teórica do TBC, ou seja, a construção de sua moldura conceitual e institucional; o outro se relaciona a *práxis* do TBC, isto é, à sua concretude no seio dos eventos sociais de uma dada comunidade. Das especificidades de cada um desses processos emerge o “hiato” que, comumente, se estabelece entre o meio acadêmico - aquele que discute e escreve

uma determinada estrutura conceitual/institucional - e as iniciativas em curso - que correspondem a realidade das operações, eventos e processos do dia-a-dia.

A partir desses questionamentos, as perguntas norteadoras do presente trabalho são: **as características reputadas ao TBC na teoria estão refletidas nas iniciativas em curso? Ou seja, há um (des) encontro entre a teoria e a prática?** Isto posto, o estudo tem como **objetivo geral verificar, por meio de evidências empíricas, a aderência entre a discussão teórico-conceitual do TBC e as suas práticas**. Para tanto, a partir de uma revisão teórico-conceitual do TBC, desenvolveu-se um *framework* de análise voltado para as iniciativas de turismo comunitário. Destarte, este é um estudo aplicado, de caráter analítico-descritivo, cujo propósito é aproximar a teoria e a prática do turismo comunitário, discutindo as interfaces e os hiatos estabelecidos entre essas duas dimensões. A consolidação do objetivo geral ensejou o alcance de três objetivos específicos, a saber:

- (i) O desenvolvimento de um *framework* de análise para iniciativas de TBC, a partir do arcabouço teórico consolidado em torno deste tema;
- (ii) A aplicação do *framework* de análise em três experiências de turismo comunitário;
- (iii) A discussão da pertinência do arcabouço teórico *vis-à-vis* os resultados de campo.

Cabe ressaltar que o *framework* de análise foi desenvolvido com base nos fundamentos teóricos e conceituais do turismo comunitário, ou seja, nas suas premissas e princípios expostos na literatura especializada. A inovação desta abordagem está na proposição de um instrumento de análise/avaliação enraizada nas noções inerentes ao campo de estudo do TBC, e não na importação de critérios de outros campos e/ou experiências.

Para a pesquisa de campo foram selecionadas três comunidades integrantes da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário: Prainha do Canto Verde, Assentamento Coqueirinho e Ponta Grossa. Lançada em maio de 2008, como parte da programação oficial do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (Fortaleza - CE), a Rede representa como um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará.

A dissertação está dividida em cinco capítulos que trazem a revisão de literatura sobre a temática do turismo comunitário (capítulos 01 e 02); a caracterização da área de estudo e a abordagem metodológica (capítulo 03); os resultados da pesquisa de campo (capítulo 04), e as considerações sobre os resultados de campo frente ao arcabouço teórico-conceitual considerado (capítulo 05).

O **capítulo 01** discute os conceitos, princípios e premissas do turismo comunitário, dando especial atenção às suas relações com o desenvolvimento local e a sustentabilidade.

O capítulo se encerra com a apresentação da teoria dos *sítios simbólicos de pertencimento*, de Hassan Zaoual, e a sua interface com o TBC.

O **capítulo 02** apresenta os trabalhos de pesquisadores que assumem visões críticas com relação ao turismo comunitário. Aqui, fragilidades conceituais são evidenciadas, bem como as dificuldades de inserção de tais iniciativas no mercado.

O **capítulo 03** trata da temática do TBC no contexto brasileiro, enfatizando a emergência e o desenvolvimento dessa proposta no país.

O **capítulo 04** caracteriza a área selecionada para o estudo. Parte-se de um entendimento mais amplo sobre o processo de desenvolvimento turístico no litoral cearense, para, no final, apresentar as três comunidades selecionadas para o trabalho de campo: Prainha do Canto Verde, Assentamento Coqueirinho e Ponta Grossa. Tais localidades situam-se no litoral leste do Ceará e integram a Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum. Em seguida, discute-se a abordagem metodológica do trabalho. A partir do desenvolvimento de seis elementos-chaves para o TBC (dominialidade, organização comunitária, democratização de oportunidades e repartição de benefícios, integração econômica, interculturalidade e qualidade ambiental), e de critérios e subcritérios correspondentes a cada elemento, consolidou-se um *framework* de análise que, posteriormente, foi testado nas três iniciativas. O capítulo se encerra com a apresentação das fases da pesquisa e dos métodos de coleta de dados utilizados em campo.

No **capítulo 05** são apresentados os resultados da pesquisa de campo, desenvolvida em janeiro de 2013. As três comunidades foram submetidas ao mesmo *framework* de análise, por meio de consulta às populações locais, possibilitando a verificação de como os 16 parâmetros (entre critérios e subcritérios) propostos estão presentes (ou não) nessas iniciativas.

Finalmente, o **capítulo 06** revisita a teoria a luz dos resultados de campo. A partir das evidências dos elementos-chaves, critérios e subcritérios encontrados nas iniciativas analisadas, este capítulo estabelece um diálogo entre a dimensão teórica e as práticas do turismo comunitário, conduzindo, assim, às conclusões do estudo. Como resultado, acredita-se que essa dissertação oferecerá uma contribuição conceitual e instrumental para o campo de investigação do turismo comunitário.

CAPÍTULO 1: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE

Este capítulo apresenta os conceitos, princípios e premissas do TBC a partir da visão de diferentes segmentos: acadêmicos, governamentais e da sociedade civil. Embora se reconheça a amplitude conceitual desta temática, verifica-se uma convergência de princípios que abrangem as dimensões ambiental, cultural, social e econômica. Em seguida, discute-se a interface do TBC com dois campos teóricos: o do desenvolvimento local e o da sustentabilidade. O final do capítulo apresenta a convergência entre o turismo comunitário e a *teoria dos sítios simbólicos de pertencimento*, proposta por Hassan Zaoual.

1.1 TBC: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PREMISSAS

Atualmente presencia-se um significativo avanço de atividades turísticas em comunidades¹ de diferentes conformações. Estas iniciativas se apresentam de inúmeras formas, considerando a diversidade e a complexidade das realidades locais. No entanto, percebe-se, como um elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo. Para tais experiências têm se atribuído genericamente o título de turismo de base comunitária – TBC ou turismo comunitário (LTDS, 2011).

Embora não haja uma definição amplamente aceita do TBC, as perspectivas teóricas sobre o tema apresentam similaridade de princípios e abrangem dimensões antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, históricas, psicológicas e ambientais. Segundo o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), da COPPE/UFRJ (2011, p. 07):

A extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostos pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros.

¹ Não há uma definição hegemônica de comunidade, Mocellim (2011), entretanto, observa que, seja no uso cotidiano, seja entre os teóricos sociais, comunidade é um conceito que evoca algo “positivo”. A palavra comunidade sugere uma forma de relacionamento caracterizada por altos graus de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social. A questão do espaço também é importante na caracterização da comunidade, pois esta é localizada e envolve tanto vínculos de proximidade espacial, quanto de proximidade emocional. O autor ainda (2011, p.109) ressalta que é comum a conceituação de comunidade em oposição à de sociedade: “[...] enquanto a comunidade é tradicional, a sociedade é moderna; enquanto a comunidade agrega, a sociedade desagrega [...]”.

A falta de consenso no campo conceitual do turismo comunitário, segundo o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2010), resulta da heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental (ONG), responsável por organizar e viabilizar a experiência. Todavia, o MTur (BRASIL, 2010) traça como princípios comuns entre as diversas definições: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Na tentativa de ilustrar essa amplitude conceitual, o **quadro 01** reúne algumas terminologias, e suas respectivas definições, apresentadas por diferentes segmentos. O quadro é dividido em segmentos, instituição/ iniciativa/ autor, terminologia e definição. O **quadro 02** buscou sistematizar as diversas definições apresentadas no quadro 01, possibilitando, desta forma, uma análise geral dos componentes integrantes de cada definição, além da comparação entre elas.

Segmento	Instituição/iniciativa/autor	Terminologia	Definição
ONG	WWF - <i>World Wild Life Found</i> <i>ONG - atuante em 100 países - dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade.</i>	Ecoturismo Comunitário	<i>“Este es un tipo de ecoturismo en el que la comunidad local tiene un control sustancial, y participa en, su desarrollo y manejo, y una importante proporción de los beneficios se quedan en la comunidad.”</i> (WWF-International, 2001, p. 2).
	Projeto Bagagem <i>ONG que visa a criação de uma Rede de Economia Solidária de Turismo comunitário. Tem como principal estratégia o apoio à criação de roteiros turísticos que beneficiem as comunidades visitadas, por meio da geração de renda e participação direta da população local.</i>	Turismo Comunitário	“Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza.” (http://www.projetobagagem.org)
	Projeto Saúde e Alegria <i>Atua na Amazônia desde 1987 promovendo processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável. Atualmente trabalha em quatro municípios do Oeste do Pará (Belterra, Aveiro, Juruti e Santarém), atendendo cerca de 30 mil pessoas, em sua maioria, povos tradicionais extrativistas.</i>	Ecoturismo de Base Comunitária	“Baseado nos princípios da economia solidária, o turismo de base comunitária se apresenta como alternativa aos projetos de turismo convencional, como uma oportunidade importante de atividade integrada à valorização de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e da promoção da interculturalidade.” (http://www.saudeealegria.org.br)

Experiências	Fazenda Modelo Quilombo D'Oiti <i>Centro de desenvolvimento afro comunitário - localizado em Itacaré-BA - baseado na aprendizagem auto sustentável, que prioriza princípios étnicos, ecológicos, socioeconômicos, espirituais e culturais. A Fazenda é um modelo de empreendedorismo defensor da população negra e quilombola, que contempla a participação de pessoas da comunidade em todo o processo de planejamento turístico.</i>	Turismo Étnico de Base Comunitária	“O TEBC configura um modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação de membros da comunidade predomina em todo processo decisório. Esse modelo de turismo trabalha por harmonizar objetivos ambientais, culturais, sociais e econômicos gerando roteiros de baixo impacto e garantindo que a atividade turística seja um fortalecedor de ancestralidade. O Turismo Comunitário preza pela troca de conhecimentos e experiências, redirecionando a atividade para a perspectiva de compartilhamento de saberes, de histórias de vidas e de comunidades.” (http://www.turismoafro.com.br)
	Prainha do Canto Verde <i>Comunidade pesqueira - localizada no litoral leste do Ceará, município de Beberibe – que desenvolve o turismo comunitário em seu território desde 1997.</i>	Turismo Comunitário	“Turismo Comunitário é uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território.” (http://prainhadocantoverde.org)
Redes	T TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário <i>Projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará. Atualmente conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza.</i>	Turismo de Base Comunitária	“O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.” (http://www.tucum.org/)

	TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário <i>Composta por Organizações que se uniram com a missão de fortalecer o turismo comunitário no Brasil. Composta por 23 iniciativas, localizadas em 10 estados do Brasil.</i>	Turismo Comunitário	“Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes.” (http://turisol.wordpress.com/)
Associação e Federação	ACTUAR - Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitário <i>Surgiu em 2001, durante o 1º Encontro de Ecoturismo, organizado pelo Programa de Pequenos Subsídios da Organização das Nações Unidas – ONU. Já apoiou mais de 50 iniciativas de turismo comunitário.</i>	Turismo Rural Comunitário	<i>“El turismo rural comunitário se compone de experiencias turísticas planificadas e integradas sosteniblemente al medio rural y desarrolladas por los pobladores locales organizados para beneficio de la comunidad.”</i> (http://www.actuarcostarica.com)
	FEPTCE - Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador <i>Tem como objetivo fortalecer as experiências de turismo comunitário no Equador. Criou o “Centro de Formación Turística e Interaprendizajes” para reunir as experiências de diferentes comunidades que desenvolvem o TBC no país.</i>	Turismo Comunitário	<i>“Es la relación de la comunidad con los visitantes desde una perspectiva intercultural en el desarrollo de viajes organizados, con la participación consensuada de sus miembros, garantizando el manejo adecuado de los recursos naturales, la valoración de sus Patrimonios, los derechos culturales y territoriales de las Nacionalidades y Pueblos, para la distribución equitativa de los beneficios generados.”</i> (http://www.feptce.org)
Governo	Ministério do Turismo (MTur-Brasil)	Turismo de Base Comunitária	“Busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.” (2008, p.01)

	Governo Boliviano	Turismo de Base Comunitária	<i>“Es un modelo alternativo de gestión turística, endógena y autónoma, manejado por las organizaciones comunitarias rurales-indígenas y urbanas, en el marco de la diversificación económica de sus sistemas productivos y la administración integral del desarrollo en sus territorios originários.”</i> (apud Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 146)
Academia	Maldonado	Turismo Comunitário	“Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.” (2009,p.31)
	Coriolano	Turismo Comunitário	“O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo.” (2009, p.282)
	Sampaio <i>et all</i>	Turismo comunitário, solidário e sustentável	“Apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços.” (2011, p. 27)

Quadro 01 - Compilação das definições de TBC

Fonte: Elaborado pela autora

Segmento	ONG			Experiência		Rede		Associação e Federação		Setor Público		Academia		
Componentes	WWF	Bagagem	Saúde e Alegria	Quilombo D'Oiti	Canto Verde	TUCUM	TURISOL	ACTUAR	FEPTCE	MTur	Gov. Boliviano	Maldonado	Coriolano	Sampaio
1- Organização/ controle gestão/ participação comunitária														
2- Geração/distribuição de benefícios para a comunidade														
3- Valorização do modo de vida/cultura local														
4- Incorporação da dimensão ambiental														
5- Economia solidária														
6- Integração econômica														
7- Interculturalidade														

Quadro 02- Componentes evidenciados nas definições de TBC

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à terminologia (**quadro 01**), encontramos o TBC associado a alguns segmentos do turismo – ecoturismo, turismo rural e turismo étnico. É importante ressaltar que o TBC não representa mais um segmento de mercado, e sim uma proposta de desenvolvimento para o turismo, apoiado em bases endógenas, que pode ser pensada a partir de diversos segmentos.

O **componente 01** (Organização/ controle gestão/ participação comunitária), do quadro 02, foi citado em praticamente todas as definições. O protagonismo da comunidade é o elemento fundamental do TBC. Parte-se da premissa que os atores sociais participam de todas as etapas de planejamento e implementação dos projetos. Os atores externos funcionam como indutores do processo, atuando a partir de motivações endógenas. O apoio externo tem se mostrado fundamental no desenvolvimento do TBC, que depende da orientação efetiva de entidades especializadas, como universidades e ONGs.

A dimensão ambiental e cultural (**componente 03 e 04**) são os elementos sustentadores da proposta do TBC, considerando que todos os atrativos, serviços e produtos oferecidos estão intimamente ligados com a relação da comunidade com os seus recursos naturais, suas atividades tradicionais e seus modos de vida. O grande diferencial do TBC recai justamente na possibilidade do turista conhecer e interagir com as dinâmicas comunitárias. Outro ponto destacado em algumas definições relaciona-se com a prática da interculturalidade (**componente 07**). O TBC parte do princípio de uma relação horizontal entre “quem recebe” e “quem visita”, sendo o diálogo, a troca e o compartilhamento de vivências a base desse “encontro”.

A geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras (**componente 02**) também representa um componente de destaque. Algumas definições vão além, defendendo que o turismo comunitário deve se comprometer a dividir os benefícios advindos do turismo entre os membros da comunidade. Há, ainda, àqueles que associam o TBC às práticas da economia solidária² (**componente 05**), que tem como princípios a autogestão, a democracia, a participação, a cooperação e a distribuição igualitária.

Com relação ao **componente 06** (Integração econômica), embora citado apenas pelos autores Maldonado e Coriolano, por meio das expressões APL (arranjo produtivo local) e APL.Com³ (arranjo socioprodutivo de base local), destaca-se como um elemento

² Para Singer (2010), o capitalismo é um modo de produção cujos princípios básicos são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A economia solidária, por sua vez, refere-se a outro modo de produção, caracterizada pela propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

³ Segundo Sampaio et. al. (2008) o APL é caracterizado pela gestão interorganizacional de uma determinada territorialidade sócio-política-econômica que, com base em um conjunto específico de atividades econômicas, desencadeia uma dialética entre cooperação e competição. O Arranjo Socioprodutivo de Base Local (APL.Com), por sua vez, se destaca por sua ênfase associativa comunitária e por sua inspiração na economia solidária:

importante na concepção do TBC. Um dos princípios desta proposta refere-se à integração do turismo na dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais. Outro aspecto de destaque é o entendimento do TBC como uma atividade econômica complementar da comunidade, e não a atividade principal. Aqui, temos duas características: complementaridade e insubstituibilidade. Elas supõem que a atividade turística não irá se desenvolver ao ponto de reduzir ou eliminar as outras atividades econômicas existentes na localidade. O desenvolvimento do turismo no âmbito de um arranjo socioprodutivo encontra condições favoráveis, se valendo de sinergias pré-existentes. Para Lenz (2011), o turismo comunitário e o arranjo socioprodutivo de base local encontram-se imbricados, ambos se desenvolvem no contexto territorial: de um lado, o turismo se beneficia das sinergias existentes no arranjo, de outro, as atividades desenvolvidas no arranjo são fomentadas a partir dos incentivos provenientes da atividade turística. Neste sentido, o APL.Com potencializa o TBC, e vice-versa. Tendo como premissa a integração com as demais atividades econômicas de uma localidade, o turismo comunitário acaba por propiciar o fortalecimento de atividades tradicionais - pois estas se tornam seus principais atrativos. Estabelece-se, assim, uma relação interdependente que se alimenta positivamente nas duas direções: o turismo encontra nas atividades tradicionais os elementos fundamentais que alicerçam seu desenvolvimento; e as atividades tradicionais, por sua vez, encontram nas instituições engendradas no turismo um meio para fortalecer as suas próprias práticas, técnicas e modos.

Outros autores, embora não apresentem diretamente uma definição para o TBC, discutem em seus trabalhos os princípios, premissas, objetivos e componentes desta proposta:

Dixey⁴, diante da falta de consenso para este termo, adotou a definição proposta por Mike Fabricius⁵, para quem o TBC ocorre:

. sempre que a comunidade local tem o uso e/ou direitos de propriedade dos recursos (tangíveis e intangíveis) utilizado para fins turísticos;

“Trata de redes de organizações socioprodutivas locais, qualificadas como associativas, comunitárias ou de socioempreendedorismo individual, prescindindo de responsabilidade socioambiental, articuladas em arranjos institucionais, e que se reconhecem como território e que valorizam o conhecimento tradicional-comunitário, caracterizado pela capacidade de gerar demandas e propostas que não se distanciam nem se desvinculam das nuances e peculiaridades do cotidiano, a partir do olhar das próprias pessoas.” (Sampaio et al, 2008, p.245)

⁴ Conteúdo retirado da entrevista de Dixey concedida ao Instituto Virtual de Turismo - IVT (sem data), disponível em <http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=11623&cat=%C2%A0&ws=0>

⁵ Mike Fabricius, consultor internacional desde 2004, é um experiente gerente, comerciante e empresário, que desempenhou um papel de liderança no desenvolvimento da indústria do turismo Sul Africano.

. sempre que a comunidade local, por meio de uma entidade representante legal, desempenha um papel direto na tomada de decisão, direção e gestão dos recursos turísticos, e

. sempre que o objetivo seja que a comunidade receba benefícios líquidos diretamente e/ou indiretamente de iniciativas de turismo.

No entendimento de Hiwasaki (2006), o turismo comunitário se traduz em quatro objetivos: (i) qualificação e posse, refere-se à participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo; (ii) conservação dos recursos, ou seja, o turismo deve impactar positivamente na conservação dos recursos naturais e/ou culturais; (iii) desenvolvimento econômico e social, concerne na geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local; (iv) qualidade na experiência do visitante, focado no compromisso de assegurar ao visitante uma experiência de qualidade e comprometida com a responsabilidade social e ambiental.

Segundo Sansolo e Bursztyn (2009), a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras são os componentes sustentadores desta proposta de turismo. Para os autores, o turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado, e sim a possibilidade de um novo paradigma para o turismo. O potencial da atividade não se restringe aos benefícios econômicos, contribuindo também para o processo de revalorização da identidade cultural e para a manutenção do modo de vida das populações tradicionais⁶.

Bursztyn et. al. (2009, p.86) afirmam que o turismo de base comunitária se contrapõe ao turismo massificado, “requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar”. Se comparado ao modelo hegemônico - caracterizado pelo turismo massificado e comprometedor das condições sociais, do meio ambiente e da herança cultural de comunidades tradicionais - o TBC representa a promoção de atividades turísticas enraizadas em um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável. Destacam, ainda, como a sua característica central, a estruturação e o estabelecimento de uma relação dialogal entre visitantes e visitados. “Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista” (BURSZTYN et. al. 2009, p.86).

⁶ As comunidades tradicionais, segundo Diegues (2004), estão relacionadas com uma forma de organização econômica e social baseada na reduzida acumulação de capital. Caracteriza-se por produtores independentes envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como a pesca, a agricultura, a coleta e o artesanato.

O MTur (BRASIL, 2010) analisa o turismo comunitário de uma perspectiva dual: por um lado estas iniciativas são vistas como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes convencionais, por outro, complementam a ordem econômica vigente. Logo, estabelece-se, ao mesmo tempo, uma relação de contraposição e complementaridade.

Irving (2009), por sua vez, defende que o desenvolvimento do turismo comunitário só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo. Na tentativa de se delinear uma conceituação para o turismo comunitário, a autora apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais desta atividade:

(i) *Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local.* O turismo comunitário resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico e que estabelecem com este território uma relação cotidiana de dependência material e simbólica. O protagonismo social - resultante do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre o processo de decisão - assume uma condição essencial para este tipo de turismo.

(ii) *Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos.* Quanto maior o envolvimento local e as estratégias de participação social no planejamento e implementação dos projetos, mais evidentes são os níveis de protagonismo social e a sustentabilidade das iniciativas.

(iii) *Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados.* Parte-se da premissa que o turismo comunitário se desenvolva em escala limitada, definida a partir dos recursos locais. O processo de planejamento deve assegurar a “qualidade” ambiental e social do destino.

(iv) *Geração de benefícios diretos à população local.* Tais iniciativas devem assegurar que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida da própria população.

(v) *Afirmação cultural e interculturalidade.* A valorização da cultura assume importância não como a configuração de um “produto”, mas com o objetivo de afirmação de identidade e pertencimento. O intercâmbio de “quem está” e “quem vem” propicia a relação local-global e a prática da interculturalidade.

(vi) *O “encontro” como condição essencial.* O “encontro” entre identidades assume o sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua. Neste sentido, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos do processo, estabelecendo uma relação de troca, interação, descoberta e retroalimentação.

Segundo Bursztyn et. al. (2009), a reflexão entre as práticas turísticas, em um primeiro momento, nos conduz ao confronto de duas realidades distintas: de um lado

os megaempreendimentos autárquicos, isolados e sem relações vinculantes com as comunidades do território onde estão situados; de outro, os empreendimentos de base comunitária, com sua proposta de reverter os benefícios advindos da atividade turística para as comunidades situacionalmente afetadas. A realidade, entretanto, não é composta apenas por duas cores, e sim de uma policromia e tons variados. Reconhecer o valor das experiências do turismo comunitário não deve ser confundido como uma simples apologia aos empreendimentos de pequena escala. Na tentativa de não cair na vala comum do reducionismo e superficialidade analítica, os autores tecem algumas considerações: (i) As experiências de TBC bem sucedidas não podem ser interpretadas como passíveis de reaplicação em outras localidades e contextos. Tal atitude faria do desenvolvimento situado um objeto de reprodução seriada, ou seja, uma contradição nos próprios termos da questão. (ii) O TBC deve ser encarado em uma perspectiva *possibilista* e não determinista e prescritiva para o desenvolvimento situado e o turismo. Não podemos interpretá-lo como um modelo estanque, com uma configuração fixa e capaz de atender toda e qualquer realidade. (iii) Deve-se, ainda, reconhecer que iniciativas de TBC não estão isentas de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse.

1.2 TBC: INTERFACE COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A SUSTENTABILIDADE

A noção de desenvolvimento local, segundo Fauré e Hasenclever (2007), integra dimensões espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas. Com o propósito de apresentar um esforço síntese, as autoras destacam as três principais dimensões pelas quais definem o desenvolvimento local: endogeneidade, territorialidade e instituições. A endogeneidade refere-se à existência de um potencial de recursos locais, materiais e imateriais, que podem ser explorados e/ou valorizados; a territorialidade pressupõe que, além dos dados físicos, são os atores que constroem, pelas interações entre eles, um espaço de atuação onde as relações são mais densas e produtivas do que aquelas fora deste espaço, e, por fim, a referência às instituições significa que o desenvolvimento local depende também do conjunto das inter-relações, fundadas a partir de valores e crenças, e das organizações.

A proposta do desenvolvimento local se aplica a diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, incluindo desde comunidades e assentamento de reforma agrária, até municípios ou microrregiões homogêneas de porte reduzido (BUARQUE, 1999). Apoiado em um enfoque de planejamento baseado nos recursos endógenos (humanos, naturais, de infraestrutura) de uma determinada localidade, Buarque (1999, p. 10) o define como:

[...] processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Para Martins (2002), o “local” refere-se à base territorial na qual se estabelecem as inter-relações pessoais da vida cotidiana e, como consequência, a construção de uma identidade coletiva. Esse espaço compartilhado torna-se um palco por onde se desenrolam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento (MARTINS, 2002).

Nesta perspectiva, o território socialmente organizado e suas dimensões culturais e históricas assumem grande relevância. Para Brito (2006), a sustentação do desenvolvimento local decorre dos atores sociais, do sistema institucional, das redes de cooperação e dos projetos coletivos. Abaixo, a autora destaca as principais características e desdobramentos do desenvolvimento local:

- a concepção do espaço territorial como agente de transformação social e não somente como espaço funcional;
- a não passividade da sociedade local em se ajustar aos processos de transformação em curso, buscando desenvolver iniciativas próprias apoiadas em suas particularidades territoriais, culturais, sociais e políticas;
- a iniciativa tem como base o encontro de uma criação cultural inscrita dentro de uma memória coletiva e de uma rede associativa motivada por afirmar sua identidade;
- a valorização dos produtos e iniciativas locais tem como efeito a valorização do próprio território;
- o favorecimento do processo coletivo de aprendizagem pela população local, e
- a dinâmica local desencadeada difunde-se geograficamente para outros espaços sociais.

Diante de realidades locais nas quais persistem ausências importantes de cidadania, de identificação sociocultural e territorial e do sentido de vizinhança, a criação de condições para que a comunidade efetivamente exerça seu protagonismo constitui o maior desafio para que o desenvolvimento local aconteça. Buarque acrescenta (1999, p.10):

[...] as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores da comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

O desenvolvimento local não é um receituário de medidas prontas e padronizadas aplicável em qualquer realidade, mas uma estratégia de ação compatível com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas. Sua efetivação decorre do amadurecimento de uma outra “cultura de desenvolvimento”, pautada na elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica) (MARTINS, 2002).

Cabe ressaltar que, apesar de constituído de um forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e recebe influências positivas e negativas. Segundo Lima (2003), o local e o regional devem ser interpretados como “*um mundo em si mesmo dentro do sistema-mundo*”. Martins (2002) complementa que embora a ação na escala local esteja atrelada à realidade cotidiana, não se pode perder de vista as múltiplas determinações com outras escalas e níveis de análise.

O meio acadêmico, o poder público e o terceiro setor convergem no entendimento do turismo comunitário como uma iniciativa que transcende a dimensão do turismo em si. A questão da escala, o envolvimento comunitário, a participação e o compromisso com a sustentabilidade são, ao mesmo tempo, as bases teóricas do TBC e a essência do desenvolvimento local. Logo, a relação entre o turismo e o desenvolvimento local é parte constituinte do arcabouço teórico do TBC, sendo esta proposta interpretada como um caminho possível para alavancar o desenvolvimento de uma dada localidade.

O TBC integra atividades econômicas de serviços de hospedagem, alimentação e lazer que, a priori, não o diferencia dos demais segmentos turísticos. Seu diferencial recai justamente no entendimento da atividade turística como um subsistema interconectado com outros subsistemas, como educação, saúde e meio ambiente. Neste sentido, o turismo comunitário não se centra somente na atividade turística, representando uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável que abrange diversas dimensões - política, cultural, econômica, humana - da vida em sociedade (SAMPAIO E CORIOLANO, 2009).

O comprometimento ativo de atores locais representa um elemento comum nas iniciativas de base comunitária. Em muitos casos, o TBC surge em um contexto onde as comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência, como na luta pela posse da terra e pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais. Nesta perspectiva, o turismo comunitário acaba por representar “um meio a mais”, dando voz, força e capacidade articuladora, inclusive com agentes externos, para estas lutas. É como ressalta Bartholo (2009, p.51), “o turismo não é afirmado como elemento identitário no movimento de

resistência das comunidades, e sim um meio para dar visibilidade aos conflitos dos modos de vida tradicionais com a chegada da modernidade”.

No caso do litoral cearense, a problemática do uso da terra é fundamental para se compreender o processo de formação do TBC. A luta pelo território é o ponto de partida para a organização comunitária. Segundo um Líder comunitário de Aracati⁷ (*apud* Coriolano, 2006, p.198): “[...] criamos os meios de resistências sofrendo pressão psicológica e física e terminamos se organizando. O turismo que se conhecia era este, que queria impor a qualquer custo, massacrando as comunidades”.

A mobilização das comunidades, em torno de um interesse comum, fornece a base para uma coesão fortalecedora do sentido de comunidade. Segundo Bauman (2003, p.91), “o mais forte sentido de comunidade costuma vir dos grupos que percebem as premissas de sua existência coletiva ameaçadas e por isso constroem uma comunidade de identidade que lhes dá uma sensação de resistência e poder [...]”.

Essa face ideológica e militante do TBC é confirmada por Sansolo e Bursztyn (2009) em suas averiguações empíricas. Segundo os autores, as iniciativas de turismo comunitário, na realidade brasileira, têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, a luta pela terra, pelo direito à memória cultural e por uma educação digna.

Os representantes da Rede Brasileira de Turismo Comunitário – TURISOL (2008 *apud* MENDONÇA, 2009, p.300) reforçaram esse *approach* do TBC, afirmando que:

Não se deve ver a atividade do turismo comunitário somente como a geração de renda e riqueza com uma visão empresarial, mas também como uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território.

Dentre os princípios elaborados pela TURISOL, dois ilustram este compromisso, a saber:

(i) Turismo é instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo:

. A atividade só é viável quando construída sobre uma base associativa, ou seja, o sucesso individual está condicionado a sustentabilidade do ambiente que o cerca (Acolhida na Colônia).

(ii) Questão fundiária - O turismo auxilia na luta pela posse da terra pela comunidade:

. *Promueve la tenencia de la tierra por parte de los pobladores locales* (Cooprena Costa Rica).

⁷ Município localizado no litoral leste do Ceará.

. A maioria das comunidades que fazem parte da rede no Brasil usa o turismo comunitário como instrumento para defesa dos direitos à propriedade da terra (Prainha do Canto Verde).

Para o MTur (BRASIL, 2010), o desenvolvimento local no turismo representa uma oportunidade para atores sociais e econômicos assumirem um papel ativo na organização e oferta de produtos e serviços em destinos turísticos. Ao mesmo tempo em que empreende esforços na busca de alternativas econômicas, a mobilização comunitária também se alia a outros fatores, como a valorização do modo de vida da cultura e/ou a defesa do meio ambiente.

Estas organizações têm como espaço um território delimitado, no qual se articulam, se mobilizam, e organizam a cooperação estratégica para a inserção no mercado, a colaboração e a interdependência, e podem incentivar o desenvolvimento endógeno do local. (BRASIL, 2010, p. 11)

Segundo Aref *et. al.* (2010), o turismo é visto como uma *key community tool*. Muitas comunidades se voltaram para o desenvolvimento do turismo visando o desenvolvimento econômico, social, cultural e geral da localidade. “*Hence, the process of tourism development in local communities is the process of community development*”, argumentam os autores (2010, p. 157). A figura abaixo apresenta a potencialidade de contribuição do turismo no desenvolvimento de uma comunidade:

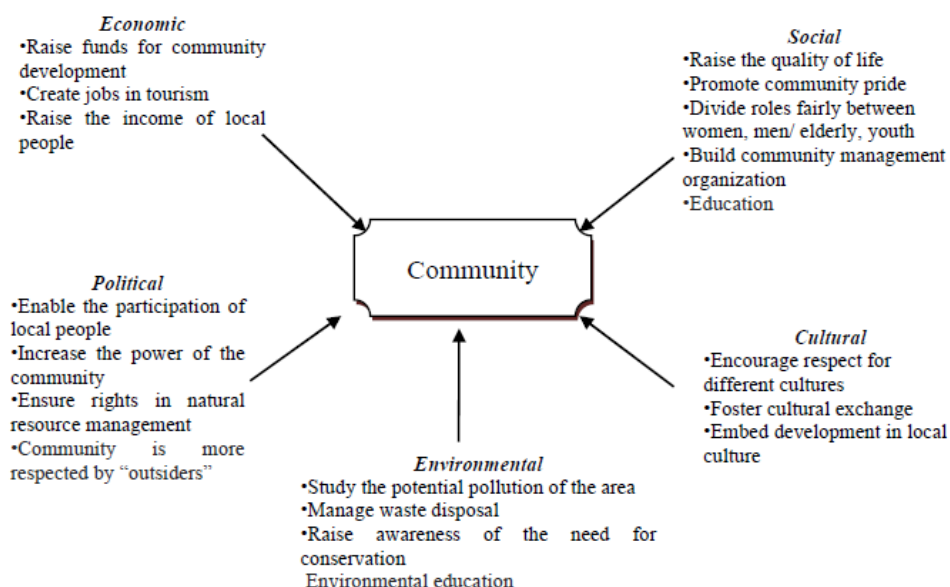


Figure 2: Contribution of Tourism in Community. Adapted from Strasdas (2005) & Suansri (2004)

Figura 01- Contribuições do turismo na comunidade.
Fonte: Aref *et. al.* (2010, p. 158)

Já para Lima (2003), um caráter potencial, e não automático, é o que permeia a relação entre o turismo e o desenvolvimento. Ao contrário de outras atividades econômicas que podem ser analisadas de uma perspectiva predominantemente local - como é o caso da pesca e agricultura de subsistência, da caça coletiva e de atividades voltadas para as necessidades de um pequeno grupo social em geral - o turismo tem a peculiaridade de ser um sistema local-global, que exige, ao mesmo tempo, um forte enraizamento local e um dinâmico enredamento global das atividades turísticas integradas às demais atividades e setores. Ou seja, o turismo sempre depende de um plano externo para desenvolver seu plano interno. Desta forma, duas questões são apontadas como sendo de grande relevância: a integração entre as escalas dos fenômenos (local, regional, nacional e global e vice versa) e, de forma associada, a integração intersetorial das atividades econômicas e sociais (por exemplo: turismo, agroindústria, infraestrutura, educação, cultura, segurança, etc.).

Benevides (1997), por sua vez, afirma que a proposta de um desenvolvimento local “alavancável” por meio do turismo enseja a equalização de cinco objetivos, cuja compatibilização é muito problemática: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo; e qualidade de vida. No seu questionamento sobre a ideologia do turismo de base local, o autor aponta alguns equívocos, dos quais destacaremos dois:

O primeiro refere-se à associação da redução da escala como possibilidade de ampliação dos espaços de participação democrática. Para o autor (2002, p. 29), “o conteúdo demarcatório do que seja democrático reporta-se fundamentalmente à dimensão do político e não da espacialidade”. Logo, relacionar “diminuição da escala espacial” com “aumento de participação” não considera a significação dos micropoderes na constituição das relações sociais de dominação. Desta desconsideração resulta o segundo equívoco: em lugares onde persistem comunidades tradicionais, a identidade local é interpretada como foco de resistência aos projetos modernizadores da expansão capitalista. Entretanto, muitas vezes, as relações sociais nestes lugares estão sob a hegemonia de um bloco tradicional e não são, efetivamente, relações comunais.

No arcabouço teórico do desenvolvimento local, a interface com sustentabilidade aparece como um tema recorrente. Buarque (1999), por exemplo, apresenta a expressão *desenvolvimento local sustentável*. Com o compromisso de compatibilizar, no tempo e no espaço, a eficiência e o crescimento econômico, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, este conceito abrange três conjuntos interligados que exercem papéis diferentes no processo de desenvolvimento: (i) a elevação da qualidade de vida e

equidade social são *objetivos* centrais do modelo de desenvolvimento, no curto, médio e longo prazos; (ii) a eficiência e o crescimento econômicos constituem *pré-requisitos* fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade. Porém, esta é uma condição necessária, e não suficiente do desenvolvimento sustentável; (iii) a conservação ambiental representa uma *condicionante* decisiva da sustentabilidade do desenvolvimento e de sua manutenção a longo prazo. A definição do *desenvolvimento local sustentável* apresentado por Buarque, entretanto, não se diferencia e não agrega nenhum novo elemento às premissas básicas do desenvolvimento sustentável, aplicável a qualquer escala de análise.

Na visão de Cruz (2009, p. 100), o conceito de desenvolvimento local parece ser um herdeiro direto do conceito de desenvolvimento sustentável⁸:

[...] embora os mesmos não sejam sinônimos, a literatura que consagra ambos aponta para indiscutíveis convergências entre eles, posto que ambos têm em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano e social.

Bursztyn *et. al.* (2009), ao afirmarem que o turismo comunitário é enraizado em um processo *situado* de desenvolvimento, o consideram como uma modalidade do turismo sustentável, focado principalmente no bem estar e na geração de benefícios para a comunidade receptora.

A Organização Mundial de Turismo - OMT (OMT, 2003, p.24), define o turismo sustentável como aquele que:

[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Para o MTur (BRASIL, 2010), as experiências de turismo comunitário são objetos de estudo para as ciências humanas, representando exemplos paradigmáticos de desenvolvimento sustentável por conciliarem as dimensões culturais, socioeconômicas e ambientais na estruturação do produto turístico.

⁸ O conceito de desenvolvimento sustentável refere-se ao atendimento das necessidades das populações atuais sem que esse resultasse no comprometimento das gerações futuras em atenderem as suas próprias necessidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, 1991).

É fato que o TBC coaduna com as perspectivas do turismo sustentável, sendo sua construção baseada em princípios e valores éticos, aliado a uma crítica ao modelo do turismo convencional. No entanto, embora se reconheça que o turismo comunitário nasce de um ideário diferenciado de desenvolvimento turístico, parte-se do pressuposto que isto *per si* não o torna sustentável. Comumente nos apropriamos do discurso da sustentabilidade com base em julgamentos subjetivos, sem referência a padrões ou critérios específicos.

Clarke (1997) ressalta que o turismo sustentável não é uma característica inerente a qualquer forma ou situação já existente, e sim um objetivo que todas as iniciativas devem se esforçar para alcançar. O autor combate o excesso de rótulos que, por sua vez, estabelecem uma relação simbiótica entre a sustentabilidade e algumas práticas de turismo, associadas, muitas vezes, a pequena escala - "*small was synonymous with sustainable*" (p.226). Neste sentido, defende que o turismo sustentável deve ser interpretado com uma meta para realização e não uma característica inerente a uma determinada prática.

Weaver (2005) também assume uma postura crítica em relação ao conceito do desenvolvimento sustentável nas práticas turísticas. Para o autor, não temos meios que nos possibilitem reconhecer se um determinado curso de ação é de fato "sustentável". Isso se deve à subjetividade e maleabilidade deste conceito. Soma-se a essa inconsistência, a falta de conhecimento de indicadores, pesos e valores de referência, aliado a singularidade de cada destino.

Saarieen (2006), por sua vez, embora reconheça as fraquezas analíticas, a natureza holística e a difícil aplicabilidade da sustentabilidade, observa que este conceito forneceu uma plataforma na qual diferentes atores do setor turístico podem interagir, negociar e refletir sobre as consequências de suas ações para o ambiente. Por conseguinte, interpreta a sustentabilidade a partir de uma perspectiva ideológica, e não como uma definição exata e operacional.

O turismo sustentável, de acordo com Cordeiro *et. al.* (2009), não é uma tipologia do turismo, como o turismo rural, ecoturismo e o turismo de aventura, mas uma forma de se promover o turismo. Embora os autores reconheçam a necessidade de verificar a real ocorrência deste modelo de desenvolvimento, consideram que são nas questões relacionadas a "o quê avaliar" que residem os maiores desafios: "uma vez que sem saber o quê efetivamente avaliar, dificilmente passar-se-á do discurso para a prática" (CORDEIRO *et al*, 2009, p.537).

Em outro trabalho, Cordeiro *et. al.* (2010) apresentam uma crítica à ausência de instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos, argumentando que a mera aceitação dos preceitos da sustentabilidade não significa que os mesmos estejam

transpostos e implementados na prática. No turismo, de forma geral, há um vazio crescente entre a “doutrina da sustentabilidade” e sua aplicação ao “mundo real” afirmam os autores, e complementam citando Ko (2005, *apud* CORDEIRO et. al. 2010, p. 50):

[...] desde o começo dos anos 90 os debates sobre turismo sustentável têm se dado mais a nível teórico que prático e a sustentabilidade do turismo é auferida, em grande parte das vezes, com base em julgamentos subjetivos, sem referência a quaisquer padrões ou critérios que suportem as afirmações.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade no turismo representa mais uma aspiração que permanece no plano retórico, com pouca aplicabilidade. O processo de avaliação é o único meio capaz de se distinguir se está no caminho correto ou não. Segundo Cordeiro *et. al.* (2010, p. 50), “para que a sustentabilidade seja efetiva e migre da teoria para a prática, é preciso que haja mecanismos preparados para avaliar se a mesma está de fato ocorrendo.” Para tanto, é necessário dispor de ferramentas que se comprometam a mensurar a sustentabilidade de iniciativas turísticas, uma vez que “quem avalia sabe por onde anda, a que distância está de seus objetivos, os problemas e obstáculos a enfrentar e como, quando e com quais recursos fazê-lo”.

Diante de realidades ímpares - constituídas por grupos com identidades e dinâmicas próprias - é difícil definir um padrão do que vem a ser sustentável. Não obstante, Mielke (2009) ressalta a necessidade imediata de se trabalhar o turismo de forma sistêmica, integrando os recursos naturais a uma dinâmica desenvolvimentista sob a égide da organização comunitária. O autor considera como um dos pilares da sustentabilidade a autonomia política da comunidade e a sua legitimidade. Elementos como grau de cooperação, nível de organização e histórico de ações coletivas empreendidas pela comunidade são indicadores importantes de desenvolvimento turístico.

A sustentabilidade, para Mielke (2009), é constituída de cinco pilares - meio ambiente, econômico, social, cultural e político institucional. O tratamento dedicado a esses pilares, no contexto de um projeto de desenvolvimento turístico comunitário, ocorre de forma desigual. Muita ênfase se dá a dimensão ambiental e às questões relacionadas a treinamentos e capacitações, enquanto o pilar econômico deveria ser mais trabalhado, pois se relaciona com a própria gestão do projeto e o seu desenvolvimento financeiro a longo prazo. As políticas institucionais, referentes ao relacionamento do grupo organizado com a sociedade em geral, também requerem maior atenção, visto que toda entidade não sobrevive por si só, mas por meio de parcerias e relacionamentos equilibrados e

duradouros. Ademais, a institucionalização é importante por uma série de fatores de ordem política, moral e mercadológica:

(i) Ordem política. A formalização, por meio de um CNPJ⁹, traz ao grupo um reconhecimento diante dos órgãos públicos. Possibilita-se, assim, o estabelecimento - via contratual - de convênios e parcerias com instituições, prefeituras, empresas e ONGs. E, ainda, torna o grupo representativo perante a própria comunidade.

(ii) Ordem moral. Grande parte dos atores sociais abrem seus pequenos negócios sem preocupação com o fisco, e acabam atuando de forma ilegal. Ao realizar a viabilidade financeira de um grupo organizado, o autor identificou que a maioria dos microempresários turísticos comunitários não faz fluxo de caixa, por absoluta falta de conhecimento. Desta forma, muitos passam a ver na institucionalização uma forma de se profissionalizar e melhorar a gestão de seu empreendimento.

(iii) Ordem mercadológica. O pacote turístico abrange desde uma gestão equilibrada, até a estruturação da divulgação da entidade e de seus produtos, o que contribui para a consolidação de uma identidade visual do grupo/região. Para o mercado, é mais vantajoso trabalhar com uma instituição ao invés de uma pessoa física.

Com base nesses fatores, o autor entende a institucionalização como um processo fundamental de sustentabilidade turística, funcionando como um alicerce para o desenvolvimento comunitário.

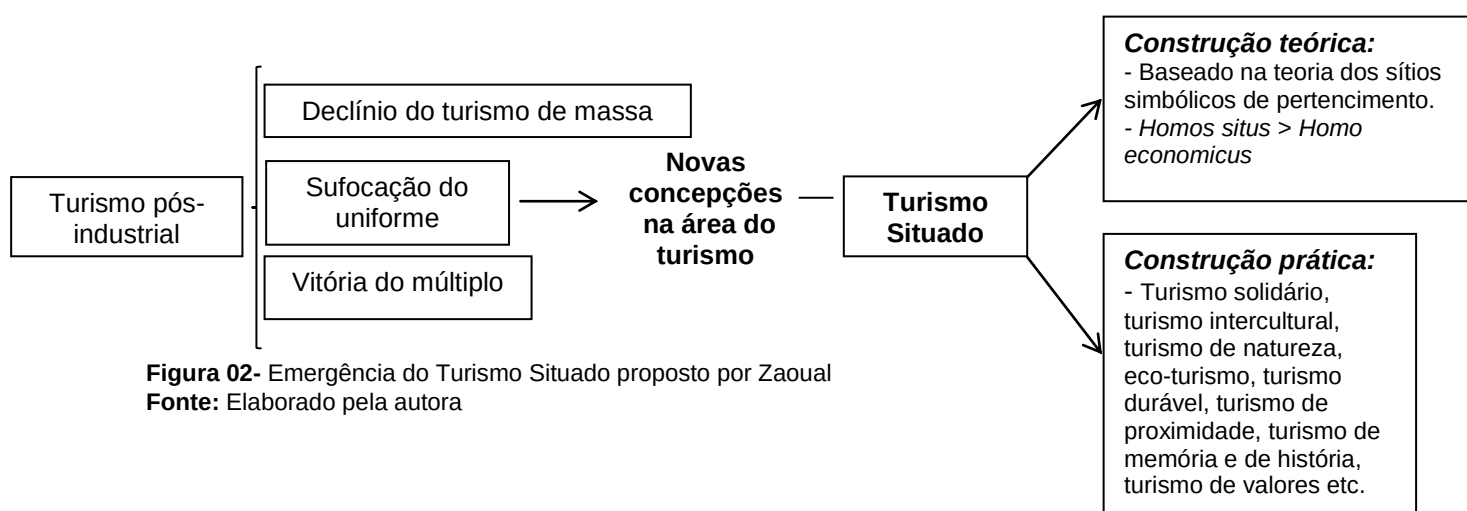
Diante do exposto, reconhece-se o desenvolvimento local e a sustentabilidade como os campos teóricos que fundamentam a proposta do TBC. Os materiais discutidos defendem que no turismo comunitário as relações econômicas são enriquecidas por outros elementos que transcendem a racionalidade do lucro imediato. Nesta perspectiva, não se trata de uma atividade constituída em sua essência por atores econômicos, e, sim, por uma múltipla rede socioeconômica articulada entre si e com ações transversais focadas em temas como a saúde, a educação, a cultura, o meio ambiente etc. Não obstante, alguns autores evidenciaram as fragilidades analíticas inerentes à sustentabilidade e ressaltaram o hiato que por vezes se estabelece entre a sua doutrina e o mundo real.

⁹ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

1.3 TBC E OS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO

No Brasil, parte da produção científica sobre o TBC utiliza como uma importante referência a obra do economista marroquino Hassan Zaoual, baseada na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento. Essa teoria dá origem ao *turismo situado*, uma tendência do *turismo pós-industrial*.

A **figura 02** apresenta um encadeamento do pensamento de Zaoual, elaborado com base em seu artigo “Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições” (2009). Neste trabalho, o autor defende a emergência do turismo pós-industrial, caracterizado pela presença de novas dinâmicas na área do turismo, dentre elas, o turismo situado.



O declínio do turismo de massa decorre da emergência de uma demanda turística mais exigente, focada na qualidade e interessada em elementos da cultura e do meio ambiente. Essa clientela procura sítios que possibilitem intercâmbios interculturais autênticos e profundos, aliado a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados. Tais motivações são contrárias aos produtos ofertados pelo turismo de massa, que, ao privilegiar o lucro imediato, se caracteriza pela grande escala, pela uniformidade e pela inatividade cultural.

A sufocação do uniforme reflete a busca de pertencimento frente a um mundo atormentado pela perda de referência. De um lado, o turista quer ser ator, responsável e solidário em seu intercâmbio com outros mundos. De outro, os atores locais de um sítio, objeto de desenvolvimento turístico, procuram participar de sua economia sem abandonar o monopólio do processo sob a pena de gerar os efeitos decorrentes das experiências do turismo de massa (marginalização econômica e social dos atores locais, destruição cultural de sua identidade, esgotamento da qualidade ecológica etc.). Nota-se, assim, uma

convergência que se interpela, representada pelo desejo de um diálogo de sentidos entre os *visitantes* e *visitados*.

A vitória do múltiplo refere-se à multiplicidade que comanda as novas dinâmicas turísticas. Para o autor, é na diversidade que residem as motivações profundas da demanda turística. Cada território detém uma grande variedade de sítios e, conseqüentemente, de referências imaginárias, histórias e memórias. Desta forma, uma identidade regional é, ao mesmo tempo, única e múltipla. Os indivíduos, por sua vez, não buscam apenas a mudança de hábito, mas também as diferenças culturais outrora ignoradas e, ainda, o desvelamento de suas próprias raízes.

O turismo situado fundamenta-se na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, que considera o sítio uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que se traduzem nas concepções e práticas de seus atores. Nesta perspectiva, o sítio é uma entidade imaterial e invisível que impregna os comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma dada localidade (paisagem, habitat, arquitetura, saber-fazer e técnicas, utensílios, modo de coordenação e de organização econômica etc.).

O conceito de sítio desdobra-se em três níveis da realidade, descrito por meio da pedagogia das três caixas: a *caixa preta* de um sítio armazena os mitos fundadores, as crenças, os sofrimentos, as provas suportadas, as revelações, as revoluções, as influências sofridas e/ou adotadas por um grupo humano; a *caixa conceitual* representa os conhecimentos, os modelos, as teorias e o saber social, sendo estes fortemente influenciados pela cosmovisão do sítio - cada território possui a sua própria caixa conceitual que guia as práticas cotidianas; a *caixa de ferramenta*, encontrada na superfície, armazena o saber-fazer, as técnicas e o modo de exploração do ambiente. Para o autor, “tudo indica que este saber-fazer está intimamente ligado a um saber-ser (*know how and how to be*)” (2009, p. 64).

Esses três níveis de realidade compõem a configuração do sítio. Desta complexa relação e interação infere-se que cada espaço possui seus próprios modos de regulamentação e coordenação. Assim, para Zaoual (2009, p.64), conceber o mercado como o único modo de intercâmbio possível representa uma visão reducionista:

[...] o *homos situs* se encaixa e ultrapassa o *homo oeconomicus* e lhe dá vida. Situado em um espaço-tempo antropologicamente codificado, a racionalidade econômica não seria admitida pura, uniforme ou mesmo limitada, guardando uma única visão do mundo. Múltipla, ela se constrói *in situ* de uma maneira dinâmica e indeterminada. Em nome das forças de fixação do sítio, a *racionalidade situada* expressa o caráter heterogêneo dos universos complexos que têm ocorrência realmente na vida dos homens.

Ao contrário do estanco *homo oeconomicus*, o *homo situs* representa um conceito múltiplo e impulsiona a harmonia do homem com o seu meio. Os fenômenos econômicos de oferta e demanda, as condições sociais, institucionais e tecnológicas, estão subordinadas às contingências culturais e históricas dos sítios.

Zaoual (2009) reconhece a possibilidade de elaboração e implementação de iniciativas de desenvolvimento social apoiadas nos vínculos dos cidadãos com seus territórios, seus espaços de vida (LTDS, 2011). Segundo o autor (2009, p.56), “é a partir da matriz de ordem simbólica de um lugar que os comportamentos individuais e coletivos se manifestam em modelos de ação localizada e, em seguida, em comportamentos e atividades econômicas (...)”.

O turismo situado baseia-se em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente natural. A nova demanda turística é uma demanda existencial, onde a proximidade, a profundidade do intercâmbio e as novas percepções das paisagens traduzem a profunda necessidade do indivíduo em se situar diante de um mundo anônimo e dominado por uma economia alienante. Neste sentido, a necessidade de referências simbólicas de existência representa a essência do turismo situado.

A reflexão do turismo comunitário converge com a teoria dos sítios ao preconizar que as dinâmicas sociais privilegiem os princípios de reciprocidade em detrimento de relações estritamente mercantis. Defende-se, assim, um desenvolvimento que não se restringe a uma divisão institucionalizada dos ganhos advindos do mercado. Ademais, no desenvolvimento do TBC os atores da comunidade devem ser reconhecidos como *homo situs*, rompendo o racionalismo do *homo oeconomicus* e, conseqüentemente, ampliando as possibilidades de inovação e potencialização de modos singulares de desenvolvimento (LTDS, 2011).

CAPÍTULO 2: CRÍTICAS E DESAFIOS DO TBC

O capítulo dois discute alguns desafios do turismo comunitário, apontados por Mielke (2009) e Maldonado (2009), e apresenta os trabalhos de quatro pesquisadores internacionais que detêm visões bastantes críticas com relação ao TBC, a saber:

- Blackstock (2005), a partir de um estudo desenvolvido na comunidade de Port Douglas¹⁰, apresenta em seu artigo, *“A critical look at community tourism”*, as limitações do TBC na sua abordagem sobre o desenvolvimento comunitário;

- Mitchell e Muckosy (2008), no texto intitulado *“A misguided quest: Community based tourism in Latin America”*, apresentam um olhar crítico do TBC e o seu desenvolvimento na América Latina;

- Louise Dixey, pesquisadora com mais de dez anos de experiência no desenvolvimento de projetos de TBC na África do leste e do Sul, concedeu uma entrevista ao Instituto Virtual de Turismo - IVT¹¹ relatando as suas impressões sobre o desenvolvimento e resultados do turismo comunitário no contexto africano, e

- Simpson (2008), no artigo *“Community Benefit Tourism Initiatives (CBTI) - A conceptual oxymoron?”*, por meio da definição do CBTI, discute *“How essential is community participation, ownership or control to the delivery of benefits to the community from a tourism initiative?”* (2008, p.02). A partir dessa reflexão, o autor questiona a *gênese* do turismo comunitário.

2.1 DESAFIOS DO TBC

Ao refletir sobre os processos de desenvolvimento turístico de base comunitária que ocorrem no entorno de áreas protegidas ou em áreas de grande potencial cênico, Mielke (2009) afirma que muitos deles não avançam por duas razões. A primeira é de ordem socioambiental: o processo de desenvolvimento está condicionado à existência de um ambiente politico-institucional favorável na comunidade e sua ausência dificulta o estabelecimento de relações de cooperação. A segunda razão é de ordem metodológica, e refere-se à falta de conhecimento do processo como um todo, principalmente com relação à dinâmica do mercado turístico nacional e internacional.

¹⁰ Destino turístico da Austrália, localizado ao norte de Cairns.

¹¹ O Instituto Virtual de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, IVT-RJ, criado em 1999, é um projeto do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), desenvolvido a partir da linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Social, do Programa de Engenharia de Produção da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE/UFRJ). Disponível em: <http://www.ivt-rj.net>.

A partir de sua experiência com comunidades localizadas em regiões de forte presença e/ou potencial turístico, mas que se encontram desorganizadas e desestruturadas, o autor aponta uma série de necessidades, dificuldades e desafios inerentes ao processo do desenvolvimento turístico de base comunitária, dos quais destacamos alguns:

A atividade turística é complexa por essência e envolve uma série de iniciativas turísticas locais, instituições públicas e não governamentais etc. A organização de uma comunidade para o turismo requer o estabelecimento de uma aliança entre interesses econômicos locais e não locais. Neste contexto, o processo de alinhar pensamentos para que todos tenham o mesmo foco é árduo e exige experiência e profissionalismo por parte dos envolvidos. Para o autor (2009, p.24):

Está claro que, quando a comunidade já se apresenta organizada politicamente, havendo um avançado estágio de cooperação e empoderamento, o processo de inserção e estruturação estratégico do turismo torna-se mais fácil. Porém, o que normalmente ocorre é justamente o contrário. Tendo ainda o agravante de a atividade turística não ser o negócio principal da comunidade.

O fator tempo também representa um dos grandes desafios. Muitos projetos têm um tempo curto de execução e, por isto, acabam não respeitando o amadurecimento das relações necessárias para alinhar assuntos complexos e de interesse coletivo. Assim, os editais e termos de referência para o financiamento de projetos precisam ser estruturados e concebidos sem impor uma série de tomadas de decisões em curtos períodos de tempo.

Projetos desenhados para ser aplicados e finalizados em 12 meses com o intuito de organizar uma ou várias comunidades para o turismo de forma sustentável são completamente inexecutáveis. O processo de desenvolvimento turístico demanda um maior lastro, em que a garantia da sua continuidade é fundamental. Recomenda-se que o prazo mínimo não seja menor que três anos até que a comunidade se sinta madura o suficiente para levar a cabo suas decisões sem a interferência de nenhuma instituição de suporte (MIELKE, 2009, p.25).

O apoio externo é fundamental no desenvolvimento turístico de base local. Mesmo em comunidades organizadas, estes processos dependem da orientação efetiva de entidades especializadas, como universidades e ONGs. Com relação à composição da equipe externa, Mielke (2009) observa que este é um trabalho multidisciplinar e deve integrar profissionais com conhecimentos em três eixos temáticos principais. O **quadro 05** apresenta as matérias que devem permear as bases conceituais de projetos voltados para o desenvolvimento do TBC:

Eixos Temáticos e Matérias de Interesse		
Desenvolvimento Econômico	Turismo	Trabalho Comunitário
- A evolução das teorias desenvolvimentistas a partir dos anos 70; - Clusters e Arranjos Produtivos Locais e/ou Sistemas Produtivos Locais; Redes de Cooperação; implicações e pressupostos; - Empresas de Economia Social; OSCIPS, Associações, Cooperativas; - Economia Ambiental; - Cadeia de Valor.	- Formatação de Produtos Turísticos; - Mercado Turístico: elementos e suas interações; - Comercialização de serviços turísticos: canais de distribuição; - Tendências do mercado turístico, comportamento do consumo.	- Organização comunitária; - Dinâmica de grupo; - Trabalho com conflitos; - Motivação do trabalho em grupo; - Liderança comunitária.

Quadro 03- Eixos temáticos e matérias de interesse em projetos de TBC

Fonte: MIELKE, (2009, p.33)

Maldonado (2009, p. 25), por sua vez, demonstra cautela na participação de populações tradicionais na atividade turística:

A participação das comunidades indígenas e campestres no turismo é um assunto delicado e complexo. É complexo em função do impacto gerado por uma atividade muito competitiva e internacionalizada em comunidades localizadas em regiões remotas, dedicadas às atividades tradicionais de sobrevivência, com poucas fontes alternativas de rendimento. É delicado em função do caráter ambivalente do turismo: embora isto represente uma oportunidade para melhorar o bem-estar das comunidades, não obstante, sempre traz consigo “efeitos de pacote”, muitos destes irreversíveis, como as alterações nos padrões de produção e de consumo, e as ameaças a cultura indígena.

Os estudos de Maldonado (2009), com cerca de trinta projetos de TBC na América Latina, evidenciaram graves restrições enfrentadas por estas comunidades, conduzindo-as a uma grande instabilidade e fraca competitividade no mercado. As deficiências mais notáveis foram sintetizadas no **quadro 06** e resultam, em parte, da incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios:

Deficiências da oferta de turismo comunitário
1. Oferta dispersa e fragmentada, carente de estruturas e mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la. Apesar das vantagens das parcerias serem percebidas, os esforços empreendidos ainda são incipientes e pouco sistemáticos.
2. Escassa diversificação dos produtos turísticos cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados. Existe potencial e vontade para empreender inovações que superem o mimetismo predominante.
3. Gestão profissional limitada, tanto operacional como gerencial dos negócios; as tendências e o funcionamento da indústria do turismo são desconhecidos. As aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação permanecem amplamente insatisfatórias.
4. Qualidade heterogênea dos serviços, com predominância de qualidade média e baixa. A competência aguda com outras empresas tende a resolver-se somente em curto prazo e através da baixa de preços.
5. Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados e segmentos dinâmicos: a promoção e comercialização são realizadas, geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos.
6. Deficiência dos mecanismos de informação, comunicação e organização comercial: a fraca representação e capacidade para negociação com outros agentes da cadeia turística não permite a tomada de decisões estratégicas, além do horizonte diário.
7. Participação marginal ou subordinada de mulheres e suas associações na concepção e condução de projetos turísticos e, conseqüentemente, na captação de benefícios.
8. Déficit notável de serviços públicos: rodovias, eletricidade, água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Quadro 04- Deficiências da oferta de TBC

Fonte: MALDONADO (2009, p. 32-33).

2.2 TBC E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A literatura atual do turismo comunitário, segundo Blackstock (2005), é ingênua, irrealista e apresenta três importantes falhas na perspectiva do desenvolvimento comunitário, a saber:

A primera falha refere-se às verdadeiras intenções do TBC. Para a autora, esta proposta representa um mecanismo de cooptação de populações locais e não carrega consigo o propósito de transformar as atuais estruturas econômicas, políticas e sociais. Blackstock (2005) entende que o TBC está focado em manter e alimentar o *status quo* da indústria do turismo, oferecendo às comunidades, por meio de um discurso apoiado em

princípios de justiça social e empoderamento, uma idéia mais sedutora e palatável do turismo. Em sua interpretação, o TBC representa mais um “tentáculo” da indústria do turismo, dirigido por imperativos econômicos e por uma agenda compulsória e de natureza neoliberal, travestido, porém, de valores de empoderamento e justiça social.

A segunda falha corresponde à percepção da comunidade local como um bloco homogêneo, desprovida de lutas de poder internas ou valores concorrentes. Segundo Blackstock (2005), a literatura do turismo comunitário assume uma abordagem “ateórica” e “apolítica” para o conceito de comunidade. Embora este termo seja amplamente difundido no turismo, raramente reconhece-se a sua complexidade e dificuldade conceitual. Trabalha-se a partir de uma idealização estereotipada de comunidade, um “ideal” apresentado como um “fato social”. O paradigma do TBC parte do pressuposto que a comunidade possui interesses comuns e consensuais, desconsiderando a sua heterogeneidade, estratificação e relações de poder estabelecidas.

O controle local não leva automaticamente à tomada de decisão participativa, embora haja na literatura uma clara tendência de vincular os dois. A tomada de decisão local depende diretamente de quem está no poder a nível local. Ao não reconhecer as estruturas de poder dentro de cada comunidade, o TBC desconsidera as desigualdades estruturais inerentes a essas realidades e como isso influencia no processo de tomada de decisão. Ademais, a autora alerta para o fato de como o discurso de “interesse comunitário” é capaz de mascarar motivações econômicas e, neste caso, a ação da comunidade pode refletir apenas os interesses daqueles em posição de poder. Questão, esta, também ignorada pelos defensores do turismo comunitário.

A terceira falha considera as restrições ao controle local. Isto é, o TBC não apenas exige uma compreensão mais profunda da divisão estrutural interna das comunidades (falha 02), como também deve refletir sobre como as barreiras externas podem restringir qualquer possibilidade de participação e controle local. A retórica da participação comunitária desconsidera a desigualdade estrutural existente a nível global. A posição das comunidades turísticas, por vezes, é estruturalmente fraca diante da rede do capital global, que dita as regras da indústria do turismo. A falta de controle local sobre a penetração do capital global enseja, muitas vezes, no deslocamento da autonomia na tomada de decisão a nível local. Para Gramming and Freudenberg (1990, apud Blackstock, 2005), nem os melhores métodos participativos locais são capazes de alterar as pressões externas e, estas sim, têm o poder de estruturar o destino das comunidades. Segundo Blackstock (2005), a literatura do TBC não consegue dimensionar as restrições à sua implementação, por vezes contraditórias às tendências globais. Ao não fazerem referência aos limites da ação local em uma arena

global, o turismo comunitário deixa uma lacuna de como a sua prática pode ser alcançada em um contexto de crescente desigualdade.

2.3 TBC NA AMÉRICA LATINA

Mitchell e Muckosy (2008) afirmam que o entusiasmo em torno do TBC é equivocado por duas razões: o TBC raramente alivia a pobreza e a vulnerabilidade, e o turismo convencional pode ter um impacto mais benéfico do que tradicionalmente se imagina.

Estudos demonstram que apenas um pequeno número de projetos de turismo comunitário alcançou significativos benefícios em favor das populações menos favorecidas, e um dos principais fatores responsáveis por tantos insucessos refere-se à falta de viabilidade financeira. Segundo os autores (2008), assim como assistimos na África e na Ásia o colapso das iniciativas após o fim do financiamento externo, o mesmo já pode ser observado nas experiências latino americanas.

Um levantamento realizado pela *Rainforest Alliance*¹² e a *Conservation International*¹³, com 200 projetos de TBC na América, revelou que a taxa média de ocupação dos meios de hospedagem é de apenas 5%. A *Siecoya CBT*, projeto localizado no Equador com fortes subsídios de uma empresa de extração de óleo, após 09 anos de operação, gerou apenas 200 dólares para o fundo comunitário. As duas principais causas do colapso financeiro são: dificuldade de acesso ao mercado e má governança.

Para os autores, a dificuldade de acesso ao mercado é impulsionada pelas próprias agências de desenvolvimento e acaba representando o maior obstáculo para a viabilidade dos projetos de TBC. Isso decorre de uma postura desatualizada e paternalista, que pressupõe que as populações pobres não podem participar com sucesso de mercados comerciais. Com relação à má governança, alegam que as estruturas de gestão coletiva são extremamente trabalhosas e complexas para funcionarem com eficácia. Além disso, ressaltam que muitas comunidades possuem padrões tradicionais de autoridade já estabelecidas que se chocam com os princípios de gestão participativa, pré-requisito do TBC. Segundo a *Rainforest Alliance*, 40% dos projetos de turismo comunitário em países em desenvolvimento não envolvem as comunidades na tomada de decisão. A revisão de um projeto de TBC na ilha Taquile no Lago Titicaca, localizado no Peru, revelou que apenas 04

¹² A *Rainforest Alliance* atua na conservação da biodiversidade e na garantia de meios de subsistência sustentáveis, por meio de práticas inovadoras de uso da terra e de negócios. (Disponível em <http://www.rainforest-alliance.org/>)

¹³ A *Conservation International* (CI) atua, com base em sólidos fundamentos científicos e de demonstração em campo, para fortalecer sociedades no sentido do cuidado responsável e sustentável para com a biodiversidade global e o bem estar da humanidade. (Disponível em <http://www.conservation.org/Pages/default.aspx>)

dos 19 barcos turísticos ainda permanecem sob o regime de cooperativas e apenas um dos 10 restaurantes é de propriedade comunitária.

No delineamento de um caminho que gere mais benefícios do turismo para as comunidades pobres, o turismo *mainstream* é parte da solução. É importante ligar as comunidades pobres aos grandes fluxos turísticos. Um exemplo é a Ilha Taquile, no Lago Titicaca, que inseriu as comunidades locais a uma das mais importantes rotas de turismo, capturando, assim, uma pequena parcela do turista convencional.

Segundo Mitchell e Muckosy (2008), os profissionais que focam suas críticas no turismo convencional acabam fazendo um “desserviço” às comunidades locais. Iniciativas turísticas comunitárias têm demonstrado ineficácia na redução da pobreza em grande escala. Recentes pesquisas, por sua vez, sugerem que a transferência de benefícios dos turistas ricos para as comunidades pobres é possível. Para tanto, é preciso potencializar as formas de se vincular a população de baixa renda ao turismo convencional. Logo, o caminho não é proteger as comunidades pobres do turismo *mainstream*, e sim estabelecer ligações entre eles.

2.4 TBC NO CONTEXTO AFRICANO

Ao relatar as suas impressões sobre o desenvolvimento e resultados do turismo comunitário no contexto africano, Dixey¹⁴ entende que as iniciativas de turismo comunitário conduzidas por agências de fomento, ao introduzirem a governabilidade neoliberal em comunidades tradicionais africanas, raramente são um instrumento *bottom-up* para alternativas de desenvolvimento.

As evidências empíricas demonstram que muitos projetos de turismo comunitário não contribuíram para a redução da pobreza e a conservação ambiental. Os propósitos do TBC de capacitação, conservação ambiental, participação comunitária e redução da pobreza só podem ser alcançados se as iniciativas forem economicamente viáveis e capazes de sobreviverem no mercado altamente competitivo do turismo. Assim, a viabilidade financeira representa o maior desafio destas iniciativas. Segundo Dixey:

O princípio de competitividade nos negócios tem sido constantemente negligenciado em favor da pressão pelo atendimento às necessidades de subsistência, tomada de decisões coletivas, formas tradicionais de poder e governança e as prioridades de conservação ambiental. Como resultado, as iniciativas de TBC se tornaram economicamente insustentáveis e perpetuaram uma situação de "subdesenvolvimento".

¹⁴ Entrevista concedida ao IVT (sem data).

Para a autora, muitas iniciativas de turismo na África foram mal concebidas e/ou mal implementadas. Ao darem funções inadequadas e inacessíveis à populações que não tinham a mínima experiência em gestão de negócios turísticos, essas intervenções resultaram em desperdício técnico e financeiro. As comunidades, por sua vez, sem o retorno desejado, tiveram suas expectativas frustradas, endividamentos, desilusões e o agravamento de seus conflitos internos.

Em sua conclusão, a entrevistada ressalta a complexidade e a dificuldade de se desenvolver o TBC, e pontua como as principais razões para o baixo desempenho dessas iniciativas: o fraco espírito empreendedor e a falta de capacitação, especialmente na gestão de negócios; a falta de acesso ao mercado; a sazonalidade; os desafios da governança; a dependência em empresas e financiadores externos; as dificuldades de desenvolvimento do turismo comunitário em áreas periféricas do turismo, e o conflito estabelecido entre a garantia de viabilidade econômica, a maximização da participação comunitária e a falta de apoio institucional coordenada.

2.5 INICIATIVAS DE TURISMO QUE BENEFICIAM AS COMUNIDADES

O CBTI - *Community Benefit Tourism Initiatives* tem como princípio a transferência de benefícios do turismo para as comunidades, independente de sua localização, tamanho, nível de riqueza ou envolvimento e controle direto na atividade turística (SIMPSON, 2008). Ao contrário do TBC, e sua defesa na gestão do turismo pela população local, o CBTI concentra seus esforços no resultado final, na garantia que os benefícios advindos da atividade turística ecoem nas comunidades, estejam elas envolvidas diretamente ou não.

O autor advoga que a distribuição dos benefícios do turismo para a comunidade não passa, necessariamente, pelo seu envolvimento direto na gestão, posse ou controle do projeto. Alega, ainda, que a possibilidade de se pensar a atividade turística sem o envolvimento direto da comunidade propicia aos governos, empresas privadas e ONGs a abertura de projetar e fornecer benefícios para uma localidade sem a “bagagem” inerente ao envolvimento direto da população no processo de tomada de decisão. Menos pautado em um processo pré-determinado, e mais focado no resultado final, a principal preocupação do CBTI é a “*action of conveying net livelihood and economic, social and/or environmental benefits to communities and their members’ in a responsible and sustainable manner*” (2008, p. 3).

Para Simpson (2008), a inclusão e participação comunitária na propriedade ou planejamento de uma iniciativa de turismo, embora ofereça ganhos intangíveis – relacionados à valorização cultural, reconhecimento e compreensão das necessidades

internas, etc - não garante a subsistência tangível, ou seja, os ganhos econômicos para a comunidade. Ademais, o forte envolvimento das comunidades em iniciativas de turismo podem gerar problemas – como pressões externas, questões de governança e estrutura, conflitos, ciúmes, lutas internas e estabelecimento de novas hierarquias - que dificultam e/ou prejudicam os potenciais benefícios que seriam revertidos para a localidade.

A argumentação do autor é ilustrada por experiências em que as populações sorvem dos benefícios do turismo, apesar de possuírem pouco ou nenhum envolvimento no planejamento e operação de tais iniciativas:

A Reserva da Biosfera Jiuzhaigou¹⁵, com mais de 80% da população composta por tibetanos, é reconhecida por seus atrativos naturais e sua riqueza cultural. Um estudo realizado por Li (2006, apud Simpson, 2008) buscou avaliar os níveis de participação da comunidade no desenvolvimento do turismo e os benefícios advindos desta atividade para a localidade. A pesquisa sinalizou que, embora o envolvimento da comunidade no processo de planejamento fosse mínimo, quase toda a população residente da reserva recebeu benefícios econômicos advindos do turismo de diversas maneiras (empregos diretos e indiretos, posse de pequenas empresas etc.). A comunidade também acredita que alcançou uma melhoria no seu ambiente físico por meio do turismo, o que Li (2006, apud Simpson, 2008) atribui à substituição dos meios tradicionais de agricultura de subsistência (perda de solo e água) e caça (redução de populações de animais selvagens) por atividades relacionadas ao turismo.

Outro exemplo de benefícios transferidos para a comunidade, sem que a mesma tenha a propriedade ou controle direto na atividade turística, são as receitas acrescidas do *tourism revenue-sharing schemes* (TRS). Os TRS ocorrem principalmente no entorno de parques nacionais e áreas protegidas, e se concentram em objetivos de desenvolvimento e conservação. Neste caso, a geração de benefícios ocorre por meio do estabelecimento de que parte da receita do turismo seja revertida em investimentos de infraestrutura para as localidades do entorno, como, por exemplo, a construção de escolas, postos de saúde, estradas etc.

¹⁵ Patrimônio Mundial da UNESCO - *United Nations Organization for Education, Science and Culture*, localizada em um vale no Sichuan, província da China.

3. TBC NO CONTEXTO BRASILEIRO

Este capítulo aborda a temática do TBC no Brasil a partir de quatro tópicos: uma contextualização sobre emergência do turismo comunitário no país e os resultados de uma pesquisa liderada por Sansolo e Bursztyn (2009); o Edital de Chamada Pública de Projetos nº 01/2008, lançado pelo MTur, voltado para o apoio de iniciativas de TBC; o Relatório do “Monitoramento dos Projetos de Turismo de Base Comunitária”, contemplando os projetos do Edital nº 01/2008, que analisou algumas iniciativas selecionadas no edital com base em três fatores: acesso ao mercado, governança e monitoramento, e um recente artigo, de Bursztyn e Bartholo (2012), focado na dificuldade de acesso ao mercado pelas iniciativas de TBC no Brasil e na proposição de algumas diretrizes estratégicas para o processo de comercialização de tais experiências.

3.1 A EMERGÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO TBC NO BRASIL

A reflexão sobre o turismo de base comunitária (TBC) no Brasil, durante muitos anos, trouxe consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das tendências políticas públicas nacionais e internacionais. Neste período, poucos profissionais mergulharam no campo de investigação do TBC. Tal realidade perdurou até meados da década de 1990, quando um movimento de pesquisadores de diferentes inserções do país levou essa discussão para o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL). O encontro demonstrou a demanda por fóruns desta natureza e viabilizou a consolidação de redes não formais de pesquisas. O engajamento de pesquisadores em torno do TBC possibilitou o desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações sobre a temática. No entanto, esta produção acadêmica permaneceu nos “bastidores” até recentemente (IRVING, 2009).

Para Irving (2009), um novo olhar sob o TBC ocorre a partir da convergência de uma série de fatores surgidos em âmbito nacional e internacional, a saber: (i) a interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) a existência do capital social e o compromisso de “*stakeholder engagement*” como elementos fundamentais nas ações empreendidas por projetos internacionais; (iv) a inclusão do turismo nas pautas de ONGs de alcance internacional, associado à temáticas sociais e ambientais; (v) a mudança sutil no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental; (vi) a exigência de novas demandas na seara do planejamento, fruto da constatação de que o desenvolvimento do turismo, por vezes, não favorece as populações locais, contribuindo para a exclusão social, e (vii) a emergência dos debates sobre o “turismo e sustentabilidade”.

Nota-se que os fatores destacados por Irving - inclusão social, participação, governança, capital social, “*stakeholder engagement*”, compromissos ambiental e social, sustentabilidade, etc. - constituem-se nos elementos *sine qua non* para o desenvolvimento do TBC. Neste sentido, o turismo comunitário, orbitando em torno de tais princípios e compromissos, migra da periferia para o centro das discussões, rompendo as barreiras acadêmicas e penetrando no universo político e publicitário. O lançamento do Edital 01/2008 pelo Ministério do Turismo (MTur), voltado para o financiamento específico do turismo comunitário, reflete as ações do poder público federal no apoio de um outro modelo de turismo.

Uma pesquisa coordenada por Sansolo e Bursztyn (2009) com 25 representantes de iniciativas de turismo de base comunitária brasileiras, realizada em maio de 2008, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, possibilitou o levantamento e sistematização de algumas informações acerca do desenvolvimento do TBC no Brasil. A maior parte das experiências localiza-se na região nordeste do Brasil, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Abaixo, alguns resultados do universo pesquisado:

- O TBC ocorre em pequenas comunidades, assentadas em povoados, aldeias e vilas. Não há referência, nos casos analisados, de experiências envolvendo um município como um todo.

- 80% das iniciativas ocorrem nas proximidades, no interior ou contêm áreas protegidas, seja em Unidades de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável e Áreas de Preservação Permanente.

- As experiências apresentam uma diversidade de atrativos naturais, culturais e convencionais. A água destaca-se como um grande atrativo. A balneabilidade de rios e praias, entretanto, pode ser comprometida. Dados apontam que em 2003 apenas 62,9% da população nordestina foi atendida por abastecimento de água tratada, e somente 34,6% do esgoto gerado na região é tratado. Tal realidade demonstra que a necessidade de investimento em infraestrutura básica é urgente.

- Ao contrário do turismo convencional, e sua produção de espaços segregados para o turista e para os moradores, a essência do TBC se expressa no território. No turismo comunitário não há sobreposição de territorialidades, turista e comunidade dividem o mesmo lugar, e este representa um espaço de encontro e convivencialidade.

- Em grande parte das iniciativas, as comunidades contaram com apoio externo, normalmente de ONGs e universidades, para a realização do planejamento, estruturação e operação do turismo. Por meio de suporte técnico e apoio financeiro, ONGs nacionais e

internacionais assumem um papel fundamental na inserção das comunidades na prática do turismo.

- As formas de propriedade e modo de gestão dos empreendimentos são variadas. Inclui os empreendimentos comunitários geridos por cooperativa e a organização familiar.

- Todas as iniciativas apresentaram “atividades de planejamento” do turismo de base comunitária. A frequência das reuniões, entretanto, varia de encontros semanais até anuais. O formato dos encontros é diverso, em alguns casos envolvem apenas as lideranças formais, em outros, o processo é mais aberto, contando com a participação de lideranças informais, membros da comunidade e até pessoas externas à localidade.

- Em nenhum dos casos o turismo é a única atividade e, muitas vezes, nem a mais importante enquanto atividade econômica. No entanto, o turismo tem representado um apoio ao fortalecimento da autoestima dessas comunidades e um meio de apoio às suas lutas.

Segundo Bursztyn et. al. (2009), dois elementos comuns estão na base de iniciativas brasileiras que vêm apresentando relativo sucesso: (i) o forte componente de uma afirmação identitária de comunidades enraizadas em sítios simbólicos de pertencimento e (ii) o movimento de ativa resistência contra as mais usuais formas de desenvolvimento do turismo. Outro elemento marcante no contexto das experiências brasileiras refere-se ao caráter da solidariedade. A solidariedade está expressa não apenas dentro da comunidade, por meio da organização de empreendimentos coletivos, mas também entre diferentes iniciativas, que se organizam em redes para se ajudarem mutuamente (LTDS, 2011).

3.2 O EDITAL Nº 01/2008

Os primeiros registros de experiências de TBC no Brasil datam de meados da década de 90, e foram organizadas independentes das ações do poder público. Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur), tais iniciativas são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico. No início de sua atuação, o MTur atendeu demandas isoladas de experiências de TBC. Em 2006 e 2007, pesquisadores do tema e representantes de iniciativas pleitearam uma ação mais articulada do poder público, que resultou no Edital de Chamada Pública de Projetos nº 01/2008.

Ressalta-se que o apoio do Ministério do Turismo às iniciativas de TBC ocorre no âmbito do Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), e está alicerçada no *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão*, baseado na estratégia de associar crescimento de mercado à distribuição de renda e redução de desigualdades regionais e sociais.

O apoio financeiro do edital ficou entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil por iniciativa, com prazo de execução de até 18 meses. Foi recebido mais de 500 propostas de todo Brasil, das quais 50 foram selecionados (figura 03). A maior parte das entidades proponentes pertencia ao terceiro setor, abrangendo associações locais, cooperativas, fundações universitárias e ONGs. Os conteúdos das propostas baseavam-se nas seguintes ações:

(i) Planejamento da atividade turística: ações de mobilização e sensibilização da comunidade e planejamento participativo.

(ii) Qualificação da gestão, dos produtos e dos serviços turísticos: cursos, seminários, intercâmbios, consultoria para assistência técnica especializada, visitas *in loco* para troca de experiências.

(iii) Formação de redes: fortalecimento de redes de TBC já constituídas, além da formação de redes locais, principalmente de comercialização.

(iv) Apoio à comercialização: participação em eventos de caráter nacional e em eventos de cunho local. Além de ações de interação entre os destinos, produtos e serviços ofertados pela comunidade e os seus consumidores.

(v) Promoção: participação em eventos, produção de panfletos, banners, vídeos, entre outros materiais promocionais para divulgação nos eventos.

Segundo o MTur (2010), a decisão de apoiar o TBC considerou, pelo lado da oferta, a expansão da gestão da atividade turística sob responsabilidade das comunidades locais, aliado a indicadores que apontam o sucesso de algumas destas experiências. Do ponto de vista da demanda, pesquisas nacionais e internacionais demonstram o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências com culturas diferentes e ambientes preservados, revelando a potencialidade das iniciativas de turismo comunitário no Brasil.



Figura 03- Projetos selecionados no âmbito do edital de chamada pública MTur/nº. 001/2008
Fonte: SILVA, RAMIRO & TEXEIRA (2009, p. 369).

A formalização dos projetos ocorreu entre 2008 e 2009. No início de 2010 foi realizada uma pesquisa com os projetos, em conjunto com o Departamento de Promoção e Marketing Nacional (DPMKT/MTur). Segundo a pesquisa, um dos pontos mais frágeis das iniciativas de TBC refere-se ao processo de promoção e comercialização. Observou-se que poucas experiências são capazes de atrair turistas exclusivamente para visitar o produto de TBC. Entretanto, considerando que a maioria das experiências encontra-se em regiões próximas a destinos consolidados, o MTur defende a necessidade de integração das iniciativas com estes destinos, buscando uma aproximação das ações de promoção e apoio à comercialização dos projetos de TBC e dos destinos de uma forma geral.

Outra fragilidade apontada concerne à organização e estruturação de uma oferta de qualidade. A definição de qualificação dos serviços, produtos e pessoas deve adotar como princípios, com as adaptações necessárias, a aplicação das normas técnicas de certificação

do turismo desenvolvidas pelo MTur, visando estabelecer um padrão mínimo de qualidade da oferta. Para o MTur (2010, p.81):

Apesar das iniciativas de TBC não se resumirem aos aspectos estritamente econômicos, não há como prescindir deles, e para a atração do visitante é necessário certo nível de qualidade da oferta turística, sem que isso altere de forma significativa o modo de vida local. Este fato cria dificuldades no processo de promoção e comercialização da atividade.

Com relação ao processo de promoção e comercialização do TBC, o MTur aponta uma baixa qualidade de comunicação dos materiais promocionais, com falta de foco no cliente. A linguagem é pouco centrada no turista e se confunde com a comunicação institucional do projeto. O caminho apontado sugere o estabelecimento de uma estratégia voltada para o mercado, com maior grau de profissionalização, associando a promoção dos destinos onde os projetos se encontram à promoção do País de uma forma geral. Não obstante, o MTur sinalizou, como as potencialidades dos projetos apoiados pelo edital, que as ações de mobilização, sensibilização e motivação das comunidades para o turismo ocorreram de forma bem sucedida.

3.3 MONITORAMENTO DOS PROJETOS - EDITAL Nº 01/2008

Em julho de 2011 foi divulgado o relatório do “Monitoramento dos Projetos de Turismo de Base Comunitária”. A pesquisa consolidou-se como um trabalho independente, desenvolvido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em parceria com a *Leeds Met*¹⁶. O trabalho contemplou os projetos selecionados no Edital nº 01/2008. Das iniciativas que estavam de fato utilizando os recursos do edital, 72% foram analisadas. A condução da pesquisa se deu por meio do contato com os responsáveis pelo projeto, envio do link do questionário, monitoramento do recebimento do instrumento de pesquisa e o acompanhamento aos entrevistados, para o caso de dúvidas e esclarecimento. A tabela 01 apresenta o aproveitamento entre as experiências contatadas e as experiências efetivamente analisadas

¹⁶ *Leeds Metropolitan University*

Tabela 01: Experiências Contatadas x Analisadas.

Regiões	Experiências Contatadas	Experiências Analisadas	Aproveitamento
Sudeste	12	8	67%
Sul	7	5	71%
Centro Oeste	3	3	100%
Norte	5	3	60%
Nordeste	9	7	78%
Totais	36	26	72%

Fonte: UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) – Curso de Turismo/Teresópolis. Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária. Relatório final, julho 2011.

Do ponto de vista investigativo, o cenário da pesquisa apresentou-se favorável, considerando que se tratava de um recurso proveniente de uma mesma fonte (Governo Federal), aplicado em um único país e exposto a um mesmo conjunto de variáveis macroeconômicas (UERJ, 2011).

Segundo o Relatório (UERJ, 2011), na década de setenta iniciou-se a discussão sobre a capacidade da atividade turística contribuir com o desenvolvimento econômico local. Desde então, milhões foram investidos no continente Sul-Americano, almejando, por meio do turismo, contribuir com a conservação do meio ambiente, combate a pobreza e inclusão social. No entanto, apesar dos investimentos, contabilizam-se mais falhas e insustentabilidade nestas iniciativas do que resultados efetivos – tangíveis e mensuráveis. A literatura aponta que problemas relacionados ao baixo acesso ao mercado e a governança insipiente são os principais fatores para o colapso das iniciativas de TBC, após o período de aplicação dos recursos. Na medida em que os resultados não surgem, o debate relacionado ao programa de monitoramento também tem ganhado força.

Nesse sentido, o trabalho teve como objetivos (2011, p. 07): (i) verificar se os fatores de insucesso apontados na literatura internacional (acesso a mercado e governança) são aplicáveis na realidade brasileira; (ii) analisar os critérios diretamente relacionados a cada um destes fatores de insucesso, e (iii) sob perspectiva do Monitoramento, aprimorar o processo metodológico de planejamento, gestão e investimento em TBC no Brasil.

Os fatores analisados na pesquisa abrangem três dimensões: acesso ao mercado, governança e monitoramento. Para cada dimensão estabeleceu-se alguns critérios de análise. Os resultados da pesquisa foram sintetizados no **quadro 03**:

Fatores considerados na pesquisa	Conclusões	Critérios de análise	Resultados
Acesso ao mercado	Há um distanciamento entre as iniciativas de TBC e os intermediários em todos os níveis. Os produtos desenvolvidos pelas comunidades não possuem respaldo mercadológico. Depara-se, portanto, com uma dificuldade em colocar os produtos no mercado, decorrente do baixo poder de investimento em ações promocionais, comprometendo sua competitividade em todos os níveis.	Atividades Associadas ao Turismo – compreendendo a Atividades Turística	- Quase metade das experiências almejou o aumento da produção de artesanato como estratégia de fomento ao turismo, em detrimento das atividades essencialmente turísticas (hospedagem, alimentação e passeios). - Em muitos casos a própria comunidade não apresenta uma compreensão da atividade turística, assim como suas implicações, impactos e a dinâmica do processo de planejamento e organização local.
		Relacionamento com Operadoras e Agências de Viagens	- Quase a totalidade dos projetos não estabelecem relações com as Operadoras e/ou Agência de Turismo. O envolvimento com este grupo de empresas, embora vital, é pouco aproveitado.
Governança	Considerando a baixa compreensão com relação às possibilidades, oportunidades, dinâmicas e limites da atividade turística, percebe-se pouca clareza, por parte da comunidade, de como o turismo irá contribuir com a melhoria das condições sociais do local. Logo, a consolidação do processo organizacional, direcionado ao desenvolvimento turístico, torna-se um grande desafio. A criação de um ambiente adequado para o desenvolvimento de relações de cooperação, no entanto, não foi estabelecido como prioridade nos projetos.	Organização Comunitária: Processo de Institucionalização e Cooperação.	- Baixo processo de organização e cooperação. - Ausência sistêmica de documentos que determinam regras e acordos entre os membros da comunidade (Estatutos e Regimentos) - Os processos de organização comunitária se encontram em estágios prematuros de desenvolvimento.
		Liderança e Autonomia na Tomada de Decisões	- Embora se observe a presença de liderança nas comunitárias, há um elevado grau de dependência no processo de tomada de decisão com relação à atividade turística. Este fato provavelmente decorre da falta de entendimento da atividade turística e de sua gestão.
		Planejamento e Gestão: Plano de Negócios	- De todos os projetos analisados, apenas em dois houve a preocupação metodológica para o desenvolvimento de um Plano de Negócios. Justamente nestas duas experiências há o envolvimento de agentes de mercado que tem colaborado na orientação da organização do produto turístico comunitário. Verifica-se também que, em ambas as iniciativas, o grau de desenvolvimento em termos de maturidade e de como as comunidades entendem a atividade turística é maior.
		Contratos	- É extremamente baixo o número de contratos e acordos comerciais estabelecidos e/ou em vias de concretização entre oferta e demanda. Somente

			em uma experiência estes acordos foram estabelecidos.
Monitoramento	Os programas de monitoramento não foram prioridade nos processos metodológicos dos projetos de TBC. Onde ocorrerá, estará a cargo da mesma entidade que obteve o recurso. Não havendo, desta forma, imparcialidade na averiguação dos resultados.	Processo de Monitoramento dos Resultados	- Será realizado pela própria entidade captadora dos recursos e existe a possibilidade de equívoco no estabelecimento de metas e critérios.
		Monitoramento de Critérios Qualitativos	- Os indicadores monitorados pelas experiências são basicamente quantitativos. Não houve manifestação com relação ao acompanhamento de critérios qualitativos. - Mais da metade das experiências não tem previsto em sua programação a realização de avaliação e monitoramento de resultados.

Quadro 05: Compilação do Relatório Final (2011): Monitoramento dos Projetos Turismo de Base Comunitária – Edital nº 01/2008

Fonte: Elaborado pela autora

3.4 O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO TBC NO BRASIL

Em um recente trabalho, Bursztyn e Bartholo (2012) discutem a dificuldade de acesso ao mercado pelas iniciativas de TBC no Brasil e, a partir de algumas reflexões, propõem diretrizes estratégicas para o processo de comercialização de tais experiências. Segundo os autores, estudos sinalizam que a falta de uma estratégia de inserção dos projetos no mercado turístico é apontada como a principal causa de mortalidade das iniciativas após o término do apoio financeiro externo.

Ao apresentarem como as estratégias de comercialização do TBC têm sido discutidas em diferentes âmbitos, os autores percebem, como um ponto comum no equacionamento deste desafio, a inserção das iniciativas de turismo comunitário no mercado turístico convencional. “Buscam vender o TBC na mesma prateleira de outros produtos turísticos, como hotéis de selva, *resorts* ou qualquer outro destino de turismo de massa à venda nas operadoras e agências espalhadas pelo país” (Bursztyn e Bartholo, 2012, p. 103). Na percepção dos autores, entretanto, as iniciativas de TBC possuem características marcantes e únicas, que a diferenciam do universo de produtos disponíveis no mercado. Logo, entendem que a inserção do TBC no mercado convencional não é a melhor maneira de promovê-lo.

O mercado do turismo vem passando por relevantes transformações nos últimos anos. Os produtos pasteurizados e homogeneizados começam a dar espaço para um turismo mais personalizado, tanto no sistema de produção como no de consumo. Neste contexto, o engajamento ativo de turistas deu origem ao movimento do turismo responsável, nascido na Europa no final do século XX e apoiado nos paradigmas do desenvolvimento sustentável e do consumo crítico. Uma das ações do turismo responsável reside na promoção de práticas turísticas que possibilitem uma relação direta entre os turistas e as comunidades receptoras, estimulando encontros interculturais e a geração de benefícios na localidade visitada. Baseado nesse propósito, programas de voluntariado, visitaçaõ a projetos socioambientais e apoio a iniciativas de TBC representam práticas convergentes às motivações do turista responsável. Segundo a Associação Italiana de Turismo Responsável (AITR, *Associazione Italiana Turismo Responsabile*), o Turismo Responsável é (apud Bursztyn e Bartholo, 2012, p. 106):

[...] o turismo realizado segundo os princípios de justiça social e econômica e no pleno respeito ao meio ambiente e as culturas. O turismo responsável reconhece a centralidade da comunidade local e o seu direito em ser protagonista no desenvolvimento turístico sustentável e socialmente responsável de seu território. Opera favorecendo uma interação positiva entre indústria do turismo, comunidade local e viajantes.

A convergência conceitual entre os princípios do turismo responsável e o TBC sinaliza a necessidade de se promover uma maior articulação entre este mercado consumidor – responsável e solidário – e as experiências de turismo comunitário. De um lado, viajantes interessados em conhecer novos lugares de uma forma ativa e participativa; de outro, localidades dispostas a “abrir suas portas” para a convivência com turistas. É fundamental que esses movimentos de demanda e oferta se encontrem e dialoguem.

O TBC deve encontrar o seu público-alvo e desenvolver um amplo trabalho de divulgação de suas práticas. “Atualmente, não existe clareza sobre a demanda por roteiros de TBC e, em virtude disso, faz-se necessário a formação de massa crítica sobre o tema.” (Bursztyn e Bartholo, 2012, p. 110). A busca por um mercado consciente e responsável enseja um grande desafio, considerando que os viajantes com esse perfil não compram suas viagens no mercado convencional. Os autores ainda ressaltam que o turismo responsável e o TBC representam as novas utopias para as práticas de turismo, e não devem ser confundidos com segmentos de mercado, mas como práticas que devem ser incorporadas aos segmentos já existentes, buscando influenciar o mercado em sua totalidade. No intuito de nortear uma estratégia de comercialização para o TBC no Brasil, Bursztyn e Bartholo (2012) apontam algumas diretrizes, que foram compiladas no **quadro 04**:

Diretrizes para estratégia de comercialização para o TBC no Brasil		
Diretrizes	Justificativa	Estratégias
Informação e facilitação da comunicação	O TBC tem como um grande obstáculo se fazer conhecer e possibilitar que os viajantes interessados consigam concretizar suas viagens.	- Divulgação dos princípios e valores que sustentam o TBC para que ele se torne uma opção de viagem pelos potenciais viajantes. - Conteúdos para divulgação devem enfatizar o caráter relacional como o principal diferencial, enfatizando uma identidade comum entre as diversas experiências. - Vinculação das iniciativas com os projetos sociais e ambientais da região deve ser destacada, porém não deve se sobrepor à divulgação das atividades de lazer que o visitante poderá desfrutar durante as viagens. - Informar ao visitante como a atividade turística apoia o desenvolvimento humano da comunidade envolvida na prática do TBC. - Estruturar as iniciativas de TBC para que consigam responder às demandas de forma eficiente e no menor tempo possível. - Recomenda-se, além de telefones fixos e celulares, o uso das ferramentas de comunicação oferecidas pela internet, como <i>e-mails</i> e mensagens instantâneas de voz e texto (<i>skype</i> e <i>MSN</i>). Essas ferramentas permitem atender às demandas dos interessados em tempo real. - Comunidades localizadas em regiões remotas, onde os serviços públicos de comunicação são instáveis ou inexistentes, devem investir em outras soluções para viabilizar o contato com o viajante. O estabelecimento de serviços de receptivo fora do território da comunidade representa uma alternativa para a comercialização. - No caso dos viajantes estrangeiros a questão do idioma representa uma barreira. É necessário investir na formação de recursos humanos comunitários para atender a esse público. - Estimular à manutenção do contato com o visitante após a viagem, objetivando a consolidação de um vínculo mais forte e o estabelecimento de uma relação de confiança.
Canais de promoção e divulgação	O fortalecimento do processo de comercialização deve priorizar o uso das novas tecnologias da informação e comunicação.	- Elaborar <i>websites</i> multilíngues com informações confiáveis sobre os serviços e as atividades oferecidas na localidade. O website deve utilizar recursos como fotos, vídeos e depoimentos de visitantes que já conheceram a iniciativa. - Divulgar o website da iniciativa em portais de viagens, como <i>TripAdvisor</i>, <i>WikiTravel</i>, <i>Mochileiros</i>, além de portais dedicados a temática do turismo responsável, como o <i>ResponsibleTravel</i>. - Fomentar o “<i>boca a boca</i>” por meio da internet. A utilização das redes sociais, como <i>Facebook</i>, <i>Orkut</i> e <i>Twitter</i> proporciona uma troca de “<i>dicas</i>” entre amigos e familiares. - Reunir as iniciativas em um único portal de abrangência regional ou nacional, em função dos custos envolvidos para uma divulgação consistente na grande rede. Essa estratégia, além de propiciar a divulgação das iniciativas, contribui para o fortalecimento dos laços de cooperação entre elas. - Inserir os serviços e atividades oferecidos pelas comunidades no elenco de atrativos dos destinos mais próximos, almejando difundir o TBC para os visitantes que já estão na região e podem se interessar em agregar às suas viagens uma experiência diferente. - Estabelecer parcerias com empresários locais (receptivo, hospedagem e alimentação) que

		compartilhem os princípios do TBC. Essas parcerias podem contribuir para o aumento das visitas de curta duração, atenuando os efeitos da sazonalidade. - Incentivar a participação da iniciativa em prêmios, feiras e eventos nacionais e internacionais, que sejam dedicados à promoção de iniciativas socialmente inovadoras.
Formação continuada	A baixa qualificação dos recursos humanos envolvidos nas propostas de TBC representa um obstáculo para o sucesso das iniciativas.	- Investir na qualificação dos serviços oferecidos aos visitantes, capacitando e reconhecendo as demandas dos turistas, e visando agregar valor a experiência de visitação. - Buscar apoio para a qualificação por meio de assessoria técnica, estabelecendo parcerias com Universidades e o Sebrae. - Autonomia no uso de ferramentas digitais pelos membros envolvidos na organização do TBC. - Preparar as comunidades para receberem uma demanda internacional, formando recursos humanos locais capazes de interagir com o público estrangeiro.

Quadro 06: Diretrizes para estratégia de comercialização do TBC no Brasil (BURSZTYN E BARTHOLO, 2012)

Fonte: Elaborado pela autora

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E ABORDAGEM METODOLÓGICA

O capítulo quatro se divide em dois momentos: a apresentação da área de estudo e a abordagem metodológica.

Inicialmente, discute-se brevemente o contexto do desenvolvimento turístico no Estado do Ceará, com destaque para a emergência do turismo comunitário na região. Procurou-se evidenciar como o TBC está inserido em um processo de organização comunitária mais ampla, que envolve questões como a luta pela posse da terra e pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais locais. Parte-se, assim, para a apresentação da Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede Tucum e das três comunidades, integrantes da Rede, que foram selecionadas para a pesquisa de campo deste trabalho: Assentamento Coqueirinho, Ponta Grossa e Prainha do Canto Verde.

Em seguida, a partir da estrutura lógica do estudo, o capítulo apresenta o processo de construção da dissertação. Aqui, os elementos-chave, critérios e subcritérios são apresentados, consolidando um *framework* de análise – que representa a ponte entre o referencial teórico e a pesquisa de campo. Por fim, discutem-se as cinco fases da pesquisa, evidenciando os instrumentos de coleta de dados utilizados em campo.

4.1 CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO CEARÁ

O litoral cearense, localizado na costa do Atlântico sul, é constituído de 573 km de praias. Os principais atrativos da região são as praias, dunas, falésias, coqueiros, fontes de água doce, lagoas e enseadas, privilegiando, assim, o turismo voltado para o aproveitamento do sol e do mar (CORIOLANO E FERNANDES, 2007).

A faixa litorânea conhecida como a Costa do Sol Nascente se estende de Fortaleza até a fronteira do Rio Grande do Norte, enquanto a Costa do Sol Poente vai de Fortaleza até a fronteira com o Piauí. A caracterização e delimitação do litoral cearense foram definidas no Programa de Desenvolvimento do Turismo em Áreas Prioritárias do Litoral do Ceará (PRODETURIS), criado em 1989 no Governo de Tasso Jereissati. Tendo como principal objetivo implantar a infraestrutura básica e fomentar negócios para dinamizar o fluxo turístico no Ceará, o programa dividiu a área em quatro regiões turísticas (**figura 04**): I e II, que abrangem do litoral de Caucaia até Icapuí, no sentido leste; e as regiões III e IV, de Caucaia até Barroquinha, no sentido oeste. Em 1992, durante o Governo Collor, o PRODETURIS foi incorporado a uma proposta maior, o Programa de Desenvolvimento do

Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)¹⁷, que selecionou áreas específicas para investimentos turísticos no litoral de cada estado nordestino (CORIOLANO E FERNANDES, 2007; MENDES e CORIOLANO, 2003).



Figura 04: Divisão do litoral cearense segundo o PRODETURIS
Fonte: Coriolano (2008, p.280)

O processo de desenvolvimento turístico no Ceará, segundo Coriolano (2008), pode ser compreendido em três diferentes momentos, que estão interligados e ocorreram em sequência:

A primeira fase, iniciada no final dos anos 1960 e consolidada nos anos 1980, refere-se a “onda da descoberta” dos paraísos litorâneos pelos veranistas, oriundos principalmente de Fortaleza. A construção de segundas residências ao longo do litoral caracteriza esse primeiro momento.

A segunda fase, com início nos anos 1990 e consolidação no início da década atual, é representada pela instalação dos equipamentos turísticos. Em municípios como Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati, Caucaia, Paracuru, Trairi, dentre outros, surgem hotéis, pousadas, bares, restaurantes e parques temáticos. Aqui, as infraestruturas para o turismo foram garantidas e implantadas por meio do PRODETUR. Os recursos do Programa para o estado foram na ordem de US\$ 166,13 milhões, e contou com a construção de estradas, a implantação de serviços urbanos de água, luz e saneamento básico, além da construção do terminal aeroportuário internacional de Fortaleza.

¹⁷ O PRODETUR/NE é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. O PRODETUR/NE é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor. (Disponível em <http://www.bnb.gov.br/>)

A terceira fase caracteriza-se pelo forte interesse de alguns turistas em adquirirem ou construírem residências e, ainda, prestarem serviços turísticos na região. Esse terceiro momento era bastante incipiente até o final da década de 1990, mas se intensificou nos últimos dez anos. O perfil desse turista, que se torna morador ou investidor local é, na maioria das vezes, o de um estrangeiro ou de um brasileiro de outro estado, normalmente com poder aquisitivo muito superior ao das comunidades locais.

No processo de desenvolvimento do turismo na região, o maior impacto que tem se observado é o da especulação imobiliária, gerador de sérios conflitos (CORIOLANO, 2008). Para Araújo e Moura (2007), o litoral, fragmentado em grandes e pequenas porções e privatizado para o uso das segundas residências e da rede hoteleira, tem penalizado diretamente as populações tradicionais, seja pela restrição de acesso aos recursos naturais e a terra, seja pelas dificuldades de inclusão dessas populações de forma significativa nas atividades turísticas emergentes. As populações tradicionais, que geralmente não possuem a posse legal da terra ocupada, são facilmente expulsas das áreas mais valorizadas, cedendo o lugar para a expansão das atividades turísticas e de lazer.

A revalorização do litoral para o lazer e o turismo segregou e expropriou comunidades tradicionais em face aos reordenamentos necessários à ocupação turística, que se apropria dos lugares considerados mais belos e atrativos (CORIOLANO, 2009). Logo, a organização do espaço passa a refletir as marcas do turismo, que incluem desde pequenos empreendimentos informais até *megaresorts*. Lima (2002) destaca alguns exemplos sobre o impacto do desenvolvimento turístico em algumas comunidades pesqueiras marítimas do Ceará:

- Com a construção de segundas residências na beira-mar em Paracuru (cidade praiana) e na praia do Pecém, os pescadores não têm onde aportar suas embarcações e estão morando longe do mar, por detrás de “morros”.

- A construção de complexos turísticos como o “Beach Park” e “Aquaville Resort”, os hotéis “Praia das Fontes” e “Marina Park” e a “Cidade Turística Porto Canoa”, implicaram na privatização do espaço público, restringindo o acesso à zona de praia.

- Na praia do Cumbuco, Caucaia - antiga colônia de pescadores - deu lugar ao loteamento incorporado e comercializado por uma empresa de empreendimentos imobiliários. Os moradores deixaram as suas antigas casas e passaram a habitar uma pequena área definida pelo loteador.

- Na praia das Flexeiras, atual Praia das Fontes, a área ocupada pela colônia de pescadores foi restringida com a construção do Hotel “Praia das Fontes”. A fonte que fornecia água para a comunidade foi “urbanizada” e incorporada à área do hotel.

Temendo o que aconteceu nessas localidades - lugares onde as empresas nacionais e internacionais se alocaram, expropriaram as terras, dominaram o comércio local e impuseram padrões culturais - algumas comunidades litorâneas resistiram às pressões externas e buscaram outros caminhos para o desenvolvimento da atividade turística, dando início ao processo de construção do TBC. Contrapondo-se ao modelo vigente, o turismo comunitário propõe um modelo de desenvolvimento menos concentrador e mais solidário, menos homogeneizado e mais atento à diversidade cultural. Se o modelo do turismo global dá preferência ao turismo de massa, que resulta na acumulação e reprodução do capital por meio dos grandes empreendimentos, como resorts, hotéis de luxo, parques e balneários, o turismo comunitário, por sua vez, prestigia o local, o residente e a cultura. O Ceará, ao mesmo tempo em que é alvo de intensas ações voltadas para o turismo de massa, contraditoriamente também é palco de inúmeras iniciativas de TBC (CORIOLANO, 1998, 2006, 2009).

O turismo desenvolvido pelas comunidades litorâneas do Ceará vem sendo chamado de turismo comunitário porque requer o envolvimento de todos, considera os direitos e deveres individuais e coletivos e elabora um processo de planejamento participativo, desde as tomadas de decisões até a execução das atividades turísticas. É realizado na escala humana. Desenvolve a gestão participativa (...), além de levar em conta a cultura local, a valorização do patrimônio cultural e os desejos e as necessidades das pessoas das comunidades. Turismo comunitário é aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida (...) (CORIOLANO, 2003, p. 41).

O turismo nas comunidades litorâneas revela o abuso de poder econômico no processo de especulação de terras para o lazer. No caso do litoral cearense, é fundamental entender a problemática do uso da terra para se compreender o processo de formação do turismo comunitário, surgido como uma forma de defesa e reação ao turismo dos resorts e dos megaempreendimentos. A luta pelo território é o ponto de partida para a organização comunitária. O TBC surge em um contexto onde as comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência, como na luta pela posse da terra e pelo direito ao uso sustentável dos recursos naturais. Para garantir a posse da terra e proteger-se das ações de grandes empresários do turismo, grileiros, carcinicultores e especuladores imobiliários, Lima (2002) aponta as estratégias políticas organizadas por comunidades pesqueiras, focando as ações empreendidas pelas comunidades do litoral leste do Ceará (Batoque, Prainha do Canto Verde e Redonda), a saber:

- **Ações em defesa da posse da terra:** ao serem alvos de processos de grilagem e compra de lotes por baixos preços, algumas comunidades se organizaram e encaminharam para a justiça questionamentos referentes à posse territorial.

- **Formalização das Associações de moradores:** para o encaminhamento de processos à justiça e órgãos públicos, as Associações de Moradores, até então não registradas, tiveram que ser regularizadas. Procedimentos como estatutos, atas, eleições de diretoria e registro de entidade tornaram-se fundamentais para a formalização e desempenho das ações comunitárias.

- **Gestão comunitária do uso da terra:** as comunidades passam a empreender discussões e estabelecer critérios para o uso da terra, definindo, inclusive, as condições relacionadas à manutenção do direito a moradia.

- **Fiscalização visando o combate à pesca predatória:** as comunidades se organizam e se articulam com outros órgãos (Prefeituras e IBAMA-CE, por exemplo) tendo como objetivo fiscalizar a pesca predatória nas mediações da comunidade.

- **Elaboração de códigos comunitários de ordenamento e gestão da atividade pesqueira:** as comunidades - como Redonda e Prainha do Canto Verde - criam códigos de auto-regulamentação da pesca, por meio de normas estabelecidas comunitariamente. Proibição da pesca de dormida, determinação de horários de saída para o mar, adequação de armadilhas para evitar roubos e pesca de lagosta miúda, são alguns exemplos das regras estabelecidas coletivamente.

- **Experiências alternativas de turismo:** as comunidades adotam formas alternativas de trabalhar com o turismo, demonstrando a preocupação em valorizar a cultura, fortalecer a identidade local, conservar o meio ambiente e distribuir os lucros advindos da atividade.

- **Articulações que forjam redes:** articulações se estabelecem entre as comunidades, promovendo interações entre os territórios para a troca de experiências, reivindicações e conquistas.

- **Criação de Reserva Extrativista (RESEX):** a Associação de moradores de Batoque dá entrada em uma solicitação para a criação, no seu território, da Reserva Extrativista do Batoque.

- **Reconhecimento internacional:** as experiências comunitárias do Ceará são reconhecidas não apenas nas escalas local, estadual e nacional. Pessoas e entidades estrangeiras têm reconhecido os esforços dessas comunidades em implementarem planos comunitários voltados para o desenvolvimento sustentável das atividades pesqueiras e do turismo.

Estas estratégias políticas comunitárias possibilitam situarmos o TBC em um contexto social e político mais amplo (**figura 05**). A ameaça externa desencadeia o processo de mobilização e organização da comunidade na luta pelos seus direitos. A legitimidade desses pleitos, perante alguns atores e espaços externos, depende da formalização do grupo comunitário. Surgem, assim, entidades registradas que passam a contar com mecanismos institucionais, como estatutos, atas, eleições etc. Neste processo, acordos e compromissos são firmados dentro da própria comunidade, ao tempo em que se estabelecem apoios e parcerias com agentes externos.

O turismo comunitário surge e passa a compor uma teia onde questões, como a luta pela posse da terra, a defesa dos recursos naturais, a manutenção de atividades econômicas tradicionais e a afirmação da cultura local se somam, se fundem, se fortalecem e se complementam. Logo, tais elementos não podem ser vistos isoladamente, mas como estratégias conjuntas de sobrevivência frente às ameaças externas.

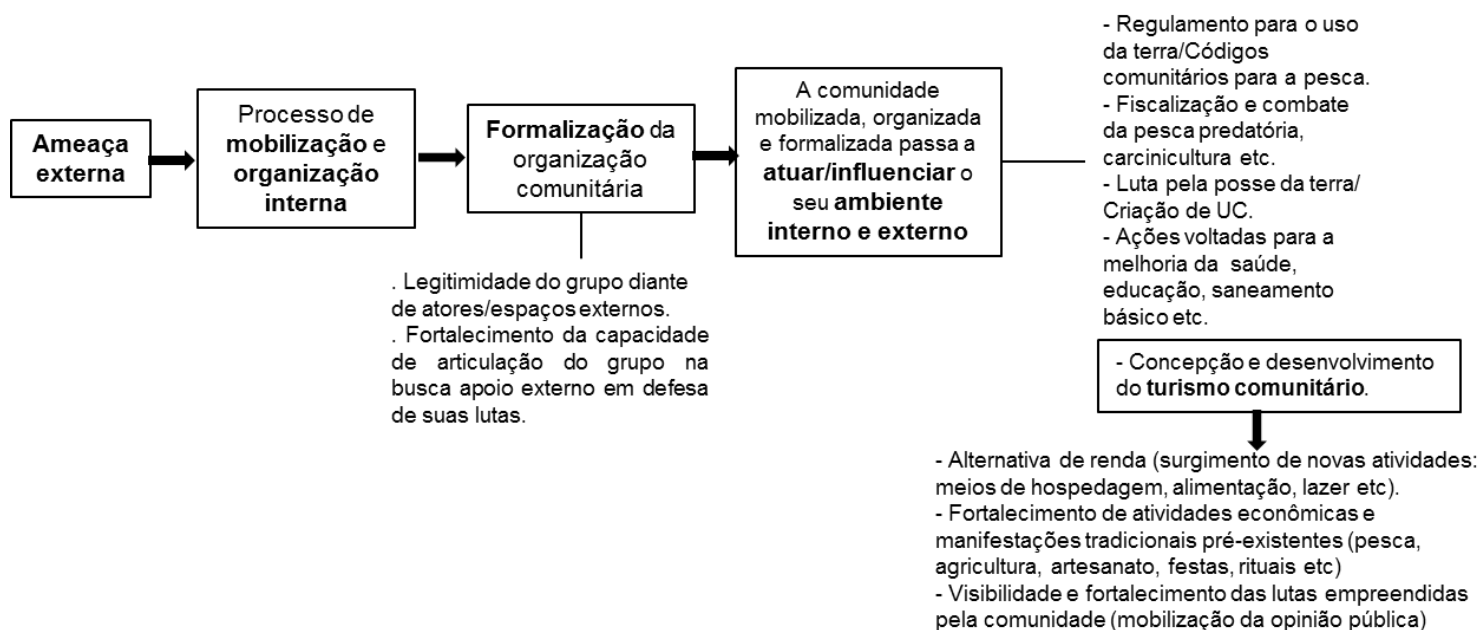


Figura 05: Processo de organização/atuação de comunidades envolvidas no TBC - Ceará.
Fonte: Elaborado pela autora

4.2 REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO - REDE TUCUM

Em construção desde 2006 e lançada em maio de 2008, como parte da programação oficial do II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (Fortaleza - CE), a Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede Tucum consolida-se como um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará. Participam da iniciativa onze comunidades costeiras (**Figura 06**) - Prainha do Canto Verde, Batoque, Jenipapo-Kanindé, Tremembé, Tapeba, Flecheiras, Caetanos de Cima, Curral Velho, Tatajuba, Assentamento Coqueirinho, Ponta Grossa - formadas por indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais que têm na pesca, na agricultura e no artesanato as suas atividades principais; dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, Centro de Formação, capacitação e pesquisa Frei Humberto (MST¹⁸) e Associação Mulheres em Movimento (**Quadro 07**), e duas ONGs que fornecem apoio institucional: Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália).

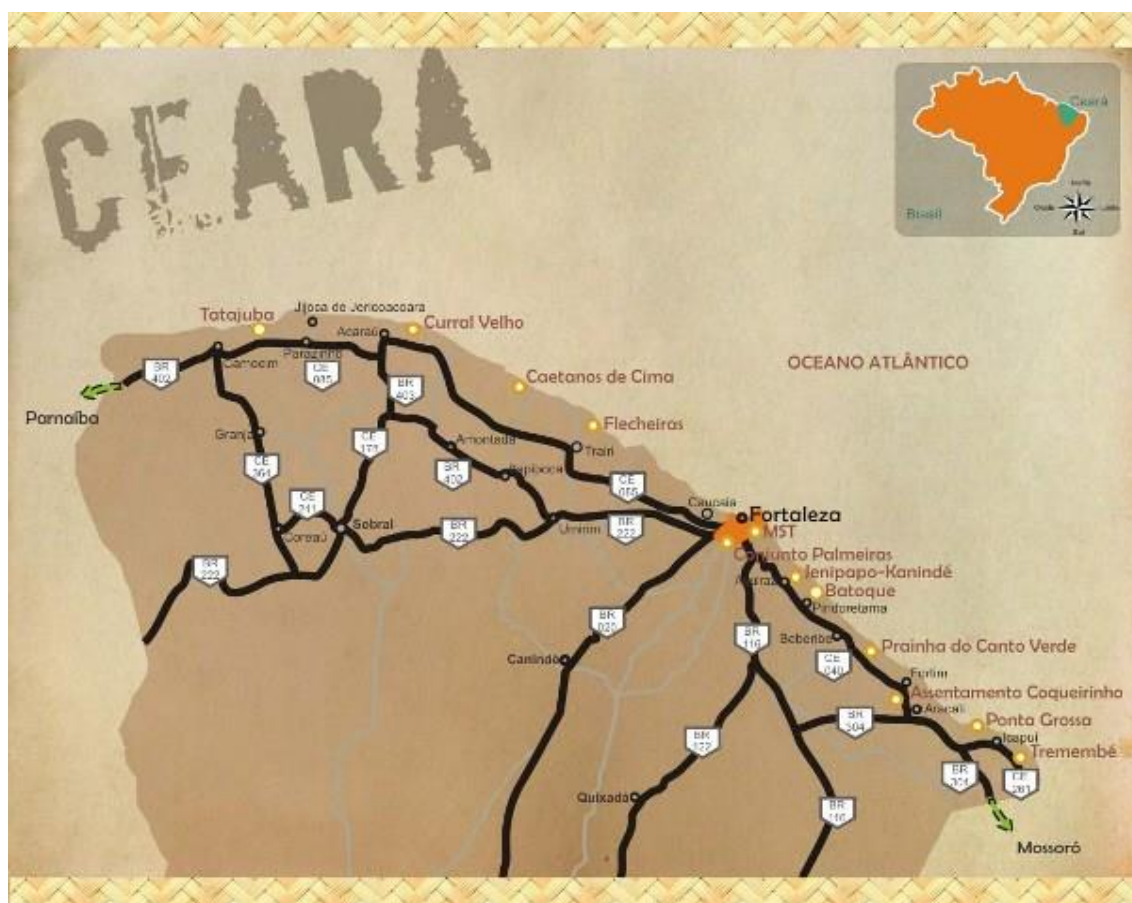


Figura 06: Localização das comunidades da Rede Tucum.

Fonte: www.tucum.org

¹⁸ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Iniciativas Integrantes da Rede Tucum – CE		
Comunidade	Localização	Descrição
Jenipapo-Kanindé	Município de Aquiraz (Litoral Leste)	Jenipapo-Kanindé é uma das nove etnias indígenas reconhecidas no Ceará. A comunidade vive às margens da Lagoa da Encantada, em meio a um grande campo de dunas. Sua renda básica é proveniente da agricultura familiar, da pesca na Lagoa e da produção de artesanato. O turismo comunitário vem ganhando importância econômica entre os indígenas, que já se encontram preparados para realizar trilhas na mata e oferecer refeições aos visitantes em uma palhoça de gestão coletiva - o Cantinho do Jenipapo.
Batoque	Município de Aquiraz (Litoral Leste)	Declarada Resex em 05 de junho de 2003, Batoque foi a primeira Reserva Extrativista do Ceará. A comunidade se caracteriza e se mantém pelas práticas ecológicas de uso e exploração que estabelece com a terra, a lagoa e o mar. No local, 320 famílias vivem na beira do mar, tendo a pesca como a principal fonte de renda. A história de organização comunitária, a luta contra os especuladores imobiliários e a conquista do direito ao seu território é transmitida através das gerações.
Ponta Grossa	Município de Icapuí (Litoral Leste)	Em Ponta Grossa, aproximadamente 200 moradores ocupam uma área que se estende entre um corredor de falésias e o mar. O direito de permanecer na terra foi conquistado pelos moradores nos anos 90 e a venda de propriedades no local é terminantemente proibida. A maioria dos habitantes, descendentes de holandeses, faz parte de uma mesma família, de sobrenome Crispim.
Tremembé	Município de Icapuí (Litoral Leste)	Localizada no extremo leste do litoral cearense, Tremembé é um lugar de extensos coqueirais, praia de mar calmo e com ampla faixa de areias brancas. No local encontra-se a Pousada Tremembé, uma iniciativa da Associação <i>Tremembé Onlus</i> -Itália para apoiar projetos de desenvolvimento alternativo na região e fortalecer a organização da comunidade. A Pousada Tremembé é gerenciada pela Caiçara, uma Associação Local que, com os recursos gerados pela pousada, tem fomentado novos projetos sociais na região.
Curral Velho	Município de Acaraú (Litoral Oeste)	Comunidade de pescadores e marisqueiras que mantêm uma estreita relação com a natureza em seu entorno - um manguezal e a praia de Arpoeiras. A resistência da comunidade contra a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) garantiu a preservação de uma grande área de mangue, último espaço deste ecossistema não ocupado pela carcinicultura na região. O Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário Encante do Mangue - representativo desta conquista – é um lugar de acolhida, boa comida e atividades culturais da comunidade.
Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (MST)	Fortaleza	O Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto é um espaço idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará (MST), para formação política de sua militância e para acolher eventos realizados pelos movimentos sociais e organizações que partilhem os mesmos propósitos de liberdade e justiça social. Entre os serviços oferecidos pelo Centro estão: alimentação, hospedagem e aluguel de salas para reuniões, contando com auditório e estrutura para eventos de até 200 pessoas.
Associação Mulheres em Movimento	Fortaleza	Nascido na década de 1970, o Conjunto Palmeiras está localizado ao sul de Fortaleza e possui mais de 32 mil habitantes vivendo em uma área de aproximadamente 120 hectares. A organização popular de seus moradores trouxe, além de visibilidade, a conquista de importantes direitos como água encanada, construção de escolas públicas, posto de saúde e, entre outros, um Centro de Cidadania. No local é possível conhecer experiências bem sucedidas de economia solidária que visam o desenvolvimento humano da comunidade, entre elas o Banco Palmas e a Cozinha Comunitária da Associação Mulheres em Movimento. Aqui, as mulheres, apoiadas por suas famílias, fazem a gestão do turismo comunitário no Conjunto Palmeiras, oferecendo hospedagem e alimentação.

Tapeba	Município de Caucaia (Litoral Leste)	O povo Tapeba é originário da junção de povos indígenas como Potiguara, Tremembé, Cariri e Jucá. Estas etnias foram agrupadas na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, que deu origem ao município de mesmo nome. São 6.439 indígenas que vivem distribuídos em 17 comunidades. No local, os turistas poderão conhecer dois equipamentos culturais que reúnem a história desse povo: o Centro de Produção Cultural Tapeba – CPC e o Memorial Cacique Perna de Pau. No CPC os visitantes poderão conhecer a culinária local, adquirir peças de artesanato indígena e presenciar danças e rituais Tapeba. No memorial é possível saber mais sobre a história da resistência Tapeba, por meio de exposições permanentes.
Prainha do Canto Verde	Município de Beberibe (Litoral Leste)	A Prainha do Canto Verde é destaque internacional em matéria de luta pela terra e projetos de turismo comunitário no litoral cearense. O local é um exemplo de integração entre o turismo e as atividades tradicionais, como a pesca, a agricultura e o artesanato, a maior parte produzido pelas mulheres e jovens.
Flecheiras	Município de Trairi (Litoral Oeste)	Flecheiras é a praia mais conhecida e frequentada do município de Trairi. É uma comunidade litorânea onde o turismo convencional já se apresenta bem desenvolvido. A prática da pesca artesanal, da coleta de algas e o turismo são as principais atividades econômicas dessa comunidade que vive à beira mar. No local se desenvolve uma das experiências mais bem sucedidas de cultivo de algas marinhas no país, estimulando a proteção do meio ambiente. As algas são beneficiadas para servir como fonte de alimento, além de serem transformadas em produtos de artesanatos e cosméticos.
Assentamento Coqueirinho	Município de Fortim (Litoral Leste)	Na década de 90, os atuais moradores do Assentamento Coqueirinho conquistaram o direito de morar e produzir neste lugar. Hoje, desenvolvem cultivos de hortas orgânicas, sistemas agroflorestais, apiário e banco de sementes, além de serem importantes articuladores da Bodega - Nordeste Vivo e Solidário (rede de socioeconomia solidária de produtores rurais). Desde o início dos anos 2000, recebem turistas solidários de projetos em áreas vizinhas. Em 2004, são construídos os primeiros chalés e restaurante na comunidade.
Caetanos de Cima	Município de Amontada (Litoral Oeste)	Caetanos de Cima, comunidade localizada em um vasto campo de dunas e lagoas, é formada por 46 famílias que possuem como fonte de renda a agricultura familiar e a pesca artesanal. O grau de organização comunitária e conscientização política e ambiental faz deles um exemplo de desenvolvimento local sobre bases de sustentabilidade nas diferentes atividades que praticam. Sua histórica luta a favor do direito sobre seu território resultou que esta área fosse decretada assentamento de reforma agrária ainda nos anos 80, o que, infelizmente, não eliminou os conflitos de terra que persistem até hoje, atualmente com novas ameaças para implantação de equipamentos do turismo convencional. Desde 2005, funciona na comunidade o Ponto de Cultura Abrindo Velas Pescando Culturas, com o apoio do Ministério da Cultura e assessoria do Instituto Terramar. O projeto fortalece a tradição musical e outras expressões artísticas, a partir de uma integração com a educação escolar.
Tatajuba	Município de Camocim (Litoral Oeste)	Em meados do século passado, esta comunidade de pescadores e agricultores teve sua vila soterrada em decorrência do avanço das dunas. Hoje, em busca de lugares mais seguros, ocupam diferentes espaços, configurando-se em quatro vilas: Nova Tatajuba, Vila São Francisco, Baixa da Tatajuba e Vila Nova. A comunidade possui uma histórica resistência contra a especulação imobiliária para o turismo de luxo, cuja pressão maior é resultado da sua beleza paradisíaca e proximidade de Jericoacoara. A ACOMOTA, Associação de Moradores tem atuado com diferentes projetos de desenvolvimento territorial e mais recentemente com o turismo comunitário.

Quadro 07: Iniciativas integrantes da Rede Tucum

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações disponibilizadas pela Rede Tucum (<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/secao/18713>)

A Rede promove a articulação de comunidades que se propõem realizar o turismo comunitário no Ceará, integrando a perspectiva de fortalecer a relação entre sociedade, cultura e natureza, sob a égide da justiça ambiental. O turismo comunitário nasce da percepção das comunidades de que não basta apenas criticar o modelo do turismo convencional. Aliado à crítica, torna-se necessário vivenciar uma outra lógica de construção da atividade turística. As comunidades que integram a Rede possuem o controle efetivo do turismo em seu território, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e serviços turísticos.

A Rede Tucum busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário por meio de dois objetivos principais: (i) promover formas de oferta turística locais que possibilitem às populações tradicionais a permanência em seu território e a continuidade das atividades econômicas tradicionais; (ii) oferecer aos viajantes a oportunidade de conhecerem essas localidades e as populações que nelas residem.

Nesse sentido, a Rede tem estruturado estratégias e parcerias focadas no desenvolvimento do turismo comunitário, como: fomentar processos de formação do sujeito na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e no desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo; investir na melhoria das infraestruturas turísticas e infraestruturas básicas; construir estratégias de *marketing* e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários; estabelecer relação com os organizadores e operadores de viagens para a comercialização do turismo comunitário e solidário, e articular com outras redes no Brasil e no exterior que estão construindo o turismo comunitário e solidário.

A Rede Tucum ainda apresenta uma série de “princípios e diretrizes” que orientam suas ações, a saber:

(i) as atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos podem ser coletivos ou de base familiar;

(ii) o turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais;

(iii) o planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local;

(iv) o turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes;

(v) promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade;

(vi) fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, incentivando a valorização da produção, da cultura e das identidades locais;

(vii) estabelece o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente;

(viii) fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade sócio-ambiental.

O turismo comunitário no litoral cearense representa uma oportunidade para as comunidades se inserirem na cadeia produtiva do turismo. A organização do TBC, por meio de uma rede, aproxima as histórias de luta e resistências dessas comunidades, promovendo intercâmbios, trocas de saberes e experiências e fortalecendo os movimentos em defesa de seus territórios. Das treze iniciativas que compõem a Rede, três foram escolhidas para a pesquisa de campo deste estudo: Assentamento Coqueirinho, Ponta Grossa e Prainha do Canto Verde (**figura 07,08 e 09**).



Figura 07: Placa Rede Tucum/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 08: Placa da Rede Tucum/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 09: Placa da Rede Tucum/Assentamento Coqueirinho
Acervo da autora/2013

4.3 ASSENTAMENTO COQUEIRINHO¹⁹

O município de Fortim situa-se no litoral leste do Estado do Ceará, a 132,3 Km de Fortaleza. Emancipado no ano de 1992 (lei 11.928), sua delimitação geográfica é de 280,18 km². O município possui 14.817 habitantes, distribuídos entre a sede (Fortim) e cinco distritos: Viçosa, Barra, Campestre, Guajirú e Maceió (IPECE²⁰, 2012).

O Assentamento Coqueirinho, localizado em Fortim, foi criado em 23 de agosto de 1995, ocupando uma área total de 1.473 hectares, dos quais 294,6 hectares são destinados à reserva legal. Logo após a sua criação, o Assentamento recebeu um total de 29 famílias, que foram instaladas em dois galpões e em 05 casas já existentes no imóvel, além de barracas improvisadas pelos assentados. Atualmente, 63 famílias vivem no local, que conta com uma estrutura fundiária dividida em três agrovilas (sede, Agrovila II e Agrovila III).

Segundo Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais representam uma das formas objetivas de se fazer uma reforma agrária e, de maneira genérica, referem-se à criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, cujo propósito é o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. No contexto da reforma agrária brasileira, o termo assentamento relaciona-se a um espaço preciso em que uma população é instalada. Com o propósito de fixação do trabalhador na agricultura, este termo não está limitado à distribuição de terra, englobando a garantia de condições adequadas para o uso da terra (obras de infraestrutura, assistência técnica e linhas de crédito) e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Antes da criação do Assentamento Coqueirinho, funcionava no local uma fazenda utilizada como haras que, por ser considerada uma área improdutiva, foi desapropriada pelo Governo Federal por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Na área foram assentadas famílias de diversas regiões do Ceará, provenientes de Beberibe, Cauípi, Aracati, Itaiçaba, Tremembé e do próprio município de Fortim.

Atualmente, aproximadamente 60 famílias estão divididas em 04 associações²¹. A Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho – ACOOPAC, entidade

¹⁹ O texto contido no tópico 4.3 (Assentamento Coqueirinho) utilizou como fontes, além das informações obtidas em campo, os seguintes estudos: Alencastro (2007), Borges e Costa (2012) e Silva et al (2010).

²⁰ Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

²¹ No início da ocupação, os assentados formaram a Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho (ACOOPAC). No entanto, após um ano e seis meses, um grupo minoritário, acostumados a produzir individualmente, fundou a APIAC (Associação dos Parceiros Individuais do Assentamento Coqueirinho), que contava com a participação de 22 famílias. A ACOOPAC, com então com 39 famílias, organizou-se a partir de regras coletivas acerca da proibição do desmatamento e da venda da terra. A desobediência dessa regra por um grupo gerou uma nova separação dentro da ACOOPAC, que resultou na formação de uma nova associação, a Associação dos Parceiros Autônomos do Assentamento Coqueirinho (APAAC). A APIAC, por sua vez, também sofreu uma subdivisão, dando origem a uma quarta associação (Lima e Silva, 2011).

responsável pelo desenvolvimento do turismo comunitário no Assentamento, conta com a participação de 39 membros, que correspondem a 21 famílias assentadas.

Em decorrência do funcionamento no passado de um haras no local, a produtividade do solo no assentamento ficou comprometida. O pisoteio dos animais compactou o solo, dificultando a infiltração de água e ar. Ademais, a região também apresenta baixa reserva de água na superfície, ficando o cultivo limitado a quadras de chuvas. Embora o solo seja considerado infértil e impróprio para a agricultura, os assentados trabalham com hortas orgânicas, sistemas agroindustriais e banco de sementes.

Não obstante, as inúmeras perdas na agricultura – decorrentes de ausência técnica, escassez de instrumentos de produção e condições ambientais desfavoráveis – motivou a busca por fontes alternativas de renda, que resultou no surgimento do turismo comunitário. Em 2002, um grupo de italianos da Associação *Tremenbé Onlus*²² hospedados na pousada Tremembé²³, desejou conhecer um assentamento rural, sendo direcionados para o Assentamento Coqueirinho. A experiência de receber visitantes, interessados em conhecer a realidade de uma comunidade rural, impulsionou a discussão sobre o desenvolvimento do turismo comunitário enquanto alternativa para a instabilidade de renda gerada na agricultura. Por meio do apoio da Associação Caiçara²⁴, a comunidade aprovou um projeto, financiado pela Associação *Tremenbé Onlus* (**figura 10**), que permitiu a construção de quatro chalés para hospedagem²⁵ (**figura 11**), um restaurante comunitário (Restaurante Sabores da Terra – **figura 12**) e duas hortas orgânicas, inaugurados em 2005.

²² ONG, fundada no ano de 1999 em Trentino, na Itália. Atua com projetos de cooperação para o desenvolvimento, sob a égide do turismo responsável.

²³ Pousada Comunitária localizada no município de Icapuí-CE,

²⁴ ONG brasileira, parceira da *Tremenbé Onlus*, voltada para a promoção dos direitos fundamentais das populações do nordeste brasileiro.

²⁵ Posteriormente foram construídos mais dois chalés, totalizando seis.



Figura 10: Placa Tremembé Onlus/Assentamento Coqueirinho
Acervo da autora/2013



Figura 11: Chalés de hospedagem/Assentamento Coqueirinho
Acervo da autora/2013



Figura 12: Restaurante Sabores da Terra/Assentamento Coqueirinho
Acervo da autora/2013

4.4 PONTA GROSSA²⁶

Icapuí localiza-se no litoral leste do Estado do Ceará, a 170 Km de Fortaleza. Emancipado no ano de 1985 (lei 11.003), o município possui 18.392 habitantes. Sua delimitação geográfica é de 428,69 km², abrangendo 14 comunidades litorâneas divididas em 64 Km de praias (IPECE, 2012).

A Praia de Ponta Grossa abriga uma das comunidades litorâneas de Icapuí. A comunidade é um núcleo pesqueiro, caracterizado pela pesca da lagosta, formado por aproximadamente 214 pessoas (64 famílias). A maioria da população é descendente de holandeses e pertence a uma mesma família, de sobrenome Crispim. A paisagem do local, com cerca de 700 m de extensão, é composta por praias, dunas fixas e móveis e falésias coloridas (**figura 13**).

Segundo historiadores, foi no local, hoje conhecido como Ponta Grossa, que o navegador espanhol Vicente Pinzón desembarcou no Brasil, antes de Cabral. Como não se tratava de uma viagem oficial, a visita não foi aceita como um descobrimento. Pinzón

²⁶ O texto contido no tópico **4.4** (Ponta Grossa) utilizou como fontes, além das informações obtidas em campo, os seguintes estudos: Costa (2003) e Nascimento (2006).

batizou o lugar de *Cabo de Santa Maria de la Consolacion*, e sua visita teria ocorrido dois meses antes de Cabral aportar em Porto Seguro-BA (OLIVEIRA *et. al.*, 2012).

A organização interna da comunidade se deu a partir da Associação de Moradores de Ponta Grossa – AMPG, criada em 1990, com projetos voltados para a implantação de rede elétrica, abastecimento de água e estradas de acesso (**figura 14**). Em 1998, surge uma nova entidade, a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura – ASTUMAC, voltada para questões como o controle da gestão territorial, o desenvolvimento do turismo comunitário e o fortalecimento da cultura local. Além das duas Associações, a comunidade, formada por praticamente uma mesma família, tem na igreja Evangélica “Assembleia de Deus” uma das grandes responsáveis pela congregação de todos.

Ponta Grossa é reconhecida pela luta em defesa de seu território (**figura 15**). Na década de 70, ocorreu o primeiro grande conflito pela posse da terra na região, com a ocupação de parte da terra pela Fazenda Retiro Grande. Até então, as comunidades de Retiro Grande e Ponta Grossa complementavam as atividades pesqueiras com a prática da agricultura de subsistência em áreas que atualmente pertencem à Fazenda Retiro Grande. Em 1998, a comunidade de Ponta Grossa foi beneficiada por um acordo de doação de terras da Fazenda Retiro Grande. O acordo foi estabelecido por meio da AMPG, sendo a escritura da terra coletiva.

A proposta de se criar uma unidade de conservação foi uma das estratégias da comunidade para “frear” a especulação imobiliária, o desmatamento da mata ciliar e o fluxo intenso de veículo nas dunas móveis. O resultado foi à criação da Área de Proteção Ambiental - APA²⁷ Ponta Grossa, decretada em 08/04/1998 (lei municipal nº 262), com 555, 678 hectares e abrangendo os limites de Redonda (ao leste), Retiro Grande (a oeste) e a Fazenda Cascaju (ao sul). Os próprios moradores fazem parte do comitê de gestão da APA, e adolescentes da comunidade foram treinados como agentes ambientais para serem multiplicadores e fiscais da natureza.

A comunidade de Ponta Grossa é essencialmente pesqueira e se destaca pela pesca da lagosta. A queda na pesca desse crustáceo, entretanto, tem representado um grande desafio para os moradores, impactando diretamente na renda das famílias. A atividade turística, por sua vez, tem se firmado como uma importante fonte de renda, e já conta com

²⁷ Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a APA refere-se à uma área, em geral extensa, como certo grau de ocupação humana, com atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. O objetivo da APA é proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do usos dos recursos naturais.

Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>

uma estrutura que engloba restaurantes, pequenas pousadas, chalés e pontos de venda na praia.

A vocação turística de Ponta Grossa, somada à construção de estradas de acesso à região e as preocupações com relação à especulação imobiliária a aos andarilhos que chegavam ao local com o ideal de constituir uma nova vida no lugar, mobilizaram os moradores na discussão de uma proposta de turismo construída a partir dos valores, limites e anseios da própria comunidade. A ASTUMAC nasce neste contexto e na tentativa de se delinear estratégias que trabalhem conjuntamente o desenvolvimento do turismo, a conservação do meio ambiente e o fortalecimento da cultura local. Em 2000, inicia-se uma parceria entre Ponta Grossa e a comunidade da Prainha do Canto Verde, por meio da realização de um seminário de planejamento do turismo na comunidade.



Figura 13: Falésias/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 14: Estrada de acesso a Comunidade/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 15: Placa contra a especulação imobiliária/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013

4.5 PRAINHA DO CANTO VERDE²⁸

Beberibe situa-se no litoral leste do Estado do Ceará, a 126 Km de Fortaleza pela rodovia CE 040. O município foi criado em 1892 (Decreto 67) e sua delimitação geográfica é de 1.616,39 km². Com 49.311 habitantes, Beberibe está dividido em seis distritos: Forquilha, Itapeím, Parajuru, Paripueira, Serra do Félix e Sucatinga (IPECE, 2012).

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade pesqueira marítima que tem na pesca artesanal uma atividade de grande relevância socioeconômica e cultural (**figura 16**). Localizada no distrito de Paripueira, situa-se em uma planície litorânea, à beira mar, em meio a campos de dunas (fixas e móveis), lagoas temporárias (interdunares) e planícies alagáveis. O início da ocupação na região se deu em 1860 e, hoje, a comunidade é formada por cerca de 1.100 habitantes, estabelecidos em uma área de 749 hectares com uma praia de 05 km de extensão.

A comunidade está situada em uma área de faixa litorânea de elevado valor econômico e entre alguns dos principais destinos turísticos do litoral cearense: Porto das Dunas (Aquiraz), onde se localiza o Parque Aquático do Beach Park, Praia das Fontes, Morro Branco (Beberibe) e Canoa Quebrada (Aracati).

A luta pela defesa da posse da terra iniciou em 1979, a partir do ataque do grileiro Antônio Sales Magalhães recorrendo à usucapião e levando à venda as terras da Prainha para a imobiliária Henrique Jorge. Diante da ameaça externa, os moradores entraram em contato com o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH para ajudá-los na luta pela terra. Em 1989, com o apoio da CDPDH, fundaram a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (**figura 17**), com o objetivo inicial de tratar a questão da terra judicialmente contra a posse e grilagem de agentes externos. Em 1995, o Tribunal de Justiça do Ceará condena a compra de terras como ato de grilagem e concede vitória à comunidade.

Em 1993, na tentativa de chamar a atenção da sociedade civil, da imprensa e dos governos sobre os impactos da pesca predatória da lagosta, da especulação imobiliária e do turismo predatório, a comunidade organizou uma viagem de protesto chamada de S.O.S Sobrevivência (**figura 18**). Na ocasião, quatro pescadores, em uma jangada de 8 metros, iniciaram uma viagem com duração de 76 dias até o Rio de Janeiro. Esta iniciativa se tornou um marco para a história de luta das comunidades pesqueiras do litoral cearense e conferiu à comunidade da Prainha do Canto Verde a liderança em diversas iniciativas na zona costeira do Ceará.

²⁸ O texto contido no tópico 4.5 (Prainha do Canto Verde) utilizou como fontes, além das informações obtidas em campo, os seguintes estudos: Almeida (2002), Bursztyn *et al* (2003) e Mendonça (2004).

Cabe ressaltar a presença do suíço René Schärer como um importante ator em diversos elos da Estrutura Político Organizacional da Prainha do Canto Verde. Ex- executivo da *Swissair*²⁹, René chegou a Prainha pela primeira vez em 1987 e estabeleceu residência fixa na comunidade em 1992. A experiência de René impactou diretamente o processo de organização interna e articulação externa da Prainha na luta pela posse da terra, na construção da proposta do turismo comunitário e no combate à pesca predatória.

O turismo começa informalmente na comunidade no ano de 1993, com a visita de turistas se hospedando na casa de pescadores. Os primeiros turistas são pessoas que apoiam os projetos da comunidade e oriundas de ONG's. As discussões na comunidade sobre o modelo de desenvolvimento do turismo aconteceram em 1993 e 1994, e resultaram na construção do *Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde*. O projeto contou com a realização de uma pesquisa na própria comunidade, com o objetivo de saber a percepção que os nativos tinham sobre o turismo e a sua chegada à Prainha. Em um segundo momento, e a partir da necessidade de levantar informações referentes às comunidades onde o turismo já havia efetivamente se estabelecido, a pesquisa foi estendida a localidades vizinhas. Moradores da Prainha visitaram destinos como Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes.

A pesquisa realizada em outras comunidades deixou claro o modelo de turismo que a comunidade não desejava e motivou a construção de um sistema diferente, onde os próprios moradores seriam os organizadores, articuladores e donos dos empreendimentos turísticos. Em 1997, a Associação de Moradores cria o Conselho de Turismo para gerenciar o Projeto de Desenvolvimento Turístico da Prainha do Canto Verde, com a missão de “desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem estar dos moradores, preservando os valores culturais e as belezas naturais da nossa região” (PROJETO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, 1997, p. 02).

O exercício da luta pela posse da terra ampliou a consciência da comunidade com relação aos seus direitos e motivou a busca por uma melhor qualidade de vida. A Associação de Moradores, criada em 1989, se estruturou em cinco conselhos: educação, saúde, pesca, terra e turismo. Os conselhos da pesca e da terra, por exemplo, criaram regimentos que ordenaram ações para o desenvolvimento da comunidade, como o Plano de Manejo da Área de Pesca Artesanal – o Regulamento da Pesca da Lagosta (2002) e o Plano Diretor – Regulamento para o Uso da Terra (1996).

²⁹ A *Swissair* foi uma companhia aérea suíça que cessou a operação após o colapso do grupo *SAir Group*, em 2001. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Swissair>

Em 05 de junho de 2009, a Prainha do Canto Verde é transformada em uma Reserva Extrativista - Resex³⁰ (Lei Federal 9985/00), tornando-se uma área da administração pública federal sujeita às restrições de uso (ver **anexo** – proposta de criação).

Após o decreto da Resex, um empresário da região – do ramo da construção civil e dono de uma rede de ensino privado – afirmou ser dono de mais de 50% do território da comunidade e entrou na justiça tentando anular a criação da Resex. O empresário, proprietário há 20 anos de uma casa de veraneio na Prainha do Canto Verde avaliada em quatro milhões de reais (**figura 19**), afirma que em 1985 comprou 315 hectares de terrenos do especulador Antônio Sales Magalhães, em sociedade com a Imobiliária Henrique Jorge. A influência do empresário desencadeou um conflito interno na comunidade, resultando na formação de dois grupos:

De um lado, a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, criada em 1989 e com aproximadamente 220 associados, que apoia a criação da Resex continental e marinha, entendendo que a Resex Terrestre é uma forma de garantir o direito da terra para os nativos (**figuras 20 e 21**). Segundo Lima e Silva (2011, p. 259):

Conforme informações do Sr. René Schärer (...) a comunidade, que, em 2009 conseguiu a conquista da RESEX que delimita e protege as ações extrativistas da comunidade no uso coletivo dos recursos naturais, quando estava perto de comemorar um ano de RESEX, viu-se atacada mais uma vez pelo empresário Tales de Sá, ainda na intenção de se apropriar do território da comunidade, tentando anular a criação da RESEX, que se baliza na legislação ambiental ao preservar o uso do território de forma coletiva. Além disso, vem influenciando alguns moradores com promessas assistencialistas e atuando para a criação de uma segunda organização local, a Associação dos Moradores Independentes da Prainha do Canto Verde. Com a criação da RESEX, o empresário viu seu possível sonho de construir um resort na localidade frustrado, e eis aí a razão para a tentativa de desqualificação da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde.

De outro, a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde - AIMPCV, criada em 2010. Formada por moradores contrários à criação da Reserva

³⁰ O processo para a criação da Resex Extrativista Prainha do Canto Verde se iniciou em 2001. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Resex refere-se a uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. O objetivo de criação das Resex reside na proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações residentes possuem contrato de concessão de direito real de uso, considerando que a área é de domínio público. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>

continental, a AIMPCV não aceita a implantação da Resex Terrestre por se sentirem enganados **(figuras 22 e 23)**. De acordo com a Organização³¹:

A Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde surgiu há 2 anos. Foi criada por integrantes dissidentes da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde que não concordavam com a implantação na área de uma Reserva Extrativista (RESEX) Continental. Os fundadores da AIMPCV explicam que, quando assinaram o documento para a criação da RESEX, lutavam pelo estabelecimento de uma Reserva Extrativista Marinha, para controlar a pesca na comunidade, atividade que garante o sustento de grande parte dos moradores do local (cerca de 90% dos moradores vive da pesca).

Quando a Resex foi implantada, a comunidade foi surpreendida com a notícia de que a área seria transformada também em Reserva Extrativista Continental. A novidade trouxe várias mudanças para os nativos da praia. A partir do momento em que a Prainha do Canto Verde tornou-se também RESEX Continental, além de Marinha, os moradores não puderam mais fazer pequenas construções ou reformas em suas casas. Também não podem vendê-las.

Os fundadores da associação se queixam de que não foram informados da RESEX Continental. A luta deles, e de grande parte dos moradores da Prainha do Canto Verde, era pela RESEX Marinha, com o intuito de coibir a pesca predatória, principalmente o uso de grandes barcos e compressor. A RESEX Continental só seria justificada caso eles utilizassem a agricultura e a pecuária como meio de sobrevivência, o que não é o caso. A Reserva Extrativista Continental também atrapalha o turismo, outra fonte de renda para a comunidade. Sem pequenas obras ou construções, não há como aumentar o número de pousadas ou ampliar as já existentes. A AIMPCV possui 370 associados e luta pelos interesses dos moradores da Prainha do Canto Verde.

A Prainha do Canto Verde, reconhecida internacionalmente pela sua organização comunitária, ação coletiva e a incansável luta contra os especuladores e a pesca predatória, vivência hoje um conflito interno. A divisão da comunidade em dois blocos afetou diversas dimensões da vida comunitária, gerando novas configurações nas relações políticas, sociais e econômicas deste território.

³¹ Disponível em <http://www.prainhadocantoverde.com/sobre/>



Figura 16: Vila/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 17: Sede da Associação de Moradores/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 18: Jangada utilizada na viagem de protesto - S.O.S. Sobrevivência/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 19: Reportagem Veja/Praia do Canto Verde
Fonte: <http://praihadocantoverde.org/>

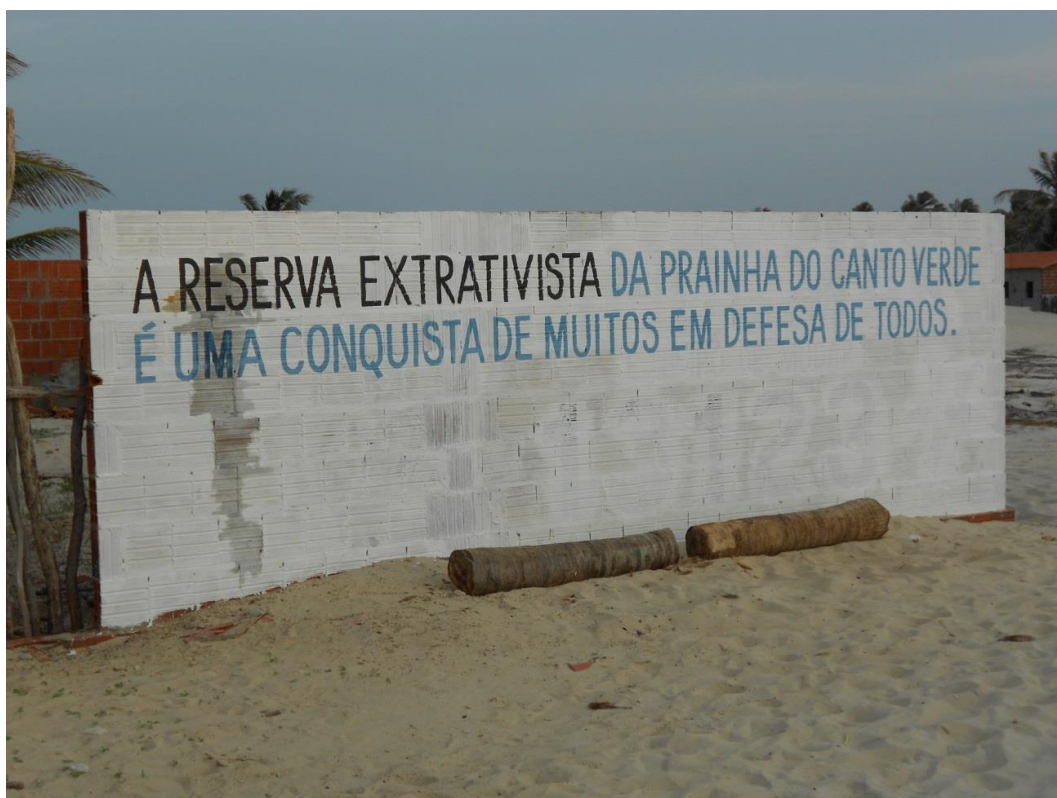


Figura 20: Manifestação a favor da Resex Terrestre (01)/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013

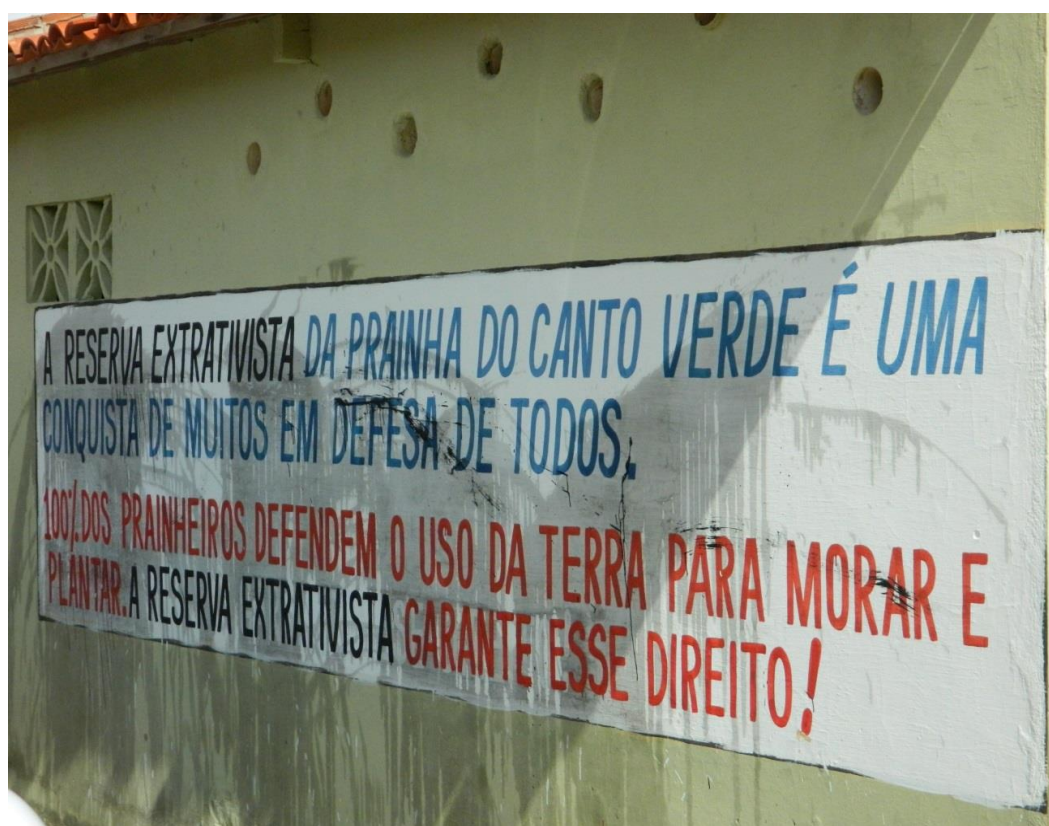


Figura 21: Manifestação a favor da Resex Terrestre (02)/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 22: Manifestação contra a Resex Terrestre/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 23: Sede da nova Associação/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013

Informações Gerais	Assentamento Coqueirinho	Ponta Grossa	Prainha do Canto Verde
Município:	Fortim	Icapuí	Beberibe
Estado:	Ceará	Ceará	Ceará
CEP:	62.815-000	62.810-000	62.840-000
Distância de Fortaleza - CE:	132,3 Km	170 km	126 km
População:	63 famílias	Aproximadamente 214 habitantes	Aproximadamente 1044 habitantes
Organização local responsável pelo turismo comunitário:	ACOPAC - Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho	ASTUMAC – Associação de Turismo e Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa	Conselho de Turismo, vinculado a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde

Quadro 08: Síntese das informações gerais das comunidades de estudo.

Fonte: Elaborado pela autora.

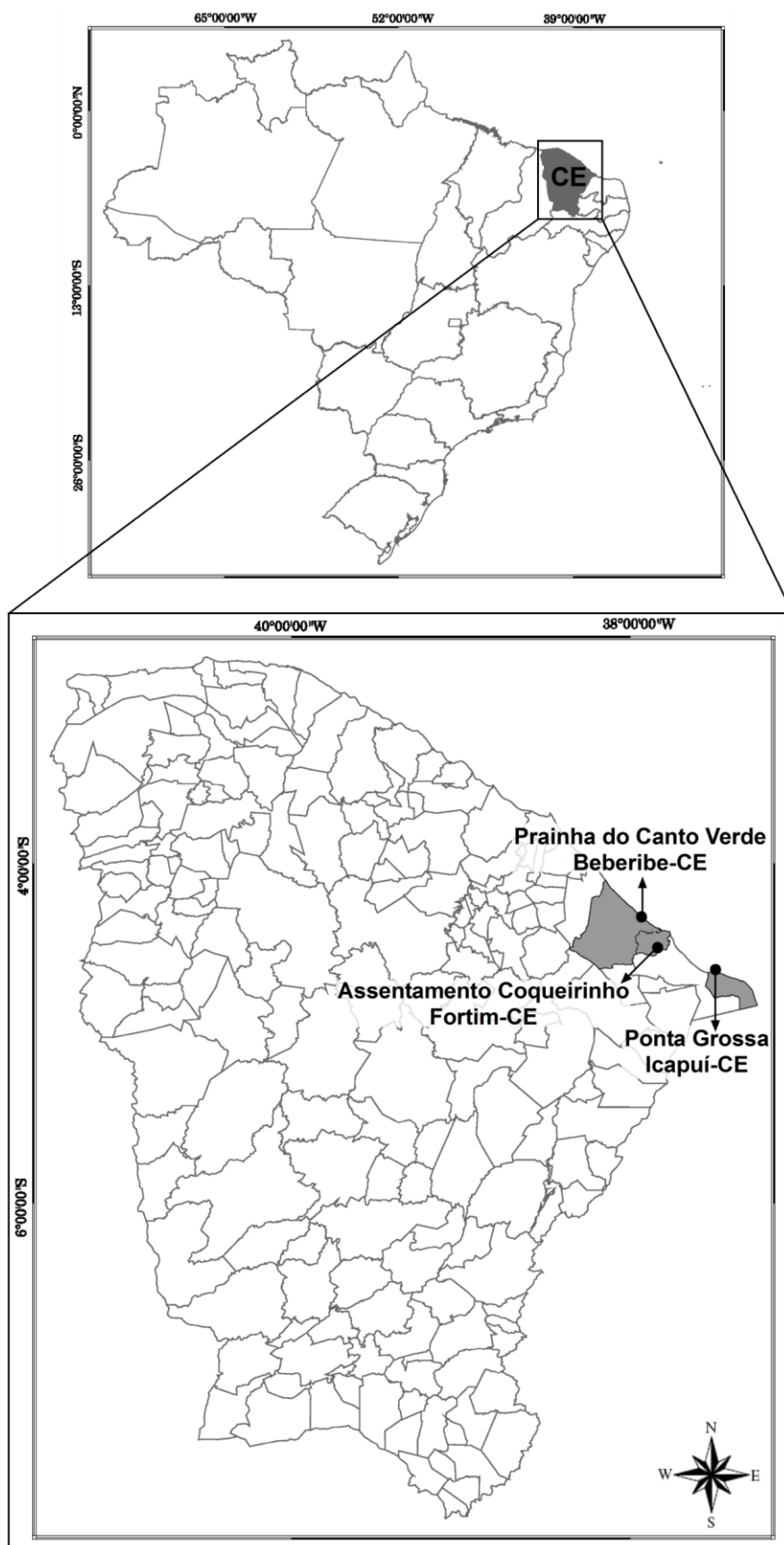


Figura 24: Mapa das comunidades de estudo

Fonte: Elaborado pela autora

4.6 ESTRUTURA LÓGICA DO ESTUDO

A **figura 25** representa a estrutura lógica deste trabalho. A primeira etapa foi dedicada a uma revisão de literatura sobre a temática do TBC, buscando evidenciar os conceitos, princípios e diretrizes sustentadores desta proposta. A literatura forneceu a base para o desenvolvimento dos elementos-chaves do turismo comunitário, ou seja, os seus aspectos constituintes. Em seguida, estabeleceram-se os critérios e subcritérios correspondentes a cada elemento-chave. A partir da relação “elementos-chaves, critérios e subcritérios” foram elaborados os instrumentos de coleta de dados para o trabalho de campo, com o intuito de identificar a presença (ou não) desses aspectos nas iniciativas de TBC analisadas. Sob a luz dos resultados de campo, o trabalho revisita a teoria, estabelecendo um paralelo entre esses dois universos: de um lado, o arcabouço teórico do TBC, de outro, as suas práticas.

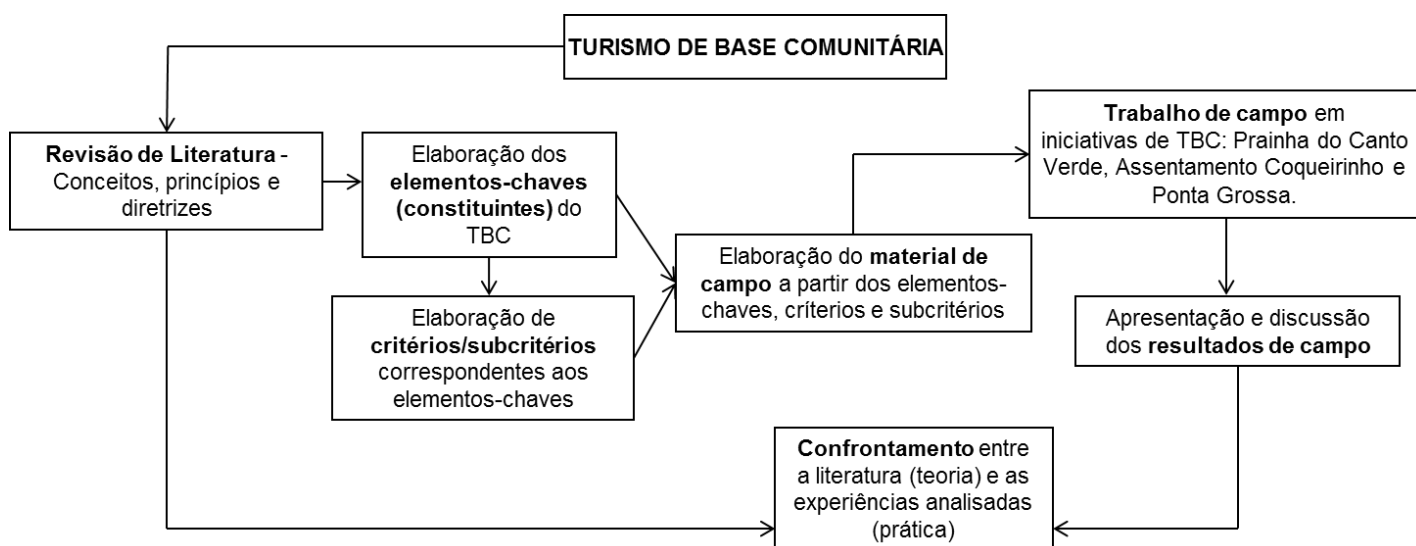


Figura 25: Estrutura lógica do estudo

Fonte: Elaborado pela autora

4.7 APRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS-CHAVES, CRITÉRIOS E SUBCRITÉRIOS

Embora se reconheça que as iniciativas de TBC, dentro de um espectro micro, apresentem características peculiares, considera-se relevante delinear os elementos que podem ser vistos por uma ótica comum em um aspecto macro. Com base na revisão conceitual realizada, emergem os seguintes elementos a serem considerados (**figura 26**):

- **Dominialidade:** refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade turística;
- **Organização Comunitária:** almeja identificar o modelo e processo de gestão consolidada em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo;
- **Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios:** refere-se à existência de mecanismos/acordos que contribuam para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo;
- **Integração econômica:** evidencia a integração do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, identificando novos arranjos surgidos a partir do seu advento;
- **Interculturalidade:** relaciona-se com o intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local;
- **Qualidade Ambiental:** refere-se às condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e, ainda, as formas de manejo dos recursos naturais locais.

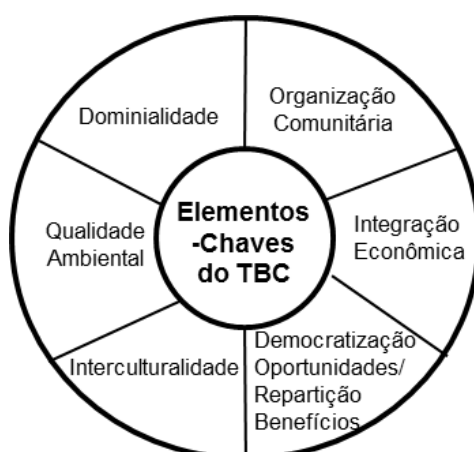


Figura 26: Elementos-Chaves do TBC
Fonte: Elaborado pela autora

Conforme apresentado no *framework* de análise (**quadro 08**), para cada elemento-chave foram atribuídos critérios correspondentes e o elemento “qualidade ambiental” recebeu, ainda, um grupo de subcritérios. No total, foram definidos 16 parâmetros a serem analisados em iniciativas de TBC.

Elementos-chaves	Critérios	Objetivos/Subcritérios
Dominialidade	1. Propriedade	Identificar se a população local é proprietária dos empreendimentos/serviços turísticos ofertados
	2. Gestão	Verificar se a gestão dos empreendimentos/serviços turísticos é realizada pela população local
	3. Mão-de-obra	Verificar se a mão de obra alocada nos negócios turísticos é oriunda da comunidade
Organização Comunitária	1. Organização Interna	Identificar e qualificar as formas de organização interna à comunidade que atuem em prol do turismo comunitário. Se constatada a existência de Organização, levantar: modelo de gestão, formalização e frentes de atuação.
	2. Articulação Externa	Verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário.
Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios	1. Mecanismos Financeiros	Verificar a existência de mecanismos financeiros/ acordos comunitários que contribuam para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso dos membros da comunidade às atividades relacionadas ao turismo.
	2. Acordos Comunitários	
Integração econômica	1. Fornecimento de Insumos	Identificar se a população local é fornecedora de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos da comunidade.
	2. Comercialização de Produtos	Identificar se a comunidade comercializa produtos locais para os visitantes.
Interculturalidade	1. Compartilhamento do Espaço	Verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar, e este representa um espaço de encontro e convívio.
	2. Participação Cultural	Identificar o acesso do visitante ao patrimônio material e imaterial da comunidade
Qualidade Ambiental	1. Saneamento Ambiental	Identificar como se dá a gestão/acesso da comunidade em relação a três aspectos: 1.1. Resíduos sólidos; 1.2. Efluentes; 1.3. Abastecimento de água
	2. Manejo dos Recursos Naturais	Identificar o manejo dos recursos naturais locais sob duas perspectivas: 2.1. Institucional , refere-se às ações de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais locais. 2.2. Técnico , relaciona-se ao manejo específico adotados na gestão dos recursos naturais locais (técnicas, petrechos e ofícios).

Quadro 09: *Framework* de análise para iniciativas de TBC

Fonte: Elaborado pela autora

4.8 FASES DA PESQUISA

Esta dissertação tem um caráter analítico-descritivo, com abordagem essencialmente qualitativa. A pesquisa foi organizada em cinco etapas metodológicas principais: **i)** pesquisa bibliográfica; **ii)** desenvolvimento do *framework* de análise (elementos-chaves, critérios e subcritérios), seleção das comunidades de estudo e elaboração dos questionários e formulários; **iii)** Pesquisa de campo, envolvendo observação direta, pesquisa documental, diário de campo, aplicação de questionários e preenchimento de formulários; **iv)** Sistematização e análise das informações; **v)** Confrontamento entre a revisão de literatura e os resultados obtidos em campo.

Fase I: O ponto de partida no desenvolvimento do trabalho foi uma revisão bibliográfica para a consolidação de um referencial teórico acerca do turismo comunitário e a sua interface com o desenvolvimento local e a sustentabilidade (**capítulo 01**). Ademais, o **capítulo 02** foi dedicado à apresentação de alguns olhares críticos sobre o TBC e o **capítulo 03** abordou o TBC no contexto brasileiro. Para tanto, foram pesquisados livros, artigos científicos, dissertações, relatórios técnicos e de pesquisas, nacionais e internacionais, além do acesso a sites governamentais e não governamentais.

Fase II: A partir de um referencial teórico consolidado, o segundo momento foi dedicado ao desenvolvimento de um *framework* de análise (construção dos elementos-chaves, critérios e subcritérios) que possibilitasse a avaliação de iniciativas de TBC (**capítulo 04**). Esse material foi a base para a elaboração dos questionários e formulário de campo. A etapa II também contou com a definição das comunidades de estudo.

- Definição das comunidades de Estudo:

As três comunidades selecionadas para este estudo, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa e Assentamento Coqueirinho, localizam-se no litoral cearense e integram a Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário. A Prainha do Canto Verde foi escolhida por sua notoriedade, pois a localidade é reconhecida como uma experiência modelo de TBC, no Brasil e no exterior, e palco de inúmeras produções acadêmicas e reportagens sobre a temática do turismo comunitário. As outras duas comunidades foram escolhidas junto com a coordenadora da Rede Tucum, Rosa Martins. Ambas estão próximas da Prainha do Canto Verde, no litoral leste do Estado. Esta proximidade influenciou a decisão de escolha, por tornar, dentro do limite temporal, mais eficiente o deslocamento entre as localidades.

Ponta Grossa foi escolhida por ser a iniciativa integrante da Rede que recebe o maior fluxo de turistas. O Assentamento Coqueirinho, por sua vez, é a única experiência da Rede

localizada em um Assentamento da Reforma Agrária e que não possui praia, configurando-se, assim, como uma experiência de turismo com características essencialmente rurais.

Assim, para compor este estudo, buscaram-se experiências que, embora estejam geograficamente próximas, possuem características peculiares, o que permite a análise do desenvolvimento do turismo comunitário em diferentes realidades e contextos. Ademais, por integrarem uma Rede, tais iniciativas oferecem algumas vantagens para esta pesquisa, no que se refere à facilidade de comunicação, interlocução com as lideranças locais e apoio na programação e logística de campo.

Fase III: O trabalho de campo foi executado por dois pesquisadores, no período de 10 a 17 de janeiro de 2013. Os recursos e instrumentos de coleta de dados utilizados foram: observação direta, pesquisa documental, diário de campo, aplicação de questionários e preenchimento de formulários.

- Período de campo:

A pesquisa de campo ocorreu no período de 10 a 17 de janeiro de 2013, totalizando 08 dias de trabalho, distribuído da seguinte forma:

- . Dias 10,11 e 12: Ponta Grossa
- . Dias 12, 13 e 14: Assentamento Coqueirinho
- . Dias 14,15 e 16: Prainha do Canto Verde
- . Dias 16 e 17: Ponta Grossa³²

- Instrumentos de coleta de dados:

. **Observação direta:** A observação constitui um elemento fundamental para a pesquisa. É na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente (GIL, 1999). A observação direta permite que o pesquisador assuma o papel de espectador, buscando a aproximação para que seja aceito pelo grupo (SPRADLEY, 1980). Essa técnica foi utilizada no cotidiano dos trabalhos de campo, e permitiu verificar as diferentes práticas e técnicas, sociais, culturais e simbólicas dos atores com relação ao seu território e ao TBC.

. **Diário de campo:** Os pesquisadores utilizaram os diários de campo como um dos instrumentos de pesquisa, no qual registraram as suas impressões e sentimentos vivenciados durante o processo de pesquisa. As notas de campo forneceram uma descrição dos acontecimentos presenciados. Conforme as orientações de Emerson, Fretz & Shaw (1995), a descrição da experiência; os diálogos realizados; caracterização, esquemas locais e comentários foram registrados no diário de campo.

³² Houve um retorno para Ponta Grossa com o objetivo de complementar algumas informações obtidas entre os dias 10-12 de janeiro.

. **Pesquisa documental:** A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, a diferença entre ambas reside na natureza das fontes. As fontes documentais podem ser de primeira mão, referente àquelas que não receberam qualquer tratamento analítico (documentos oficiais, reportagens de jornal, fotografias, gravações, filmes etc.) e de segunda mão, relacionado aos documentos que de alguma forma já foram analisados (relatórios de pesquisas, tabelas estatísticas etc.) (GIL, 1999). Durante os trabalhos de campo, os pesquisadores acessaram alguns materiais disponibilizados pelas Associações Locais (projetos, atas, estatutos, reportagens, gravações etc.) que complementaram as outras fontes de coleta de dados.

. **Questionário:** O questionário, considerado a forma mais utilizada para se coletar dados, contém um conjunto de questões relacionadas logicamente com um problema central (CERVO E BERVIAN, 2005). Para este estudo, utilizou-se 02 modelos de questionários, um focado nos empreendimentos turísticos da comunidade e o outro voltado para as Organizações Locais (**ver apêndice**). Na aplicação dos questionários, as perguntas foram formuladas oralmente pelos pesquisadores aos entrevistados, o que Gil (1999) denomina como “questionários aplicados com entrevista”. No total, foram aplicados 22 questionários, distribuídos da seguinte forma: 14 em Ponta Grossa (01 na ASTUMAC/Organização local e 13 nos empreendimentos turísticos); 03 no Assentamento Coqueirinho (01 na ACOOPAC/Organização local e 02 nos empreendimentos turísticos), e 05 na Prainha do Canto Verde (01 na Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde – Conselho de Turismo/Organização local e 04 nos empreendimentos turísticos).

. **Formulário:** O formulário é destinado à coleta de dados resultantes de observações e/ou interrogações, e o seu preenchimento é feito pelo próprio investigador (CERVO E BERVIAN, 2005). Este estudo contou com o preenchimento de 03 formulários por comunidade (**ver apêndice**), cujo objetivo foi levantar informações sobre a caracterização da localidade, a qualidade ambiental e a prática da interculturalidade. Os formulários foram preenchidos com base na observação direta dos pesquisadores e por meio de entrevistas informais com alguns atores locais.

Os questionários e formulários foram baseados no *framework* de análise proposto. A aplicação desses instrumentos forneceu os subsídios necessários para uma avaliação de como os 16 parâmetros contidos no *framework* estão expressos nas realidades estudadas. O critério de escolha dos entrevistados teve como base uma amostra intencional, no qual um pequeno grupo de pessoas foi escolhido não de modo aleatório, mas segundo o critério de representatividade social (THIOLLENT, 1997). Neste caso, as entrevistas ficaram circunscritas ao grupo envolvido diretamente com o turismo de base comunitária. Dentre as entrevistas realizadas (para o preenchimento dos questionários e formulários), algumas, por

sua relevância, foram referenciadas no decorrer deste estudo (**capítulos 04 e 05**), e estão identificados da seguinte forma:

Prainha do Canto Verde (PCV):

- . Morador 01 – PCV: proprietária da Pousada Sol e Mar e organizadora dos grupos de artesãs da comunidade
- . Morador 02 – PCV: irmão do proprietário da Pousada e Restaurante Sol e Mar.
- . Morador 03 – PCV: jovem, guia da trilha ecológica.
- . Morador 04 – PCV: coordenador do Projeto de Turismo Comunitário da Prainha.
- . Turistas 05 – PCV: Casal, oriundo do Rio de Janeiro, hospedado na Pousada e Restaurante Sol e Mar.

Ponta Grossa (PG):

- . Morador 01 – PG: coordenador do Turismo Comunitário da ASTUMAC.
- . Morador 02 – PG: pescador e dono da Barraca Pantanal.
- . Morador 03 – PG: responsável pelo ponto de venda na praia (coco e bebidas), condutor da trilha ecológica, funcionário (e filho do proprietário) da Barraca Pantanal e pescador.

Assentamento Coqueirinho (AC):

- . Morador 01 – AC: responsável pelo Restaurante Sabor da Terra.
- . Morador 02 – AC: responsável pelos Chalés de hospedagem e presidente da ACOOPAC.
- . Morador 03 – AC: guia da trilha ecológica e produtor dos cosméticos naturais.

Fase IV: A quarta etapa contemplou a sistematização e análise das informações obtidas em campo (**capítulo 05**). Neste momento, discute-se como as comunidades estudadas responderam a cada parâmetro proposto.

Fase V: A última etapa (**capítulo 06 e conclusão**) desenvolveu um paralelo entre o referencial teórico do TBC e a pesquisa de campo. A partir de uma releitura da teoria a luz dos resultados de campo, o estudo revisita os elementos-chaves, buscando entender quais, de fato, devem ser interpretados como elementos constituintes das iniciativas de TBC.

CAPÍTULO 5: RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS ELEMENTOS-CHAVES, CRITÉRIOS E SUBCRITÉRIOS

As três comunidades de estudo foram analisadas a partir do *framework* proposto. Este capítulo apresenta os resultados de cada comunidade frente aos 16 parâmetros de análise. O início do capítulo é dedicado a algumas considerações sobre o desenvolvimento do turismo nestas localidades, para, então, apresentar os resultados de cada elemento-chave, e seus respectivos critérios e subcritérios.

5.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS COMUNIDADES DE ESTUDO

As comunidades de Ponta Grossa, da Prainha do Canto Verde e o Assentamento Coqueirinho integram a Rede Tucum e desenvolvem a atividade turística em consonância com os propósitos do turismo comunitário. Embora as três iniciativas atuem sob a égide do TBC, o trabalho de campo identificou algumas especificidades das realidades locais que impactam diretamente o desenvolvimento do turismo nesses territórios.

O **Assentamento Coqueirinho** é o único destino da Rede Tucum que não está localizado no litoral. Sem atrativos apoiados no modelo de sol e praia, as características do turismo no Assentamento relacionam-se ao dia a dia da vida rural. A organização territorial do Assentamento, o modo de vida dos assentados, seus aspectos culturais, o saber-fazer, o cotidiano das atividades agropecuárias e a agregação de valor aos produtos da terra constituem-se nos principais atrativos do Coqueirinho.

A operação/gestão da infraestrutura turística é realizada por um núcleo familiar³³, inclusive, foram os membros desta família que cederam parte de seus terrenos para a construção dos chalés de hospedagem e o restaurante. Este núcleo lidera a ACOOPAC, Associação responsável pela captação de uma série de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Coqueirinho. O turismo no Assentamento caracteriza-se pela atuação direta da ACOOPAC. A demanda turística do local resulta da interação e articulação desta Associação com a Rede Tucum, Universidades, Institutos Federais e a Cáritas Diocesana³⁴.

A dinâmica do turismo no Assentamento baseia-se na convivência muito próxima do visitante com os assentados. A hospedagem e o restaurante estão integrados às residências, assim como os atrativos e vivências oferecidos caracterizam-se pela constante

³³ Este núcleo familiar corresponde à família da Dona Zildene. Enquanto ela é a responsável pelo Restaurante, as suas duas filhas são encarregadas da gestão, operação e manutenção dos Chalés de Hospedagem.

³⁴ Organização, membro da Cáritas Brasileira, que desenvolve alguns projetos no Assentamento Coqueirinho.

presença de membros da comunidade envolvidos na atividade turística, que recebem e acompanham o turista durante toda a sua estada.

Em **Ponta Grossa** o turismo representa uma importante atividade econômica. No entanto, é inexpressivo o número de turistas que visitam a comunidade pela sua proposta de turismo comunitário. A demanda turística local é formada, predominantemente, por turistas oriundos de Canoa Quebrada, que são atraídos pelas belezas naturais e tradição culinária local.

A dinâmica turística desta região estrutura-se, em grande medida, a partir de um passeio, pela praia, de Canoa Quebrada até Ponta Grossa. Os turistas realizam o percurso, em carro próprio ou *buggy*, até as falésias e dunas de Ponta Grossa. O passeio, muitas vezes, inclui uma parada para almoço nos restaurantes da comunidade, tradicionais pela oferta de peixe, camarão e lagosta (**figura 27**). Após as refeições, e um breve descanso, os turistas retornam para o destino de origem. A chegada dos turistas a Ponta Grossa coincide com a maré baixa das manhãs, assim como a saída com a da tarde, pois é quando os veículos trafegam todo o percurso pela praia com segurança e desfrutando da beleza cênica da rota (**figura 28**). Por esse fato, há uma pequena variação diária nos horários de chegada e saída dos turistas, o que não afeta a demanda por refeições, marca registrada do local. Os entrevistados relataram que há um acordo tácito entre os bugueiros de Canoa e os donos dos restaurantes da Ponta Grossa: o bugueiro direciona o turista para um determinado restaurante - são 03 no total - e, em troca, não paga pela sua refeição.

O site *logitravel*³⁵, ao listar “o que visitar em Canoa Quebrada”, ilustra a interação entre esses dois destinos, descrevendo a Praia de Ponta Grossa como:

“A vila de pescadores que reúne o melhor de Canoa Quebrada: falésias avermelhadas, dunas, recifes, mar verdinho, coqueiros e muita tranquilidade. Fica um pouco distante do Centro da cidade, 54 km, vale à pena aproveitar os passeios de *buggy* para chegar até a praia, última do roteiro. A estrutura das barracas é ótima, venha para almoçar”.

Observa-se que o site de viagens apresenta Ponta Grossa como parte integrante de Canoa Quebrada, no entanto, as duas praias sequer pertencem ao mesmo município³⁶.

De fato, os três restaurantes locais – negócios privados, de propriedade de nativos e com capacidade de atendimento que varia entre 90 a 140 pessoas – representam o principal vetor do desenvolvimento turístico de Ponta Grossa, onde a maior parte dos recursos locais (humanos, físicos e financeiros) está alocada, circulam e são distribuídos. A partir da demanda turística expressiva e constante nos restaurantes, a comunidade busca ampliar as possibilidades de ganhos com o turismo, por meio da oferta de hospedagem, pontos de

³⁵ Disponível em http://www.logitravel.com.br/guias-de-viagens/o-que-visitar-canoa-quebrada-455_1.html

³⁶ Canoa Quebrada situa-se em Aracati e Ponta Grossa em Icapuí.

venda na praia (**figura 29**) e passeios na trilha ecológica e jangadas. No entanto, se comparado aos restaurantes, estas iniciativas ainda são pouco expressivas em sua estrutura física, fluxo turístico e retorno financeiro.



Figura 27: Veículos estacionados na Barraca Canaã/ Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 28: Movimento de veículos na praia/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 29: Pontos de Venda na praia/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013

Na **Prainha do Canto Verde**, o turismo é explorado de forma sistemática desde 1997, ano de criação do Conselho de Turismo. O modelo de turismo da comunidade é reconhecido no Brasil e no exterior como uma experiência bem sucedida de TBC. O histórico de sucesso e o amplo reconhecimento que precedem seu nome foram decisivos para inseri-la como uma das comunidades de estudo deste trabalho. A realidade encontrada, no entanto, revelou-se diferente das produções acadêmicas, relatórios e reportagens sobre a localidade. A maior parte deste material foi produzida entre os anos de 2002 a 2004³⁷. Se considerarmos que os debates sobre o desenvolvimento turístico na comunidade ganham força a partir de 1997-98, esses trabalhos descrevem a realidade encontrada nos 05 anos subsequentes ao início da proposta de TBC.

Este estudo, por sua vez, esteve na Prainha 15 anos após a concepção de seu “Projeto de Desenvolvimento Turístico” e, embora não seja o propósito da dissertação avaliar a trajetória e os resultados intertemporais do turismo comunitário na comunidade, as evidências reunidas na pesquisa de campo não corroboram com o cenário que fez da Prainha do Canto Verde um estudo de caso referência no TBC.

O levantamento da infraestrutura turística da Prainha do Canto Verde, realizada por Mendonça (2004)³⁸, no ano de 2003, apresentou um número de estabelecimentos significativamente maior do que o encontrado hoje no local (**quadro 09**).

Infraestrutura Turística	Mendonça (2004)	Levantamento atual (2013)*
Hospedagem:	- 04 Pousadas: Sol e Mar, Beira Mar, Dona Mirtes e Pousada Comunitária. - Aluguel de imóveis: Vila Maresia, Casa Cangulo, Casa da Gorete e Casa da Lourdes.	- 02 pousadas: Refúgio da Paz (Dona Mirtes) e Pousada Sol e Mar. - 02 casas para aluguel: Casa Redonda (Chalé Maresia) e a Casa Bajural.
Alimentação e Bebidas:	- 02 restaurantes: Sol e Mar, Palhoça Comunitária. - 06 barracas de praia para venda de alimentação e bebidas. Cinco barracas funcionam de forma regular, no entanto, duas não são cooperativadas: Brisa do Canto Verde, Lua Cheia, Navegador, Palhoça Comunitária, Barraca da Bibi (não cooperativada), Ronco do Mar (não cooperativada).	- 01 restaurante: Sol e Mar (faz parte da Pousada Sol e Mar).

* Estes empreendimentos estão vinculados ao Projeto de Turismo comunitário da Prainha. Ressalta-se que com o conflito em torno da Resex, os proprietários dos empreendimentos turísticos contrários à Resex Terrestre se desvincularam do Conselho de Turismo. No entanto, mesmo contabilizando as iniciativas que não fazem mais parte do CT, é possível constatar uma queda na oferta da infraestrutura turística local entre os anos de 2003 e 2013.

Quadro 10: Infraestrutura turística da Prainha do Canto Verde - ano de 2004 x ano de 2013

Fonte: Elaborado pela autora

³⁷ Almeida (2002), Bursztyn *et al* (2003), Lima (2002) e Mendonça (2004)

³⁸ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (Eicos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

Mendonça (2004) também sinalizou que em 2001 o Conselho de Turismo se transformou em cooperativa, com a ajuda da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará da Universidade Federal do Ceará – UFC. A COOPENCANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato “surge com o objetivo de exercer suas atividades na busca do bem coletivo e na oferta de oportunidades de forma igualitária” (2004, p. 110). Naquela ocasião, a cooperativa possuía 91 membros cadastrados.

A transformação do conselho em cooperativa (COOPENCANTUR) não deu certo, e, hoje, a organização do turismo é realizada como no início do projeto, por meio do Conselho de Turismo (CT). O CT é formado por 28 membros, mas apenas 18 a 20 pessoas participam regularmente das reuniões. Um número bastante inferior se comparado aos 91 membros cadastrados em 2003.

O morador (03 - PCV), que me conduziu na trilha ecológica, relatou que dos 27 jovens que foram capacitados como guias ecológicos, apenas ele continua desenvolvendo este trabalho. Ressaltou, ainda, que muitos projetos desenvolvidos na Prainha não foram bem sucedidos, e citou o exemplo da Marcenaria Estaleiro Escola³⁹, que hoje se encontra desativada (**figura 30 e 31**).

Essas evidências, aliadas às aquelas presentes nas entrevistas e observadas no campo, sinalizam um processo de mudança no cenário turístico da Prainha no decorrer dos anos. A polarização e os conflitos estabelecidos em função do decreto da Resex enfraqueceram a coesão e, assim, a força e a atuação do grupo comunitário – e consequentemente da proposta de TBC. Não obstante, acredita-se que o principal fator da transformação ocorrida na última década (2003-2013) resida mais em um superdimensionamento, no passado, dos possíveis benefícios advindos do desenvolvimento turístico na comunidade. A expectativa com relação à atividade turística pode ter motivado investimentos em uma oferta de infraestrutura e serviço maior do que o fluxo de turistas que, de fato, chegou à Prainha. Sem o retorno previsto, investimentos tornam-se inviáveis e, com o tempo, obsoletos. O número reduzido de iniciativas, hoje, pode ser reflexo de um ajuste imposto pelo mercado entre a oferta e a demanda turística.

³⁹ Local de construção de embarcações do tipo catamarã e marcenaria em geral.



Figura 30: Placa do Projeto “Marcenaria Estaleiro Escola”/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 31: “Marcenaria Estaleiro Escola” abandonado/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013

5.2 ELEMENTO-CHAVE: DOMINIALIDADE

Dominialidade refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre três dimensões: **propriedade, gestão e mão de obra**. O objetivo é analisar: (i) se os nativos são proprietários dos empreendimentos/serviços turístico ofertados; (ii) se a gestão do empreendimento é realizada por membros da comunidade, e (iii) se a mão de obra é oriunda da comunidade.

Em **Ponta Grossa**, todos os empreendimentos turísticos foram analisados, totalizando 13 iniciativas: 03 restaurantes (Barraca Canaã, Barraca Pantanal e Barraca do Sidrak), 03 pousadas (Pousada Ponta Grossa, Pousada Canaã e Pousada Crispim); 01 lanchonete (Ponto da Tapioca); 03 chalés construídos por meio de um projeto financiado pela Fundação “Amigos da Prainha do Canto Verde”, e 03 pontos remotos de venda na praia, voltados para a comercialização de bebidas, água de coco e refeições.

Os treze empreendimentos são de propriedade, bem como gestados, por membros da comunidade, assim como toda a mão de obra demandada é ocupada pela população local. Como grande parte da comunidade de Ponta Grossa pertence a uma mesma família (de sobrenome Crispim), não foi possível distinguir, em termos conceituais (**quadro 10**), a mão de obra local da mão de obra familiar. O acordo estabelecido pela comunidade, de não vender suas terras para pessoas de fora, mantém o domínio da população sobre toda atividade econômica desenvolvida em seu território. Assim, a propriedade, gestão e mão de obra dos empreendimentos/serviços turísticos em operação estão nas mãos dos nativos. Em todas as iniciativas analisadas, os proprietários, ou os seus gestores, estão associados à ASTUMAC, associação responsável pela proposta de turismo comunitário de Ponta Grossa.

Os três restaurantes (Barraca Canaã, Barraca Pantanal e Barraca do Sidrak) possuem uma capacidade de atendimento que varia entre 90 e 140 pessoas. As Barracas Canaã e Pantanal possuem o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e a formalização foi motivada pela possibilidade de utilização de cartões de crédito e débito. A Barraca do Sidrak está em processo de registro junto ao CNPJ e, segundo o proprietário (morador 02 – PG), há perdas de clientes pela falta da opção de pagamento por meio de cartões.

Os outros empreendimentos da comunidade são informais⁴⁰. Em geral, são iniciativas pequenas, os proprietários são pescadores e o turismo não representa a principal fonte de renda das famílias. Ademais, a formalização dos empreendimentos poderia implicar na perda dos benefícios que os pescadores possuem, como, por exemplo, o salário mínimo que recebem do Governo no período de defeso da lagosta.

⁴⁰ Para efeito deste texto, informal significa não ter registro legal, ou seja, o CNPJ.

Nome do empreendimento	Categoria	Proprietário local	*Gestor local	Mão de obra alocada (fixo e eventual)	Mão de obra composta por membros da família/comunidade
Barraca Canaã	Restaurante	Sim	Sim	Aproximadamente 12 pessoas	Sim
Barraca Pantanal	Restaurante	Sim	Sim	11 a 12 pessoas	Sim
Barraca do Sidrak	Restaurante	Sim	Sim	13 a 14 pessoas	Sim
Pousada Ponta Grossa	Pousada	Sim	Sim	1 pessoa	Sim
Pousada Canaã	Pousada	Sim	Sim	2 pessoas	Sim
Pousada Crispim	Pousada	Sim	Sim	** 0	Sim
Ponto da Tapioca	Lanchonete	Sim	Sim	3 a 4 pessoas	Sim
Pontos de venda na praia (03 iniciativas)	Barracas	Sim	Sim	Aproximadamente 8 pessoas	Sim
03 Chalés (Projeto)	Chalés	Sim	Sim	_____	Sim

* O gestor ou é o proprietário ou um membro da família direta (filho, irmão, esposa, marido).

** O pai e a filha (proprietários e gestores) são os responsáveis pelos serviços demandados no empreendimento.

Quadro 11: Empreendimento turísticos de **Ponta Grossa**. Aspectos das dimensões: propriedade, gestão e mão-de-obra.

Fonte: Elaborado pela autora

No **Assentamento Coqueirinho** a estrutura turística se resume a duas iniciativas: 01 restaurante e 06 chalés. Os chalés, utilizados para hospedagem, foram construídos lado a lado no mesmo terreno e o restaurante está localizado na casa de uma das famílias do Assentamento. Todos os empreendimentos foram financiados com recursos provenientes da Associação *Tremembé* e são resultados da atuação da ACOOPAC, associação responsável pelo desenvolvimento do turismo comunitário no local. Atualmente, um núcleo familiar está envolvido na gestão e operação do Restaurante e dos Chalés, e a mão de obra alocada envolve cerca de três pessoas do próprio Assentamento.

A **Prainha do Canto Verde**, em decorrência do conflito estabelecido na comunidade, apresentou uma realidade mais diversificada, que pode ser resumida em três cenários (**quadro 11**):

(i) os empreendimentos turísticos de propriedade, gestados e com mão de obra de membros da comunidade que estão associados ao Conselho de Turismo - Associação de

Moradores da Prainha do Canto Verde e vinculados ao projeto de turismo comunitário da Prainha. As iniciativas pertencem aos moradores que estão a favor da “Resex Terrestre” ⁴¹;

(ii) os empreendimentos turísticos de propriedade, gestados e com mão de obra de membros da comunidade que integram a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e são contrários ao Decreto da “Resex Terrestre” (**figura 32 e 33**), e

(iii) algumas propriedades vendidas, antes do Decreto da Reserva, para pessoas de fora da comunidade. Os entrevistados não souberam precisar quantos imóveis foram vendidos, mas estimam que entre 10 a 15 propriedades. Alguns desses imóveis estão sendo alugados para turistas, como é o caso de uma propriedade comprada por um italiano (**figura 34**).

Empreendimentos/Propriedades – Prainha do Canto Verde	
Pousada Refúgio da Paz Pousada e Restaurante Sol e Mar Casa Redonda (casa particular para aluguel) Casa Bajural (casa particular para aluguel) Outras casas para aluguel	- Propriedade, gestão e mão de obra local. - Empreendimentos vinculados à proposta de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde. - Integrantes do Conselho de Turismo/Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde
Pousada e Restaurante da Mãezinha Pousada da Lú Pousada Recanto Verde Palhoça Pôr do Sol Casas para aluguel	- Propriedade, gestão e mão de obra local. - Empreendimentos independentes da proposta de Turismo Comunitário da Prainha do Canto Verde. - Integrantes da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde
Imóveis vendidos para pessoas de fora da comunidade	- Falta de precisão no número de imóveis vendidos. - Não funcionam como pousadas e restaurantes, porém algumas estão disponibilizadas para aluguel de temporada.

Quadro 12: Empreendimentos/propriedades da Prainha do Canto Verde.

Fonte: Elaborado pela autora

A Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, criada em 1989, é a Organização responsável pelo projeto de turismo comunitário na comunidade. Em decorrência do conflito gerado a partir do Decreto da Resex, alguns moradores, que faziam parte do Conselho de Turismo/Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, por serem contrários a “Resex Terrestre”, migraram para a nova Associação. Ao se

⁴¹ Para efeito deste texto e melhor compreensão, “Resex Terrestre” significa a proposta de criação da Resex da Prainha do Canto Verde (PCV) que inclui uma parte terrestre do território tradicionalmente ocupado e utilizado pela população local. Esta foi a proposta considerada e instituída pelo Decreto de criação da Resex da PCV.

desvincularem do Conselho de Turismo, estes moradores, automaticamente, deixaram de fazer parte da proposta de turismo comunitário da Prainha.

O regimento interno do Conselho de Turismo Comunitário (2011b, p. 01) destaca a necessidade que todos os seus membros sejam a favor da Reserva terrestre:

- Os membros do CT apoiam a luta da comunidade para a concessão da terra, da Reserva Extrativista com 610 ha para os moradores.
- Membros casados do CT não podem se afiliar nas 02 associações até que as associações chegam a um acordo para trabalhar em prol da Resex.

Dos empreendimentos que estão vinculados ao turismo comunitário da Prainha do Canto Verde, a Pousada Refúgio da Paz disponibiliza quatro quartos e oferece café da manhã. A pousada conta com a mão de obra de apenas uma moradora da comunidade, além da proprietária, que se dedica na gestão e manutenção do negócio. A Pousada e Restaurante Sol e Mar disponibiliza seis quartos, café da manhã e um restaurante aberto ao público. A mão de obra empregada varia entre 05 e 06 pessoas, oriundas da própria família dos proprietários (irmãos e cunhados). Os dois empreendimentos não possuem CNPJ.

Além dos empreendimentos destinados a hospedagem e alimentação, todos os serviços e opções de lazer ofertados nas três experiências são organizados e operacionalizados por membros da própria comunidade. Tais atividades incluem o serviço de merendeiras, cozinheiras, espaço para eventos, grupos de artesanatos, trilhas ecológicas, traslados e passeios de *buggy*, barco e catamarã.



Figura 32: Sinalização Pousada e Restaurante Recanto da Mãezinha/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 33: Recanto Verde Pousada/ Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 34: Casa comprada por um italiano/ Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013

Elemento-Chave: Dominialidade

Critério	Comunidades		
	<i>Ponta Grossa</i>	<i>Assentamento Coqueirinho</i>	<i>Prainha do Canto Verde</i>
Propriedade	- População local - Todos estão associados à ASTUMAC e vinculados à proposta do TBC.	- População local - Todos estão associados à ACOOPAC e vinculados à proposta do TBC	- População local: Parte dos proprietários está associada ao Conselho de Turismo e vinculada à proposta do TBC. Outros atuam independentes da proposta do turismo comunitário. - Histórico de Imóveis vendidos para pessoas de fora da comunidade.
Gestão	- População local	- População local	- População local
Mão-de-obra	- População local	- População local	- População local

Quadro 13: Síntese dos resultados – Dominialidade.

Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com a literatura, o TBC tem como princípio norteador o controle efetivo da população local sobre as atividades econômicas associadas ao turismo. A realidade verificada em Ponta Grossa e no Assentamento Coqueirinho converge com este princípio: todos os empreendimentos/serviços existentes são de propriedade e gestados por nativos,

assim como todos os empregos gerados são destinados aos membros da comunidade. Tal realidade é corroborada pelo discurso dos entrevistados, pois muitos expuseram a importância da atividade turística ser desenvolvida apenas por nativos, combatendo qualquer possibilidade de participação, e ganho, por parte de agentes externos. A Prainha do Canto Verde apresentou um cenário mais diversificado: moradores envolvidos com a atividade turística, associados ao Conselho de Turismo e vinculados à proposta de turismo comunitário; moradores envolvidos com a atividade turística, integrantes da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e desvinculados do turismo comunitário; e, ainda, um número pequeno de imóveis vendidos para pessoas de fora da comunidade.

5.3 ELEMENTO-CHAVE: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Organização comunitária subdivide-se em dois critérios: (i) **organização interna** e (ii) **articulação externa**. O primeiro critério almeja identificar e qualificar as formas de organização internas às comunidades, formada por seus moradores, e que atuem em prol do turismo comunitário. Constatada a existência de organização, segue-se para a qualificação de sua forma de gestão, formalização e frentes de atuação. Em um segundo momento, objetivou-se analisar como estas Organizações se articulam externamente, verificando a existência de apoio financeiro e técnico voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário.

As três comunidades possuem alguma forma de organização dedicada ao desenvolvimento do turismo comunitário em seus territórios (**quadro 13**). Em Ponta Grossa e na Prainha do Canto Verde, as Organizações foram criadas especificamente para trabalharem com a temática do turismo, e, no Assentamento Coqueirinho, a ACOOPAC possui no turismo uma de suas várias frentes de atuação. O modelo de gestão é o associativismo, sendo todas registradas, com CNPJ ativo/regular e com mecanismos institucionais já incorporados às suas estruturas (estatutos, regimento interno, atas, eleições etc.). Ao contrário dos empreendimentos turísticos no TBC, em sua grande maioria informais, as Associações encontram-se formalizadas e regularizadas. Esta formalização é fundamental para o desempenho das atividades da Organização no que tange a sua interação com o ambiente externo, possibilitando a participação em editais, o recebimento de recursos financeiros e de aporte técnico.

Comunidade	Organização responsável pela coordenação do TBC	Modelo de Gestão	Ano de Criação	Situação legal da Organização	Nº de participantes	Frequência dos encontros
Ponta Grossa	ASTUMAC - Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura	Associação	1998	CNPJ ativo/regular	Aproximadamente 45 membros/ 25 participam ativamente	Reunião em média a cada dois meses
Assentamento Coqueirinho	ACOOPAC - Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho	Associação	1995	CNPJ ativo/regular	39 membros/ correspondente a 21 famílias assentadas*	Reunião mensal
Prainha do Canto Verde	Conselho de Turismo – Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde	Associação	1997	CNPJ ativo/regular	28 membros/ 18 a 20 participam das reuniões	Deveria se reunir em média 04 vezes ao ano, mas em 2012 foram apenas 02 encontros

* Nem todos os membros estão envolvidos na atividade turística.

Quadro 14: Informações das Organizações Locais

Fonte: Elaborado pela autora

O papel das Associações para o desenvolvimento do turismo nas localidades ocorre em diferentes níveis. A comunidade de Ponta Grossa possui uma demanda turística consolidada, que independe das ações da ASTUMAC. O desenvolvimento do turismo no Assentamento Coqueirinho, por sua vez, estrutura-se a partir da ação direta da ACOOPAC: os projetos foram concebidos e viabilizados pela Associação, assim como todos os turistas que visitam o Assentamento o fazem por meio do contato estabelecido com esta Organização. Neste sentido, a ACOOPAC é o núcleo central do desenvolvimento turístico no Assentamento, representando uma ponte entre a localidade e a demanda turística (figura 35).

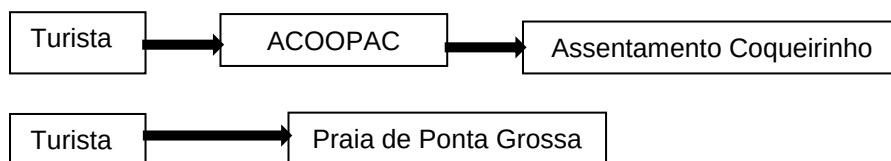


Figura 35: Centralidade da Organização no desenvolvimento do turismo – Assentamento Coqueirinho e Ponta Grossa.

Fonte: Elaborado pela autora.

As Associações representam um espaço público para que os membros da comunidade, envolvidos com o TBC, possam se reunir, interagir e definir os seus princípios, objetivos comuns, acordos, compromissos e estratégias de ação. As atividades das Organizações englobam a definição de regras para o funcionamento dos empreendimentos/serviços turísticos, o delineamento de acordos de convivência e de códigos de conduta para o turista (**quadro 14**), o cadastramento dos prestadores de serviços turísticos, a definição de taxas, a gestão do fundo rotativo etc.

Código de Conduta para a o turista - Prainha do Canto Verde

- A maioria dos moradores da vila respeita os seus vizinhos e os visitantes e esperam reciprocidade dos visitantes.
- As crianças são cheia de curiosidade e gostam de interagir, zela por eles como se fossem os seus filhos.
- A maioria dos moradores não tem nada contra fotografias, mas é bom pedir licença, não precisa pagar.
- Não prometa coisas que provavelmente não vai fazer, como enviar fotos depois.
- Trilhas ecológicas máximo 06 pessoas de uma vez.
- *Top less* só no quarto, na praia não.
- Entrar nas casas das famílias, só se for convidado.
- A gente dorme muito cedo para levantar com o nascer do sol ou antes, barulho e música forte depois das 21 horas pode levar a reclamações.
- Não ofereça dinheiro para os moradores, e muito menos se alguém solicitar. A escola e as organizações comunitários fazem de tudo para melhorar a qualidade de vida. Se quiser doar dinheiro, material ou serviços para algum projeto, por favor entre em contato com diretores da escola ou da associação dos moradores.
- Se quer ser um amigo(a) da comunidade deixa o seu endereço e receberá notícias da comunidade.
- Uma turma de alunos da escola está trabalhando para conscientizar o povo de manter a praia limpa, por favor colabore também, a natureza agradece.
- Um grupo grande da comunidade vem resistindo aos especuladores de terra desde 1978 para garantir a terra para os filhos da comunidade, o processo chegou até o Superior Tribunal de Justiça em Brasília. Mostra para os moradores que Você apoia a luta deles para preservar a Prainha do Canto Verde para as futuras gerações – venda de terrenos da união é crime federal.
- Por favor nos avise se tem alguma coisa que não gosta para que possamos corrigir as nossas falhas e melhorar cada vez mais. Para que a Prainha do Canto Verde seja cada vez mais bonita para se morar e visitar.

Quadro 15: Código de conduta para o turista

Fonte: Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde/ Conselho de Turismo⁴²

Assim como ocorre no Assentamento, nas outras comunidades algumas pessoas entram em contato com a Associação local em busca de informações e auxílio para organizarem a sua viagem. Neste caso, as Associações atuam como agência de receptivo, realizando as reservas nas pousadas, organizando os passeios e recebendo os turistas em sua chegada. Em função desta intermediação, os empreendimentos/serviços que recebem estes turistas assumem o compromisso de repassar uma porcentagem de seu ganho para a Associação. Nem todos os turistas que conhecem a comunidade o fazem por meio de

⁴² Disponível em <http://prainhadocantoverde.org/codigo-de-conduta/>

contato com a Organização Local, no entanto, quando se trata da visita de um grupo maior de pessoas, há sempre uma intermediação da Associação, que se responsabiliza pela organização da logística (hospedagem, alimentação, disponibilização de espaço para eventos, guias, passeios etc.) e recepção do grupo.

Com relação à articulação externa constatou-se, nos três casos analisados, um histórico de apoios financeiros e técnicos voltados não apenas para o fortalecimento da proposta do TBC, como também para a melhoria ampla das condições de vida da comunidade. As Associações contam com o aporte de diferentes segmentos, como ONGs nacionais e internacionais; Redes; Universidades e Institutos Federais; Governos (esfera Federal, Estadual e Municipal); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Não obstante, a atuação do terceiro setor representa o apoio externo mais representativo nas comunidades de estudo, com destaque para as seguintes Organizações:

- **Instituto Terramar:** Organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua na Zona Costeira do Ceará desde 1993. Visa o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará.

- **Amigos da Prainha do Canto Verde:** Constituída oficialmente em 2000, por Renée Schärer, a fundação é composta por empresários suíços e alemães que fornecem apoio financeiro aos projetos desenvolvidos pelas comunidades cearenses que atuam com a proposta do turismo comunitário.

- **Rede Tucum:** A Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede Tucum, criada em 2008, é formada por dez comunidades localizadas na zona costeira cearense, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza e duas Ongs que fornecem apoio institucional: Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália). A Rede busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário, fomentando a troca de experiência e cooperação entre as iniciativas, a partir do compartilhamento de saberes e a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios enfrentados.

- **Fundação Brasil Cidadão:** Organização não governamental, sem fins lucrativos, constituída em 1996, em Fortaleza, por um grupo de empresários de diferentes formações. Atua nas áreas de educação, cultura, tecnologia e meio ambiente, priorizando iniciativas que permitam o seu público-alvo alcançar o progresso duradouro, adquirir autosustentabilidade e melhorar a qualidade de vida.

- **Associação Tremembé Onlus:** Organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1999 em Trentino, na Itália. Atua com projetos de cooperação para o desenvolvimento, sob a égide do turismo responsável, estabelecendo parcerias com Organizações brasileiras, como a Associação Caiçaras e a Cáritas de Limoeiro do Norte.

- **Associação Caiçara de Promoção Humana:** Organização não governamental, sem fins lucrativos, com a finalidade de promover os direitos fundamentais das populações do Nordeste brasileiro.

- **Cáritas Diocesana Limoeiro do Norte:** Organização membro da Cáritas Brasileira, criada em 1958 e constituindo-se, no ano de 1968, em uma entidade civil de âmbito diocesano, de caráter educativo beneficente e filantrópico, sem fins econômicos, com sede e foro no município de Limoeiro do Norte-CE. Atua com a missão de desenvolver com os empobrecidos um trabalho educativo e organizativo, à luz do Evangelho, buscando uma consciência crítica, a melhoria das condições de vida e a vivência da cidadania e da solidariedade.

A **figura 36** ilustra a estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde. A Associação de Moradores, internamente, dividiu-se em cinco conselhos: saúde, terra, pesca, educação e turismo. Externamente, dois agentes exercem grande influência nas ações empreendidas pela Associação: Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde e Instituto Terramar.



Figura 36: Estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde.
Fonte: Mendonça (2004, p.97)

Essas ONGs estabelecem colaborações, convênios e parcerias entre si e com outros segmentos, como Governos e a iniciativa privada, construindo uma teia que engloba diversas ações com diferentes fontes de financiamento. Os tópicos, abaixo, apresentam as principais frentes de atuação dos agentes externos nas comunidades de estudo, acompanhados de alguns exemplos:

. **Melhoria da infraestrutura turística:** A Associação *Tremembé Onlus* financiou a construção do restaurante comunitário e de quatro chalés para hospedagem no Assentamento Coqueirinho. A Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde financiou a construção de três chalés para hospedagem na comunidade de Ponta Grossa.

. **Melhoria da infraestrutura básica:** A Fundação Brasil Cidadão, por meio do Projeto de Olho na Água, construiu fossas bio-sépticas e cisternas de ferrocimento para a drenagem de efluentes/esgotos e captação de água da chuva, respectivamente, na comunidade de Ponta Grossa.

. **Desenvolvimento e fortalecimento de atividades produtivas:** No Assentamento Coqueirinho, a Cáritas Diocesana Limoeiro do Norte desenvolveu projetos de apicultura, casa de sementes e produção de cosméticos naturais; a fundação Amigos da Prainha do Canto Verde financiou o projeto “Quintais Produtivos” e a Secretária de Desenvolvimento Agrário (SDA) foi a responsável pelo projeto Mandalas Produtivas.

. **Defesa e fortalecimento das atividades econômicas tradicionais:** O Instituto Terramar coordenou o Projeto Escola dos Povos do Mar na Prainha do Canto Verde.

. **Apoio à comercialização do produto TBC:** A Rede Tucum atua como uma importante ponte entre as comunidades e o mercado, construindo estratégias de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários.

. **Resgate e fortalecimento da cultura local:** A Rede Tucum e o Instituto Terramar firmaram uma parceria com o Projeto Historiando⁴³ para a estruturação de espaços de memória e o desenvolvimento de processos museológicos e de educação histórica nas comunidades integrantes da Rede. O projeto contou com o apoio financeiro da Intervita⁴⁴ (Ong Italiana) e do Ministério do Turismo (MTur).

. **Formação, capacitação e treinamento:** Em função da necessidade de aprimoramento da qualidade dos serviços turísticos, organizações como o SEBRAE e SENAC desenvolveram diversos cursos de formação, capacitação e treinamento nas comunidades, como, por exemplo: “Aperfeiçoamento para Cozinheiro”, “Gestão de Pequenas Pousadas e Hospedarias Domiciliares”, “Qualidade do Serviço Turístico”, “Gestão de Pequenos Negócios” e “Excelência na Qualidade para o Turismo”.

. **Fortalecimento das Organizações comunitárias:** o Instituto Terramar desenvolveu o “Curso de Formação de Lideranças do Litoral Cearense”. O “Projeto de Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde” foi construído durante o Seminário de Ecoturismo Comunitário (1998), financiado pelos Amigos da Prainha do Canto Verde com o apoio técnico do Instituto Terramar. A construção do Centro Comunitário da comunidade de Ponta Grossa será financiada pela Prefeitura de Icapuí, com recursos provenientes de uma emenda parlamentar.

A conformação dessas Associações pode ser analisada a partir de três bases: ideológica, institucional e operacional. O elemento ideológico representa o compartilhamento de valores e princípios que mobilizaram o grupo em torno de objetivos comuns. A base

⁴³ Disponível em <http://www.iteia.org.br/projeto-historiando-historia-memoria-e-antropologia-no-ceara1>

⁴⁴ Disponível em <http://www.intervita.it/EN/chisiamo.aspx>

ideológica, neste caso, reside, de um lado, na crítica ao turismo de massa e dos grandes empreendimentos e, de outro, na busca por uma alternativa que compatibilize o desenvolvimento turístico com a conservação e valorização do patrimônio natural e cultural do local. A base institucional refere-se à formalização da Organização, bem como às estruturas e processos incorporados nas rotinas da entidade. Esta base é fundamental para legitimar a articulação e atuação da Organização com o seu ambiente externo e garantir segurança das operações internas. A base operacional relaciona-se com as atividades da Organização, ou seja, com o desenvolvimento de ações que impactam a realidade local (figura 37).



Figura 37: Associação e as suas três bases
Fonte: Elaborado pela autora

Elemento-Chave: Organização Comunitária

Critério	Subcritério	Comunidades		
		<i>Ponta Grossa</i>	<i>Assentamento Coqueirinho</i>	<i>Prainha do Canto Verde</i>
Organização Interna	Presença de Organização	ASTUMAC - Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura	ACOOPAC - Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho	Conselho de Turismo – Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde
	Formalização da Organização	CNPJ ativo/ regular	CNPJ ativo/regular	CNPJ ativo/regular
Articulação externa	Apoio financeiro e técnico	- Rede Tucum - Fundação Brasil Cidadão - Instituto Terramar - Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde	- Rede Tucum - Tremembê Onlus - Cáritas Diocesana Limoeiro do Norte - Associação Caiçara de Promoção Humana - Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde	- Rede Tucum - Instituto Terramar - Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde

Quadro 16: Síntese dos resultados – Organização Comunitária
Fonte: Elaborado pela autora

Os resultados de campo, nas três comunidades, evidenciaram uma realidade que pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

(i) Presença de Organizações com o modelo de gestão baseado no associativismo. Estas estão formalizadas (CNPJ ativo e regular) e com mecanismos de gestão (estatutos, regimento interno, atas etc.) instituídos.

(ii) A centralidade da Associação com relação à atividade turística no território pode variar. Em alguns casos, ela representa o principal vetor para o desenvolvimento do turismo, em outros, há um movimento da atividade turística que independe da atuação da Organização Local. Neste caso, a Associação concentra-se na organização dessa demanda já existente e na ampliação das oportunidades de ganhos para a comunidade.

(iii) As associações possuem aporte externo (técnico e financeiro) de diferentes atores/instituições. Não obstante, conforme apontado na literatura, as ONGs representam as maiores incentivadoras da proposta de turismo comunitário.

(iv) As ações desenvolvidas por agentes externos focam não apenas no turismo, mas em uma melhoria ampla da qualidade de vida das comunidades. Aqui, também se percebe uma convergência entre a literatura e as iniciativas analisadas, no que se refere à relação do TBC com as outras dimensões da vida comunitária, integrando um processo voltado para o desenvolvimento local.

5.4 ELEMENTO-CHAVE: DEMOCRATIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Este elemento-chave almeja identificar a existência de (i) **mecanismos financeiros** e (ii) **acordos comunitários** que contribuam para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidades no acesso dos membros das comunidades às atividades relacionadas ao turismo.

As três Associações locais (ACOOPAC, ASTUMAC e Conselho de Turismo) sinalizaram a existência de um Fundo Rotativo (FR) para o turismo. Em Ponta Grossa e no Assentamento Coqueirinho, no entanto, as Associações ainda não conseguiram instituir e operar este mecanismo financeiro. Não há, entre os membros das respectivas Organizações, acordos claros de como funcionará o Fundo (quem contribuirá, em que circunstâncias e com quais valores). A **Prainha do Canto Verde**, por sua vez, possui um Fundo Rotativo instituído e com um histórico de atuação bem sucedido. De acordo com o Regimento Interno do Conselho de Turismo Comunitário – CTC⁴⁵, e com base no relato do coordenador de turismo (Morador 04 – PCV), uma parte do saldo das operações ligadas ao

⁴⁵ Alguns documentos coletados na Prainha do Canto Verde se referem ao Conselho como “Conselho de Turismo” (CT), enquanto, em outros materiais, se lê “Conselho de Turismo Comunitário” (CTC). As duas definições, no entanto, se referem à mesma Organização.

turismo são encaminhadas para o fundo que, então, passa a desempenhar duas funções: 80% do montante se destinam para o Fundo de Reserva e 20% para o Fundo Social. Os fundos funcionam da seguinte forma:

- Os prestadores de serviço são cadastrados
- Cada prestador de serviço é obrigado a pagar uma taxa anual para o Conselho.

Este valor varia entre R\$ 12 e R\$ 50 reais.

- Além da taxa anual, os prestadores repassam, para o Conselho, valores chamados de “concessão” e “comissão”. A concessão é uma taxa cobrada sobre as pousadas, no valor de R\$ 10 reais por quarto, que deve ser pago mensalmente. Para as casas de hospedagem, quartos de aluguel e todas as prestações de serviço individual ou em grupo é cobrada uma comissão no valor de 10% do faturamento. Esta comissão, entretanto, incide apenas sobre os pagamentos feitos pelos turistas que chegam até a comunidade por intermédio da Associação de Moradores/CTC⁴⁶.

- Os valores provenientes das taxas - anuais, concessão e comissão - são destinados aos Fundos de Reserva (80% do montante) e Social (20% do montante). O Fundo de Reserva é utilizado como um Fundo Rotativo, podendo ser acionado pelos prestadores de serviços cadastrados, e em dia com as suas obrigações no Conselho de Turismo, como uma fonte de empréstimos, na forma de micro créditos, desde que destinado aos seguintes propósitos:

. Barracas, restaurantes e pousadas: Melhoria da infraestrutura e equipamento sem aumento da capacidade de clientes.

. Turismo domiciliar: Para melhorar o padrão de qualidade de quartos domiciliares já cadastrados.

. Novos projetos: Que contribuam para melhorar a oferta e o produto turístico sem criar oferta excessiva para prestação de serviço já existente.

O limite máximo repassado pelo FR é de R\$ 800,00, com o período de carência de três meses, sendo o pagamento feito em doze parcelas com juros de 5% ao ano. As condições para a utilização do Fundo revelam que o seu objetivo é melhorar a qualidade da oferta/serviços turísticos já existentes, e não ampliá-las.

O Fundo Social já foi utilizado para a compra de material escolar de crianças carentes, para a realização da festa dos idosos, para o programa de reciclagem de lixo na Escola e até para o auxílio de custos funerários de um morador da Prainha. O propósito do Fundo é que uma parcela dos recursos advindos do turismo seja destinada à comunidade, beneficiando aqueles que não estão envolvidos diretamente na atividade. No entanto,

⁴⁶ Ressalta-se que quando o turista chega à comunidade sem o intermédio da Associação Local, os empreendimentos e serviços turísticos, que o atende, não têm nenhum compromisso financeiro com a Associação. Ou seja, neste caso, não incide a “comissão”.

embora o coordenador de turismo tenha sinalizado sobre o Fundo Social, os moradores (02 e 03 - PCV) alegaram que nos últimos anos não aconteceu qualquer ação na comunidade com os recursos provenientes desta fonte. Ademais, o Regimento Interno do Conselho de Turismo Comunitário – CTC, de 2011, não faz nenhuma alusão ao Fundo Social e a sua forma de funcionamento.

O Conselho de Turismo da Prainha também descreve em seu Regimento Interno um sistema de rotatividade na prestação de serviço. Os membros cadastrados prestam seus serviços por meio de um sistema de rodízio estabelecido pelo CT. Este mecanismo almeja garantir uma democratização na prestação dos serviços turísticos, oportunizando a possibilidade de trabalho, e de ganhos, de forma igualitária para todos os membros cadastrados. O relato do guia (morador 03 – PCV) que nos acompanhou na trilha ecológica, no entanto, sinalizou que não há uma rigidez no cumprimento do sistema de rotatividade. O mesmo alegou que não era a sua vez no rodízio, mas que estava nos conduzindo por ter “cruzado” com coordenador de turismo por acaso horas antes, que o interpelou sobre a sua disponibilidade e interesse em realizar o passeio.

Em **Ponta Grossa**, o coordenador de turismo (Morador 01 – PG) relatou dois acordos estabelecidos entre os membros da ASTUMAC:

- Incentivar que cada pessoa tenha apenas um negócio relacionado à atividade turística. Neste caso, o propósito é evitar condições de monopólio ou oligopólio, possibilitando, assim, que um número maior de moradores tenha oportunidade de inserção na atividade turística.

- As pousadas e chalés não oferecem café da manhã. O café é oferecido por duas lanchonetes locais. Essa prática, acordada entre os envolvidos na atividade turística, representa uma forma de promover uma melhor distribuição dos gastos dos turistas.

Ponta Grossa também foi contemplada por um recurso da Fundação dos Amigos da Prainha do Canto Verde que, por meio da construção de três chalés de hospedagem (**figura 38**), almejou alavancar um fundo para investimentos na comunidade. Em um acordo estabelecido pelos moradores, cada chalé foi entregue a uma família, sendo esta responsável pela sua manutenção e operação. Durante um período, as famílias contempladas deveriam repassar um valor para a Associação (ASTUMAC), com o objetivo de pagar os recursos investidos pelos Amigos da Prainha. O valor repassado seria direcionado para um fundo e destinado para a construção de novos chalés, entregues para outras famílias, que assumiriam o mesmo compromisso: pagar o chalé em pequenas prestações para a Associação e, assim, financiar a construção de novos empreendimentos. O objetivo é, por meio da atuação direta da Organização Local, estabelecer um fluxo contínuo de investimentos – pagamentos – reinvestimentos que, ao mesmo tempo, amplie a infraestrutura turística do local e promova a inserção de novos membros da comunidade na

atividade turística. Esta proposta, entretanto, não tem gerado os resultados esperados. Constatou-se que, de um lado, ainda não se estabeleceram acordos claros com relação à periodicidade e valores que deveriam ser repassados para a Associação; de outro, as dificuldades financeiras, enfrentadas pelas famílias beneficiadas com os três primeiros chalés, comprometeram o retorno desse recurso para a ASTUMAC, impactando diretamente a continuidade da proposta.



Figura 38: Chalés financiados pela Fundação da Prainha do Canto Verde/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013

No **Assentamento Coqueirinho** o turismo se desenvolve em uma escala limitada, a oferta de empreendimentos/serviços turísticos é restrita e estes não concorrem entre si, ao contrário, se complementam. Há uma relação de amizade e cumplicidade entre aqueles que estão envolvidos com o turismo, de modo que, com a chegada do turista, eles se organizam, delegando as funções de cada um. Assim, a trilha ecológica, o passeio ao museu, a venda de produtos, a visita às mandalas produtivas, as refeições no restaurante e a hospedagem são realizadas/oferecidas por diferentes pessoas, em uma clara intenção de repartir os ganhos entre aqueles que estão dispostos a trabalhar - isto é, dedicar o seu tempo e esforço - para as atividades relacionadas ao turismo. Essa dinâmica não é regulada por acordos comunitários formalizados, mas permeada pelos vínculos afetivos que unem essas pessoas, e que se traduzem no exercício de suas práticas econômicas, sociais e culturais.

Elemento-Chave: Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios

Critério	Comunidades		
	<i>Ponta Grossa</i>	<i>Assentamento Coqueirinho</i>	<i>Prainha do Canto Verde</i>
Mecanismos Financeiros	- Fundo de Reserva/Fundo Rotativo (não instituído) - Chalé/Fluxo de Investimento (não atingiu os objetivos propostos)	- Fundo de Reserva/Fundo Rotativo (não instituído)	- Fundo de Reserva/Fundo Rotativo - Fundo Social (sem atuação nos últimos anos)
Acordos Comunitários	- 1 negócio/pessoa - Pousada/lanchonete (café-da-manhã)	- Não há acordos comunitários formalizados, mas há uma dinâmica de solidariedade estabelecida entre o grupo envolvido com a atividade turística.	- Sistema de Rotatividade (Indícios que não há uma rigidez no rodízio)

Quadro 17: Síntese dos resultados – Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios.

Fonte: Elaborado pela autora

Embora o trabalho de campo tenha colhido evidências da existência de mecanismos financeiros e acordos comunitários empreendidos pelas Organizações Locais, na tentativa de repartir os benefícios e melhorar as oportunidades de acesso dos membros da comunidade às atividades relacionadas com o turismo, percebe-se que a operacionalização de tais iniciativas ainda representa um desafio. A coordenadora do turismo da ACOOPAC (moradora 02 – AC), no Assentamento Coqueirinho, por exemplo, sinalizou que os ganhos advindos do restaurante e dos chalés ainda são poucos e a maior parte é destinada para a melhoria dos próprios negócios, o que compromete o repasse de recursos ao Fundo Rotativo.

O fortalecimento desses mecanismos e acordos depende dos fluxos financeiros dos empreendimentos turísticos. Somente a partir de um retorno financeiro sustentado é que os proprietários poderão assumir e honrar compromissos e acordos com as suas respectivas Associações e comunidade. Enquanto ainda estiverem ocupados com o atendimento de necessidades básicas, será difícil destinar parte de um ganho, já limitado, para outros fins. O **quadro 17** apresenta a compilação dos resultados verificados no trabalho de campo, acompanhado de algumas observações:

	Iniciativa	Localidade	Origem	Condições de Acesso	Finalidade	Observações
Mecanismos Financeiros	Fundo Rotativo	Prainha do Canto Verde	- 80% do saldo das operações ligadas ao turismo arrecadadas pelo Conselho de Turismo (provenientes das taxas anuais, de concessão e comissão)	- Ser cadastrado no Conselho de Turismo. - Fazer parte do CTC há pelo menos 06 meses e com a participação mínima de 75% nas Assembleias. - Estar em dia com as quotas de sócio (taxa anual, comissão e concessão)	- Microcrédito para os prestadores de serviços cadastrados no CTC. - Destinado para a melhoria da infraestrutura/ equipamentos e do padrão de qualidade da oferta turística já existente.	- As Associações de Ponta Grossa e do Assentamento Coqueirinho ainda não conseguiram implementar seus FR. - A taxa de inadimplência do FR da Prainha do Canto Verde é praticamente inexistente. - Embora os valores e a periodicidade de contribuição para o fundo variem entre os membros cadastrados, a possibilidade de acesso é a mesma para todos, e não está relacionado com o quanto o prestador de serviço contribuiu.
	Fundo Social	Prainha do Canto Verde	- 20% do saldo das operações ligadas ao turismo arrecadadas pelo Conselho de Turismo (provenientes das taxas anuais, de concessão e comissão)	- Os membros do Conselho de Turismo decidem o destino do Fundo Social. - Os recursos já foram aplicados em diversas ações: compra de material escolar, festa do idoso, funeral, programa de reciclagem de lixo etc.	- Destinar uma parcela dos recursos advindos do turismo em benefício daqueles que não estão envolvidos diretamente na atividade.	- Segundo relatos, nos últimos anos não houve ações na comunidade com recursos provenientes do Fundo Social.
	Chalés/Fluxo de Investimento	Ponta Grossa	- Recursos da Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde para a construção de 03	- Os membros da ASTUMAC decidiram quais seriam as 03 primeiras famílias beneficiadas, que se tornaram responsáveis	- Criar um fundo de investimento-pagamento-reinvestimento. - Ampliar a infraestrutura turística local e promover	- A proposta não gerou os resultados esperados. - Falta de acordos relativos à periodicidade e valores que deveriam ser repassados para a Associação. - As três primeiras famílias beneficiadas não estão,

			chalés de hospedagem.	pela manutenção e operação dos chalés.	a inserção de novos membros da comunidade na atividade turística.	conforme o previsto, repassando o dinheiro para a ASTUMAC.
Acordos Comunitários	Sistema de Rotatividade	Prainha do Canto Verde	- Acordo estabelecido pelo CTC	- Ser cadastrado no Conselho de Turismo. - Fazer parte do CTC há pelo menos 06 meses e com a participação mínima de 75% nas Assembleias. - Estar em dia com as quotas de sócio (taxa anual, comissão e concessão).	- Garantir uma democratização na prestação dos serviços turísticos, oportunizando a possibilidade de trabalho, e de ganhos, de todos os membros cadastrados no CTC.	- Um morador alegou que não há rigidez no sistema de rotatividade.
	Um negócio por pessoa	Ponta Grossa	- Acordo estabelecido entre os membros da ASTUMAC	- Ser nativo e não possuir nenhum empreendimento/serviço turístico em operação.	- Combater o monopólio - Oportunizar que um número maior de membros da comunidade possam se inserir na atividade turística.	
	Café da manhã: Pousada/ Lanchonete	Ponta Grossa	- Acordo estabelecido entre os proprietários das pousadas e as lanchonetes locais.	- Ser nativo	- Incentivar que o gasto do turista não fique concentrado em poucos estabelecimentos.	- O turista realiza o pagamento da diária para a pousada/chalé, e o responsável pelo empreendimento repassa, parte deste valor, para a lanchonete que forneceu o café da manhã. - Há uma divisão estabelecida: 02 chalés e 02 pousadas são atendidos pelo Ponto da Tapioca, e

						01 pousada e 01 chalé são atendidos pela Lanchonete Canaã.
--	--	--	--	--	--	--

Quadro 18: Compilação dos resultados e observações
Fonte: Elaborado pela autora

5.5. ELEMENTO-CHAVE: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O elemento chave **integração econômica** visa evidenciar a relação do turismo com as outras atividades econômicas da localidade e foi analisado a partir de dois critérios: (i) se a população local é **fornecedora de insumos** para a operação dos empreendimentos turísticos da comunidade e (ii) se a comunidade **comercializa produtos locais** para os visitantes.

Em **Ponta Grossa**, o comércio do pescado representa a mais expressiva forma de circulação de bens e serviços da comunidade para a operação dos empreendimentos turísticos. Nos três restaurantes (Barraca Pantanal, Barraca Canaã e Barraca do Sidrak) - os maiores empreendimentos do local - o comércio do camarão, lagosta e peixe fez surgir a figura dos atravessadores (**figura 39**). O pescado, desembarcado pelos pescadores de Ponta Grossa, pode ser vendido diretamente aos restaurantes – uma parte bem pequena – ou comprado por atravessadores de fora da comunidade – a maior parte. Estes, por sua vez, vendem o pescado para o abastecimento dos restaurantes locais. Assim, os atravessadores passaram a desempenhar um importante papel regulador da quantidade de pescado comercializado, pois, se por um lado eles compram toda e qualquer produção desembarcada pelos pescadores, por outro, sempre possuem a quantidade de pescado demandada por cada restaurante individualmente. Note-se que os restaurantes dificilmente poderiam absorver toda a produção de pescado desembarcado em Ponta Grossa em épocas de fartura, ou poderiam padecer com a falta de pescado em épocas de escassez. Com a presença dos atravessadores, esta regulação de quantidade torna-se possível e os restaurantes têm a sua disposição a quantidade de pescado demandado nas diferentes estações do ano. O atravessador compra todo o pescado desembarcado em Ponta Grossa podendo revendê-lo tanto no local como nas localidades vizinhas.

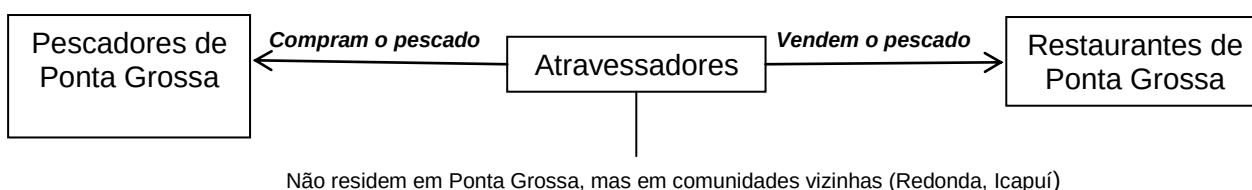


Figura 39: Relação entre pescadores, atravessadores e restaurantes de Ponta Grossa.

Fonte: Elaborado pela autora

Os restaurantes de Ponta Grossa, com uma demanda constante de turistas, contam com uma estrutura de fornecimento de bens e serviços bastante similar: o pescado é adquirido com atravessadores, a Barraca Canaã sinalizou que, para manter a oferta do restaurante sempre constante, eventualmente recorre a uma peixaria em Icapuí; as verduras são produzidas nas comunidades vizinhas (Aracati e Cajueiro) e vendidas em Ponta Grossa duas vezes por semana, também por atravessadores; as bebidas são compradas em

distribuidoras, e outros produtos são adquiridos no mercadinho local ou em supermercados de Icapuí e Aracati.

As pousadas e lanchonetes da localidade compram alguns produtos no mercado local, mas, em geral, dão preferência às compras fora da comunidade. Isto porque em Ponta Grossa há apenas um ponto comercial, com a oferta restrita de produtos. Ademais, não há produção de frutas e hortaliças na comunidade destinadas ao abastecimento dos empreendimentos turísticos, gerando esta dependência de fornecedores externos.

Pequenas iniciativas, em geral pontuais e/ou individuais, também promovem a circulação de bens e serviços, em menor escala, entre população e empreendimentos locais. Ao ser questionado sobre a origem do coco que vendia, o entrevistado (Morador 03 – PG), responsável por um ponto de venda de coco e bebidas na praia, alegou que se dirigia às casas da comunidade com coqueiros nos quintais. Ele começava com as casas mais próximas e, à medida que não havia disponibilidade da fruta, se dirigia para aquelas mais distantes. Caso não conseguisse comprar a quantidade desejada na comunidade, ele se dirigia para localidades vizinhas, o que era menos atrativo em função dos custos de transporte e combustível. O seu relato evidenciou que a compra do coco era definida a partir de uma perspectiva espacial: o local mais próximo representa a primeira opção de compra. Em função da proximidade espacial, ele, muitas vezes, comprava o coco da avó, de tios e de primos. Questionei se o coco era realmente comprado, afinal, há um grau de parentesco que poderia estabelecer outras formas de trocas. O entrevistado foi taxativo ao dizer que sim, ele pagava pelos cocos, pois aquilo era um “negócio” que independe dos laços familiares. A quantidade de cocos comprada varia, dia a dia, em função da percepção, experiência e estimativa do “empreendedor”.

Em Ponta Grossa, a comercialização de produtos locais para o visitante é inexpressiva. Há apenas iniciativas pontuais de dois jovens: um produz miniaturas de barcos com a casca do coco e madeiras e os coloca a venda no restaurante (Barraca Pantanal); e o outro, com interesse e habilidade na fotografia, tira fotos das paisagens naturais da região, revela por R\$ 1 real, e vende ao turista por R\$ 2,50. Embora Ponta Grossa receba um número de visitantes significativo em seus três restaurantes, observa-se que os membros da comunidade não se aproveitaram desta demanda já existente para desenvolver e comercializar novos produtos – artesanatos e souvenirs.

No **Assentamento Coqueirinho**, grande parte dos alimentos utilizados no Restaurante Sabor da Terra é proveniente do próprio Assentamento. Segundo a responsável pelo empreendimento (Moradora 01 – AC), alguns alimentos são produzidos por ela e sua família, outros são comprados de vizinhos e apenas o que não se produz no Assentamento é adquirido nas comunidades próximas.

Como o cotidiano das atividades agropecuárias e a agregação de valor aos produtos constituem-se nos principais atrativos do Assentamento, estabelece-se uma integração

entre o turismo e estas atividades, que passam a ser, simultaneamente, fontes de subsistência, produtos e atrativos turísticos.

Com relação à comercialização de produtos locais, o visitante pode adquirir cosméticos naturais, artesanato de biscuit e produtos provenientes da agricultura familiar, como frutas, mel, castanha de caju e ovos. Não há um ponto de venda fixo, mas, durante a estada do turista, os assentados vão até o Restaurante comercializar os seus produtos. O desenvolvimento do turismo no Assentamento abriu mercado para produtos antes não comercializáveis, devido à falta de demanda, além de incentivar o escoamento de produtos já existentes.

Durante o trabalho de campo, solicitei conhecer os produtos locais destinados a comercialização. Os produtos oferecidos, naquele momento, foram a castanha de caju *in natura* e os sabonetes líquido e em barra, produzidos no próprio Assentamento por uma família. Como já tinha lido, e visto em vídeos, que a produção de cosméticos naturais envolvia outros produtos, como shampoo, condicionador e cremes, questionei o motivo da oferta somente de sabonetes. O entrevistado (Morador 03 – AC) relatou que embora tenha a matéria-prima disponível, tem dificuldade para adquirir os frascos dos produtos devido o seu valor. Os frascos são vendidos em algumas lojas no Município de Fortim, e custam cerca de R\$ 1,70 a unidade. Esse custo é alto em relação a sua disponibilidade de recursos e acaba limitando a produção dos cosméticos.

Na **Prainha do Canto Verde**, a Pousada Refúgio da Paz adquire produtos no comércio local e as frutas são do próprio pomar da proprietária. A Pousada e Restaurante Sol e Mar compra o pescado direto dos pescadores e as verduras e frutas são provenientes de uma horta e pomar existentes no local (**figura 40**). Segundo a proprietária (moradora 01 – PCV), o restaurante dá preferência aos produtos que os moradores oferecem e, somente em último caso, recorrem ao mercado local. A proprietária também é uma importante artesã, responsável pela organização e coordenação dos grupos de artesanato da Prainha. São três grupos que reúnem entre cinco e seis pessoas, formados por mulheres e adolescentes, que produzem artesanatos em tecido, missanga e o labirinto⁴⁷. A Pousada/Restaurante disponibiliza um espaço para a exposição e venda dos artesanatos e há um acordo estabelecido em que cerca de 10% a 15% do valor do produto vendido ficam para o empreendimento. A entrevistada, no entanto, ressaltou que muitas vezes não cobra nada, pois a intenção é ajudar e incentivar as artesãs.

A Prainha também conta com um espaço de venda da Cooperativa Bodega. A Bodega, criada em 2004, é uma cooperativa formada por produtores, agricultores familiares e artesãos organizados em uma Rede de Economia Popular Solidária. A ideia de constituir a Rede surgiu a partir da necessidade das comunidades criarem um canal de comercialização

⁴⁷ O labirinto é um bordado tradicional do Brasil. Produzido a partir de tecidos finos, especialmente o linho, o artesanato deriva de uma gama extensa de trançados europeus, introduzidos no Brasil por intermédio da colonização portuguesa. (Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Bordado_labirinto)

para os seus produtos. Composta por 48 grupos de produção, a Bodega envolve 295 famílias de 36 comunidades e conta com dois espaços, um em Aracati e outro na Prainha do Canto Verde, para comercialização de produtos artesanais, alimentícios e agroecológicos. Ademais, a Cooperativa participa do calendário de feiras da Economia Popular Solidária. A comercialização é feita diretamente com o consumidor a um preço “justo”, já acrescido de uma taxa de 10% destinado a um fundo que deveria garantir a sustentabilidade da Bodega.

Durante o trabalho de campo, foi possível apurar que a loja da Bodega na Prainha não funciona todos os dias e, quando abre, fica poucas horas em funcionamento e somente no período da manhã (**figura 41**). Partindo-se da informação que a Cooperativa é composta por 48 grupos de produção, esperava encontrar uma variedade de produtos maior. Nesta ocasião, o local reunia poucos produtos e permaneceu fechado a maior parte do tempo. Segundo a relatoria da VI Assembleia da Rede TUCUM (2012), a Fatinha, representante da Bodega, salientou que a Cooperativa ainda não é sustentável: embora exista retorno para os produtores, pois o produto é vendido pelo preço que eles colocam, acrescido de 10% para a Bodega, esta porcentagem destinada à cooperativa ainda é insuficiente para a sua manutenção.



Figura 40: Horta da Pousada e Restaurante Sol e Mar/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 41: Bodega fechada/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013

Elemento-Chave: Integração Econômica

Critério	Comunidades		
	<i>Ponta Grossa</i>	<i>Assentamento Coqueirinho</i>	<i>Prainha do Canto Verde</i>
Fornecimento de insumos/operação dos empreendimentos turísticos	- Aquisição do pescado por meio de atravessadores - Oferta restrita de produtos locais	- O Restaurante só compra nas comunidades vizinhas os insumos que não são produzidos no Assentamento.	- Produção de frutas e verduras nas próprias pousadas. - Preferência na aquisição de insumos e produtos na própria localidade. - Aquisição do pescado direto com os pescadores (Restaurante Sol e Mar)
Comercialização de produtos/turista	- Inexpressivo	- Cosméticos naturais, artesanato de biscoito e produtos provenientes da agricultura familiar.	- Grupos de artesanatos locais. - Ponto de comercialização de artesanato na Pousada e Restaurante Sol e Mar - Ponto de comercialização da Bodega

Quadro 19: Síntese dos resultados – Integração Econômica

Fonte: Elaborado pela autora

Os empreendimentos analisados privilegiam a aquisição de insumos/produtos para a operação de seus negócios na própria comunidade. Os proprietários compram as mercadorias diretamente com os moradores ou no comércio local. A opção de adquirir produtos na localidade apresenta-se mais vantajosa, pois poupa tempo e custos de deslocamento. Não obstante, a restrita disponibilidade de insumos/produtos na comunidade obriga alguns empreendimentos a comprarem mercadorias em outros locais.

Com relação à comercialização de produtos locais para o visitante, embora a Prainha do Canto Verde e o Assentamento Coqueirinho ofereçam algumas mercadorias, esta oferta ainda é restrita, inconstante e está condicionada à disponibilidade de recursos financeiros dos envolvidos em investirem nos seus negócios – em geral, limitado. Este cenário converge com alguns pontos levantados por Lima (2002), em seu trabalho sobre a Prainha do Canto Verde. Embora a autora tenha sinalizado uma diversificação na produção de artesanato (artesanato de madeira, de quenga de coco), pintura em tecidos e estamparia (tingimento, serigrafia etc.), também registrou algumas dificuldades: os cursos de profissionalização de pequena duração, realizados por entidades não governamentais, não criam a tradição do fazer – “não é porque uma pessoa fez um curso de pintura que estará, necessariamente, habilitada para pintar produtos vendáveis” (2002, p. 134); a falta de articulação entre os grupos de produção locais; o “marketing” é insuficiente e falta capital de giro para sustentar

a comercialização. Ademais, considerando que a demanda turística nessas localidades (Assentamento e Prainha do Canto Verde) não é significativa, o escoamento de produção, por meio do turismo, é limitado.

A Bodega foi criada como uma alternativa para a comercialização dos produtos de agricultores familiares e artesãos. No entanto, o ponto da cooperativa na Prainha do Canto Verde permaneceu fechado a maior parte do tempo e apresentou uma oferta restrita de produtos, evidências que possibilitam questionarmos se a Cooperativa tem atingindo os objetivos a que se propõe.

5.6 ELEMENTO-CHAVE: INTERCULTURALIDADE

Interculturalidade visou acessar o intercâmbio cultural promovido pelas experiências de TBC, a partir da troca de referências e experiências entre os visitantes e a comunidade local. Este elemento-chave foi analisado por meio de dois critérios: (i) o **compartilhamento do espaço**, que almejou verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar, e se este representa um espaço de encontro e convívio; e a (ii) **participação cultural**, que objetivou identificar o acesso do visitante ao patrimônio cultural material e imaterial⁴⁸ das comunidades.

A possibilidade de troca entre “quem visita” e “quem recebe” depende do grau de motivação que esses atores têm em interagir entre si. A efetivação deste intercâmbio enseja disponibilidade, interesse e acolhimento dos dois lados. Esses elementos, por serem pessoais e subjetivos, fazem com que cada indivíduo tenha uma experiência própria e única de cada lugar. Embora se reconheça a existência de diversos elementos subjetivos que motivarão e definirão o grau e a qualidade da interação entre o visitante e os membros da comunidade, observou-se, nas três iniciativas, um ambiente singular e propício para a interação e a troca.

Este ambiente favorável tem no compartilhamento do espaço o seu elemento central. Ao contrário do turismo convencional, e a sua produção de espaços segregados entre os turistas e os moradores, no TBC não há sobreposição de territorialidades e o turismo se desenrola no espaço de vida da comunidade. Assim, o visitante transita nos lugares onde os

⁴⁸ Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural – IPHAN, a Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216) ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. O **Patrimônio Material** é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis (composto pelos núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais) e móveis (composto pelas coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos). Os **Bens Culturais de Natureza Imaterial**, por sua vez, referem-se às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). O Patrimônio Cultural Imaterial é transmitido de geração a geração, sendo constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>

moradores compartilham o seu cotidiano de lazer, ócio, trabalho e religiosidade. A partir dessa proximidade física entre o turista e o morador local, inúmeras são as possibilidades de aproximação, interação, convívio e troca. Nas três comunidades estudadas, o visitante e a comunidade compartilham o mesmo espaço. As pousadas, chalés e restaurantes estão construídas nos mesmos terrenos das residências de seus proprietários, o que leva a uma aproximação natural do turista com a família que o recebe.

Sob este critério destaca-se a forma como o turismo comunitário está estruturado no Assentamento Coqueirinho. Ali, as dimensões de espaço e tempo se fundem no cenário e na vivência experimentados pelo turista, pois todo equipamento, produto ou serviço oferecido está associado, de forma orgânica, a casa, ao quintal e a vida dos assentados. Os Chalés são construídos nos terrenos de moradores, o restaurante é uma extensão da cozinha e da própria casa de uma família. Os quintais produtivos e as mandalas são as unidades produtivas de pequenos grupos e famílias e são visitados com os próprios moradores e cuidadores enquanto, ocasionalmente, desempenham suas atividades. Tudo isto forja uma experiência única, onde turistas e comunitários compartilham o mesmo espaço-tempo, se aproximando, conhecendo, convivendo e trocando com mais naturalidade e fluidez suas experiências.

Em Ponta Grossa e na Prainha do Canto Verde o turista tem mais tempo sozinho e a sua disposição para optar, com autonomia, entre uma caminhada na praia, uma visita a uma barraca e/ou restaurante, um tempo ocioso de descanso ou um passeio de carro pelas redondezas. Essas diferenças na dinâmica da vivência dos turistas resultam em diferentes graus de troca, intercâmbio, aprendizado e aproximação com os locais.

Com relação à participação cultural, não há nenhuma restrição de acesso do turista ao patrimônio cultural tangível e intangível das comunidades visitadas. Os turistas são convidados a visitarem os museus, as casas dos moradores e os centros de convivência das comunidades, bem como podem participar das festas religiosas e dos eventos locais. Conhecimentos tradicionais, como a medicina, os usos e manejos de elementos da natureza e as práticas e ofícios, também são compartilhados com os visitantes. Esta dimensão da cultura local, no entanto, não é apresentada como um produto de mercado, mas compartilhada de forma espontânea, informal e orgânica.

Os membros envolvidos com o TBC no Assentamento Coqueirinho ressaltaram a felicidade que sentem em receber pessoas que querem conhecer o Assentamento e as suas trajetórias de vidas, isto “os enche de orgulho e mostra que lá existe algo diferente e especial” (moradora 01 – AC). As percepções dos entrevistados demonstram um impacto positivo do turismo no fortalecimento da autoestima e identidade dessas pessoas. Na Prainha do Canto Verde, a Moradora (02 – PCV) relatou os laços de amizade que se estabelecem entre ela e os visitantes, e que, em alguns casos, o contato é mantido mesmo após o retorno do turista, por meio de telefonemas, e-mails e cartas.

Elemento-Chave: Interculturalidade

Critério	Comunidades		
	<i>Ponta Grossa</i>	<i>Assentamento Coqueirinho</i>	<i>Prainha do Canto Verde</i>
Compartilhamento do espaço	- Visitante e comunidade compartilham o mesmo espaço.	- Visitante e comunidade compartilham o mesmo espaço.	- Visitante e comunidade compartilham o mesmo espaço.
Participação cultural	- Acesso irrestrito do turista ao patrimônio cultural tangível e intangível da comunidade.	- Acesso irrestrito do turista ao patrimônio cultural tangível e intangível da comunidade.	- Acesso irrestrito do turista ao patrimônio cultural tangível e intangível da comunidade.

Quadro 20: Síntese dos resultados – Interculturalidade

Fonte: Elaborado pela autora

As evidências percebidas acerca do elemento-chave interculturalidade foram bastante semelhantes entre as três comunidades de estudo. A conformação das iniciativas de TBC oferece um ambiente propício para a interação entre o visitante e a comunidade receptora. Destaque para o Assentamento Coqueirinho, onde este ambiente conforma-se de maneira mais orgânica aos modos de vida locais, permitindo, assim, mais intensidade na interação turista-comunitário.

No turismo comunitário não existe uma paisagem construída para o turismo, o visitante se integra a uma paisagem social pré-existente que independente de sua presença. Assim, conforme apontado por Irving (2009), as práticas de TBC representam um *lôcus* de encontro, que promove, ao mesmo tempo, a afirmação das identidades do destino e o compartilhamento de múltiplas identidades, que se expressam e são intercambiadas.

5.7 ELEMENTO-CHAVE: QUALIDADE AMBIENTAL

A **qualidade ambiental** foi analisada a partir de dois critérios: (i) **saneamento ambiental**, subdividido em (a) **gestão de resíduos sólidos**, (b) **gestão de efluentes** e (c) **abastecimento de água** e (ii) **manejo dos recursos naturais**, subdividido em (a) **institucional**, referente às ações de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais da comunidade; e (b) **técnico**, relacionado ao manejo específico adotados na gestão dos recursos naturais locais – técnicas, petrechos e ofícios.

5.7.1 SANEAMENTO AMBIENTAL

Com relação aos resíduos sólidos, a comunidade de **Ponta Grossa** conta com a coleta pública de lixo duas vezes por semana e, parte dos empreendimentos turísticos, separa o lixo orgânico e o destina para as criações de galinhas. A gestão de efluentes é feita por meio de fossas bio-sépticas (**figura 42**), encontradas em todas as residências e empreendimentos turísticos do local. Ademais, os três restaurantes (Barraca Canaã,

Barraca do Sidrak e Barraca Pantanal) possuem, em suas cozinhas, caixas de gordura para a separação das águas residuais. Para o abastecimento de água, a comunidade conta com o fornecimento público de água encanada, cisternas de ferrocimento (**figura 43**) e dois pontos públicos de distribuição de água dessalinizada e potável (**figura 44**).

A construção das fossas bio-sépticas e das cisternas de ferrocimento fazem parte do Projeto “De olho na Água” (**figura 45**), que desenvolve suas ações em algumas comunidades do Município de Icapuí: Córrego do Sal, Retiro Grande, Requenguela, Ponta Grossa e Fazenda Belém. O Projeto foi criado e implantado pela Fundação Brasil Cidadão, com o patrocínio da Petrobras, por meio do Programa Petrobras Ambiental. A proposta constitui-se em um modelo pioneiro de abordagem integrada para a sustentabilidade ambiental e desenvolve suas ações em três linhas de atuação, todas relacionadas ao uso e conservação da água: (i) implementação da gestão integrada dos recursos hídricos; (ii) promoção de práticas de uso racional e recursos hídricos e (iii) integridade ambiental dos corpos hídricos nas áreas de influência da Petrobras. Em uma de suas ações, as comunidades foram beneficiadas com 221 sistemas de biorremediação dos efluentes domiciliares (as fossas bio-sépticas), para o saneamento dos esgotos domésticos, e 195 cisternas de ferrocimento, cuja função é captação e armazenamento de águas pluviais. Ao final do projeto, as análises bacteriológicas para o monitoramento das águas superficiais e subterrâneas registraram significativa diminuição de poluentes nos lençóis freáticos.

Com as cisternas de ferrocimento, se a água da chuva for captada e armazenada de forma correta, esta pode suprir as necessidades de uma família durante todo o ano, diminuindo os gastos diretos com água e evitando inundações, alagamentos e erosões. Os tanques para armazenamento podem ser criados com diversos materiais. O de ferrocimento é considerado um dos mais baratos e eficientes, pois, além de não oxidar, seu custo final equivale a apenas 20% do valor de um reservatório de ferro (De olho na água – Guia de Referência, 2009).

As fossas sépticas são largamente utilizadas na maioria das residências. No entanto, elas apenas removem os sólidos, sem eliminar a contaminação por patógenos humanos. Este tipo de fossa precisa ser esvaziada regularmente, e, quando isto não ocorre, a qualidade das águas subterrâneas fica comprometida. O canteiro bio-séptico, ou fossa bio-séptica, por sua vez, é um sistema completo, que associa a digestão anaeróbica (sem presença de oxigênio) a um canteiro séptico que digere toda a matéria orgânica na zona de raízes das plantas em conjunto com micro-organismos aeróbicos (com a presença de oxigênio). A água é evapo-transpirada e, além de eliminar qualquer tipo de resíduo, produz biomassa viva. O resultado é um sistema sem efluentes, pois toda a água é absorvida e evaporada pelas plantas, enquanto a matéria sólida (0,1% do volume total) é transformada em minerais inertes, servindo de alimentos para as plantas. (De olho na água – Guia de Referência, 2009)



Figura 42: Fossas bio-sépticas/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 43: Cisternas de ferrocimento/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 44: Ponto público de distribuição de água dessalinizada e potável/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013



Figura 45: Projeto “De Olho na Água”/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013

O **Assentamento Coqueirinho** não possui coleta pública de lixo e não conta com nenhuma outra forma de apoio externo na gestão de seus resíduos sólidos. O lixo seco é enterrado ou queimado em valas, sendo cada unidade familiar responsável pelo seu lixo. O lixo orgânico é utilizado para compostagem e alimentação das criações. Os entrevistados demonstraram-se conscientes do impacto ambiental decorrente da queima do lixo e a ACOOPAC tem se mobilizado na busca de soluções para a gestão dos resíduos sólidos do Assentamento. A ideia da Associação é adquirir lixeiras coloridas, onde cada cor corresponde ao destino de um tipo de resíduo. As lixeiras seriam distribuídas no Assentamento e cada unidade familiar seria responsável por separar os seus resíduos e distribuí-los nas lixeiras. Caberia a Prefeitura de Fortim disponibilizar um caminhão, pelo menos uma vez por semana, para ir até o Assentamento realizar a coleta e a destinação dos resíduos.

O saneamento dos esgotos domésticos é feito por meio de fossas sépticas. Cada unidade familiar possui a sua fossa. As águas residuais do restaurante comunitário são escoadas para a terra, utilizando, porém, o sistema de percolação dirigida. O sistema de poços artesianos é utilizado para o abastecimento de água, cuja sucção ocorre por meio de bomba elétrica, bomba manual e catavento.

No caso da **Prainha do Canto Verde**, logo na entrada da comunidade, o visitante depara-se com um galpão que, no passado, foi utilizado como local de separação de lixo. Hoje, o galpão funciona como depósito temporário e ponto de transbordo do lixo coletado na comunidade (**figura 46**). O lixo coletado é levado para o galpão, cabendo a Prefeitura de Beberibe recolhê-lo uma vez por semana. Os depoimentos dos moradores revelaram que a coleta realizada pela prefeitura se dá de forma insuficiente. Comumente o caminhão não recolhe todo o lixo existente no local, ocasionando permanência/acúmulo de resíduos e a sua dispersão, pelo vento e pelos animais que acessam livremente a área. O lixo que chega até o galpão é coletado por um veículo Toyota (modelo Bandeirante) de propriedade da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde. O veículo - conduzido por um morador local remunerado para tal função - recolhe o lixo, já ensacado pelos moradores, e o destina ao local de transbordo. O trabalho de coleta e transporte do lixo da comunidade com destino ao galpão - para posterior transbordo a Beberibe - é executado a partir de um contrato firmado entre a Prefeitura de Beberibe e a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, com o repasse de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais. Ou seja, a Prefeitura destina este valor para a Associação que, com o veículo próprio, realiza a coleta de lixo na comunidade e o destina para o galpão. A Prefeitura, por sua vez, tem o compromisso de, uma vez por semana, retirar o lixo do galpão e conduzi-lo ao seu destino final, um aterro sanitário situado próximo ao município de Beberibe. No período de campo deste trabalho, o serviço de coleta na comunidade estava interrompido devido a problemas mecânicos no

veículo da Associação. Ressalta-se, ainda, que foi possível observar uma grande quantidade de lixo espalhado pela comunidade **(figura 47)**.

Os efluentes são destinados às fossas sépticas. Cada propriedade possui a sua fossa e já existem cerca de três casas com fossas bio-sépticas. Planeja-se para o futuro, segundo o relato do Morador (02 – PCV), investimento de recursos provenientes de uma compensação ambiental - esta já em curso - para a construção das fossas bio-sépticas, em substituição às fossas sépticas. As águas residuais de banheiros e cozinhas (chamadas de águas brancas) são escoadas em sistemas a céu aberto, por percolação. Segundo os entrevistados, *“a água branca vai para o pé do coqueiro”*.

Os poços artesianos são responsáveis pelo abastecimento de água na comunidade. A água é puxada dos poços de três formas: a bomba elétrica, a bomba manual **(figura 48)** e os cataventos multipás **(figura 49)**. A bomba elétrica é a mais utilizada, embora enseje a utilização de energia elétrica e um alto custo de manutenção. Apenas duas propriedades utilizam cataventos multipás para a sucção da água do subsolo, sendo estes equipamentos construídos por um morador local.



Figura 46: Galpão para depósito temporário do lixo/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 47: Lixo espalhado na localidade/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 48: Bomba manual/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013



Figura 49: Catavento multipás/Prainha do Canto Verde
Acervo da autora/2013

Elemento-Chave: Qualidade Ambiental

Critério	Subcritério	Comunidades		
		<i>Ponta Grossa</i>	<i>Assentamento Coqueirinho</i>	<i>Prainha do Canto Verde</i>
Saneamento Ambiental	Resíduos Sólidos	- Coleta Pública - Lixo orgânico para criações	- Lixo seco enterrado/queimado; - Lixo orgânico para criações/compostagem	- Coleta Pública (insuficiente) - Lixo orgânico para criações/compostagem (menor prevalência)
	Efluentes	- Fossa bio-séptica	- Fossa séptica	- Fossa séptica
	Abastecimento de Água	- Fornecimento público - Cisternas de ferrocimento - Ponto público de água potável	- Poços artesianos	- Poços artesianos

Quadro 21: Síntese dos resultados – Saneamento Ambiental**Fonte:** Elaborado pela autora

Nos três critérios avaliados, a comunidade de Ponta Grossa apresentou os melhores resultados, sendo também o local com o maior apoio externo no que tange o financiamento de ações relativas ao saneamento ambiental. A comunidade conta com aporte do Município para a coleta de lixo e fornecimento de água. Além de ter sido contemplada por um projeto do terceiro setor (Fundação Brasil Cidadão) que, com recursos privados (Petrobrás Ambiental), implementou alternativas mais sustentáveis para a gestão de efluentes e captação de água. No Assentamento Coqueirinho o aporte externo é inexistente e na Prainha do Canto Verde é insuficiente. Embora essas iniciativas sejam “exemplos” de comunidades que buscam o desenvolvimento por meio de ações sustentáveis, há evidências de práticas degradadoras subjacentes às atividades diárias das comunidades, a exemplo da disposição inadequada dos resíduos, fator comprometedor do meio ambiente e da saúde pública.

5.7.2. MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS

O manejo dos recursos naturais subdivide-se nos subcritérios (a) institucional, referente às ações, de caráter administrativo, legal e/ou político, empreendidas pela comunidade para salvaguarda dos seus recursos naturais, e (b) técnico, relacionado ao manejo específico adotados na gestão dos recursos naturais locais – técnicas, petrechos e ofícios.

Ponta Grossa e Prainha do Canto Verde são comunidades que tem na pesca artesanal uma importante fonte de renda. Segundo o Centro de Excelência para o Mar Brasileiro - Cembra (2011), a pesca refere-se a todo ato com o objetivo de retirar, colher, apanhar, extrair ou capturar recursos pesqueiros em ambientes aquáticos, podendo ser exercida em caráter científico, amador, de subsistência ou econômico/comercial.

No Brasil, até o início da década de 1960, a pesca era predominantemente artesanal. A produção era comercializada em estado fresco ou refrigerado e destinado basicamente ao atendimento do mercado interno. A partir de então, por meio de incentivos governamentais, desenvolveu-se a pesca industrial, voltada em grande parte para o mercado externo. O rápido crescimento do esforço de pesca, o reduzido número de espécies alvo, o superdimensionamento da frota do parque industrial e a ausência de conhecimento técnico-científico sobre os recursos existentes, resultaram no comprometimento dos principais estoques pesqueiros (CEMBRA, 2011).

A pesca extrativista marítima no Brasil pode ser classificada nas seguintes categorias: pesca de subsistência, pesca artesanal, pesca industrial costeira e pesca industrial oceânica. A pesca artesanal abrange o segmento com objetivos comerciais, mas sem vínculo empregatício com a indústria de processamento ou comercialização do pescado. Esta prática caracteriza-se pela utilização de embarcações de pequeno ou médio porte, com propulsão motorizada ou não, em áreas de operação próximas à costa. Tais embarcações são geralmente de madeira e a tecnologia de captura é capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. A pesca artesanal representa a maior parte da frota pesqueira nacional, com uma participação de até 60% no total das capturas (Cembra, 2011).

Ponta Grossa é um núcleo pesqueiro caracterizado pela pesca da lagosta. A exploração do crustáceo é realizada por meio da pesca artesanal (**figura 50**). De 01 de dezembro a 31 de maio, período do defeso para a reprodução da(s) espécie(s), a pesca fica suspensa e os pescadores profissionais recebem o auxílio desemprego, correspondente a um salário mínimo por mês.

No ano de 1994, os pescadores - preocupados com a pesca predatória da lagosta - por iniciativa própria, instalaram um viveiro em mar aberto para estocagem de lagostas vivas, com o objetivo de agregar valor com a engorda do produto. As lagostas capturadas abaixo do tamanho mínimo permitido (13 cm), ao invés de retornarem ao mar, eram colocadas no tanque para recria e engorda. Esta iniciativa resultou na formalização de uma parceria com o Governo do Estado do Ceará e a Universidade Federal do Ceará, para a instalação de novos viveiros. A experiência deu origem ao projeto piloto “Minifazenda Marinha: Viveiros de Lagosta no Mar”, cujo objetivo principal foi adquirir conhecimentos biotecnológicos sobre a lagosta, a fim de subsidiar estudos para a manutenção e recuperação deste importante recurso do Nordeste. Uma ressaca muito violeta, entretanto, destruiu os tanques-redes que, devido ao alto custo de instalação, não foram replantados, acarretando o fim do projeto.



Figura 50: Covos para captura de lagosta/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013

Na **Prainha do Canto Verde** a pesca artesanal é desenvolvida utilizando-se de uma série de apetrechos e estratégias de capturas adaptadas às condições ambientais locais (**figura 51**). Segundo Almeida (2002), verificou-se no local a existência de pelo menos 16 tipos de pescaria e os dados coletados no entreposto comunitário revelaram a captura de mais de 30 espécies de peixes ao longo do ano. Com o intuito de compreender melhor a pesca na comunidade, o autor classificou as espécies capturadas em quatro tipos básicos: crustáceos, grandes peixes pelágicos, grandes peixes bentônicos ou de meia água e pequenos peixes pelágicos. A partir dessa classificação, constatou-se que a pesca incide sobre diferentes elos da teia marinha, o que contribuí para a sustentabilidade da atividade. Outro aspecto importante refere-se à flexibilidade com que os pescadores artesanais mudam de pescaria, de acordo com as condições climáticas e/ou de abundância de espécies, limitando, assim, a sobrepesca.



Figura 51: Pescadores artesanais no mar/Praia do Canto Verde
Acervo da autora/2013

No que tange às ações de salvaguarda dos recursos naturais, a comunidade de **Ponta Grossa** buscou, na criação de uma unidade de conservação (**figura 52**), um meio para “frear” a especulação imobiliária, o desmatamento de matas ciliares e o trânsito de veículo nas dunas móveis. A Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal de Ponta Grossa, administrada pelo município de Icapuí, foi criada em 08/04/1998 (lei municipal nº 262), com o objetivo de regulamentar a ocupação e exploração da região. A APA, com 555,678 hectares, é dividida em duas áreas: a primeira é chamada de preservação ambiental, por merecer proteções especiais, e inclui as praias, planície de maré, lagoas costeiras, mangues e dunas; a segunda, de conservação ambiental, abrange as matas no alto das falésias de Retiro Grande a Ponta Grossa, abrigando uma grande quantidade de cajueiros. O Comitê Gestor da APA é formado por moradores, representantes de organizações não governamentais e representantes do Governo.

Segundo a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace⁴⁹, as ameaças sobre a área abrangem: a degradação da fisionomia vegetal com desmatamento de grandes áreas e fragmentação de habitats; a redução dos manguezais com a instalação de salinas e cultivo de camarão; a expansão da urbanização, desmatamento, grilagem e apropriação de terras da União, destruindo falésias e dunas; a caça predatória que coloca em risco de extinção várias espécies da fauna local; a exaustão de recursos marinhos, provocados pela pesca predatória da lagosta bem como de outras espécies, como o peixe boi; a especulação imobiliária e a pressão de atividades turísticas desordenadas, que colocam em risco o

⁴⁹ Disponível em <http://www.semace.ce.gov.br/2010/12/area-de-protecao-ambiental-da-praia-de-ponta-grossa/>

patrimônio natural, e o impacto da carcinicultura sobre o ecossistema do manguezal, comprometendo a cadeia reprodutiva.

Na região ocupada pela comunidade de Ponta Grossa, a instrução normativa que regulamenta a APA determina que os terrenos tenham até 500m² e sua área ocupada não passe de 50% da terra. Ademais, as construções não podem ultrapassar 5 metros de altura, devem possuir fossa séptica e é proibida a construção de novas pousadas e hotéis.



Figura 52: APA/Ponta Grossa
Acervo da autora/2013

A **Prainha do Canto Verde** foi decretada reserva extrativista no dia 05 de junho de 2009 (**figura 53**). Segundo a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (2011), a criação da Resex representou uma estratégia para garantir o território para todas as gerações das famílias nativas da comunidade. O pedido para a criação da UC se deu em 2001, e desenrolou-se a partir de debates públicos com os moradores da comunidade e de estudos ambientais realizados pelo ICMbio. A Associação alega que, agindo de acordo com a legislação, todo o processo de consulta pública sobre a viabilidade da Resex foi amplamente divulgada, com a publicação no Diário Oficial da União, jornais de circulação no Ceará, ofícios do ICMBIO/IBAMA às instituições Públicas Federal, Estadual e Municipal, entidades não governamentais e movimentos sociais. Além da utilização de outros meios de comunicação, como as rádios comunitárias do município de Beberibe e faixas expostas na própria comunidade. Não obstante, o decreto da Resex desencadeou um conflito interno e dividiu a comunidade entre aqueles que são a favor da Reserva extrativista “terrestre” e aqueles que são contra, alegando que apoiaram apenas a criação de uma reserva

extrativista marinha e que desconhecem o processo de inclusão da porção de reserva continental, a parte “terrestre”.

O histórico da Prainha do Canto Verde revela uma trajetória de lutas em defesa da pesca artesanal e do território. Neste percurso, a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde desenvolveu importantes acordos internos, como o Regulamento da Pesca da Lagosta (2002), propondo medidas que ordenavam a prática da pesca da lagosta pelos pescadores locais (horário de saída para a pesca, padronização da malha de cangalha etc) e o Plano Diretor – Regulamento para o Uso da Terra (1996), estabelecendo formas de organização e ocupação do espaço que garantissem o uso da terra pelos nativos de forma equitativa, sem a inserção de agentes externos. O **quadro 21** apresenta alguns títulos de reportagens publicadas no site da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, no período de 2011 a 2013. As chamadas revelam que a pesca da lagosta e o conflito motivado a partir do Decreto da Resex representam, atualmente, os desafios centrais enfrentados pela comunidade.

- ***Brazillobsterfishery crises towor sem in 2013 – one more reasonto close thefisheryuntil 2014*** – publicado em 12-01-2013
- **Previsão negativa para exportação da lagosta em 2013!! E outros motivos para fechar a pesca até 2014** – publicado em 09-01-2013
- **Pesca da lagosta em colapso** – publicado em 30-10-2012
- **Os pescadores do litoral leste chamam o governo para começar a resolver o problema da pirataria no mar** – publicado em 30-06-2012
- **O ciclo de conferências SOS SOBREVIVÊNCIA + 20 abrindo caminho para solução da crise de pesca da lagosta** – publicado em 30-06-2012
- **Um conflito divide os moradores da Prainha do Canto Verde desde a criação da Resex** – publicado em 15-05-2012
- **Porque alguns moradores não querem o direito a possua da terra?** – publicado em 04-10-2011
- **Na Prainha do Canto Verde outro turismo é possível!** – publicado em 03-10-2011
- **Ampliação da Resex** – publicado em 29-04-2011
- **Os amigos do Tales unidos contra a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde** – publicado em 24-04-2011
- **Um Canto Verde ameaçado!** – publicado em 07-02-2011

Quadro 22: Chamadas de reportagens no site da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde.
Fonte: Elaborado pela autora



Figura 53: Resex/Praia do Verde
Acervo da autora/2013

No **Assentamento Coqueirinho**, a ACOOPAC - organização responsável pelo turismo comunitário - estabeleceu regras para as atividades produtivas de seus associados e sobre as formas de uso e conservação dos recursos naturais do Assentamento. Dentre as normas internas, está a proibição da extração de madeira para a venda, sendo a mesma utilizada apenas para as demandas internas do Assentamento e mediante autorização em assembleia.

O Assentamento possui uma Área de Preservação Permanente (APP) de 25 hectares, situada entre dois córregos e duas lagoas, e uma área destinada a Reserva Legal, de 294,6 hectares, correspondente a 20% da área total da propriedade rural (valor exato ao percentual exigido pelo inciso IV do artigo 16 do Código Florestal). A área da Reserva Legal está dividida entre as Associações. A parte correspondente à ACOOPAC, gestada de forma coletiva, abriga uma trilha ecológica de 8 km (**figura 54**).

Enquanto as outras Associações privilegiam a exploração da terra de forma individual, a ACOOPAC se dedica ao desenvolvimento de atividades em regime coletivo de produção, com ações focadas na conscientização ambiental de seus membros e na fiscalização e governança das formas de uso dos recursos naturais do Assentamento. Ademais, a Organização também se articulou com atores externos para captar projetos que fortalecessem as capacidades endógenas de produção, manejo e conservação dos recursos naturais e produtivos.

O Projeto Mandala Produtiva (**figura 55**) - implantado pelo Governo do Estado do Ceará e coordenado pelo Projeto São José e Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA

- refere-se a um sistema de irrigação circular que facilita a produção de diversas culturas de modo integrado, sem o uso de agrotóxicos. Cria-se uma espécie de ecossistema que agrega a criação de animais, como galinhas, patos e perus; a plantação de canteiros de hortaliças no entorno, e um tanque central para a criação de peixes. A mandala tem baixo custo de instalação (em média R\$ 6 mil) e necessita de uma pequena área para implantação. Considerada como um sistema de produção sustentável para a agricultura familiar, o Assentamento Coqueirinho possui sete mandalas produtivas, sendo que cada uma está sob a gestão de, no mínimo, três famílias. Os Quintais Produtivos, financiados pela Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde, viabilizou a aquisição de mudas e animais de criação e permitiu a algumas famílias aumentarem as suas produções orgânicas. A ACOOPAC também desenvolveu projetos voltados para produção e venda de cosméticos naturais, apicultura, casa da farinha - ainda em construção - e banco de sementes.

A divisão de aproximadamente 60 famílias assentadas, em quatro associações, não apenas reflete as divergências entre estes grupos, como também confere autonomia e independência no estabelecimento, ou não, de suas próprias regras e códigos de conduta. As áreas da APP e da Reserva Legal estão divididas igualmente entre as Associações. Enquanto a ACOOPAC propôs uma gestão coletiva, as outras Associações parcelaram essas áreas entre os seus membros, priorizando, assim, sistemas de exploração individual, que incluem, por exemplo, a retirada e venda ilegal de madeira. Neste contexto, constroem-se práticas distintas em um mesmo território. Se olharmos as formas de manejo dos recursos naturais do Assentamento como um todo, bem como as instituições que buscam a sua salvaguarda, deparamo-nos com múltiplas dinâmicas, algumas predatórias, outras de conservação. No entanto, ao focar apenas nos indivíduos que estão envolvidos com o turismo comunitário, representados pela ACOOPAC, observa-se um compartilhamento de valores e princípios comprometidos com a sustentabilidade ambiental do território, que se traduzem em práticas coletivas voltadas para a produção orgânica, o manejo integrado, os sistemas de verticalização de produção, a preservação da reserva legal, o combate à caça, à venda ilegal da madeira e ao desmatamento.



Figura 54: Trilha ecológica/Assentamento Coqueirinho
Acervo da autora/2013



Figura 55: Mandala produtiva/Assentamento Coqueirinho
Acervo da autora/2013

Elemento-Chave: Qualidade Ambiental

Critério	Subcritério	Comunidades		
		<i>Ponta Grossa</i>	<i>Assentamento Coqueirinho</i>	<i>Prainha do Canto Verde</i>
Manejo dos recursos naturais	Institucional	- Criação da APA - Respeito ao defeso da lagosta (lei federal)	- Áreas destinadas a APP e Reserva Legal. - Acordos internos - Conflitos internos (divergências entre as Associações)	- Criação da Resex - Acordos internos - Militância - Conflito interno (Resex Terrestre)
	Técnico	- Pesca artesanal - Projeto “Minifazenda Marinha” (extinto)	- Produção orgânica e manejo integrado de recursos	- Pesca artesanal

Quadro 23: Síntese dos resultados – Manejo dos Recursos Naturais

Fonte: Elaborado pela autora

As comunidades de **Ponta Grossa** e da **Prainha do Canto Verde** vislumbraram na transformação de parte de seus territórios em Unidades de Conservação (UC), estratégias para a conservação dos recursos naturais locais e coerção da especulação imobiliária. Ambas as localidades têm na pesca artesanal uma das principais fontes de renda. Segundo Almeida e Pinheiro (2004), a pesca artesanal representa uma atividade que carrega alguns elementos da sustentabilidade, a saber: uso predominante de recursos naturais renováveis (inclusive com propulsão eólica ou a remo); captura de uma grande diversidade de espécies, incidindo sobre diferentes elos da teia alimentar marinha; reduzido impacto ambiental (baixo poder de captura); conhecimento aprofundado sobre o meio ambiente, recursos e limites naturais, e orientação da pescaria de acordo com condições ambientais e de abundância de espécies. Não obstante, a intensificação dos esforços de pesca na região nordeste está levando à exaustão de alguns estoques pesqueiros - principalmente da lagosta - e acarretando sequelas socioeconômicas e ambientais para essas comunidades.

O **Assentamento Coqueirinho**, por sua vez, apresenta um cenário polarizado entre aqueles que estão, de um lado, envolvidos com o turismo comunitário e comprometidos com acordos e práticas que promovam o bem estar coletivo e a conservação de recursos naturais e produtivos, e, de outro, os membros das outras Associações, que priorizam sistemas de produção individual com tendências ao esgotamento dos recursos locais.

CAPÍTULO 6: REVISITANDO A TEORIA APÓS O CAMPO

Os seis elementos-chaves analisados foram desenvolvidos a partir do arcabouço teórico do TBC, com base na definição, premissas e princípios de diferentes estudiosos. A partir do trabalho de campo, buscou-se verificar as evidências destes elementos nas iniciativas em curso. Baseado nos resultados, este capítulo revisita a teoria a luz da experiência de campo, reavaliando os elementos-chaves, estabelecendo um diálogo entre a dimensão teórica e as práticas do turismo comunitário e conduzindo às conclusões do estudo.

6.1 ELEMENTO-CHAVE: DOMINIALIDADE

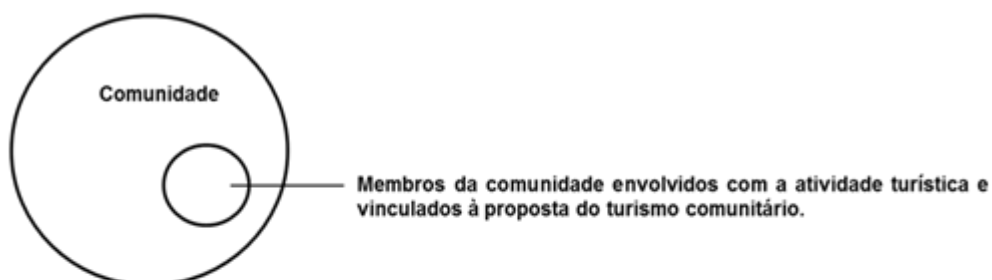
Verificou-se o grau de controle da população local sobre as atividades econômicas associadas ao turismo, por meio de três critérios: propriedade, gestão e mão de obra. Nota-se que na literatura, dentre as diversas concepções sobre o tema, este é o aspecto de maior convergência (ver quadro 02 “Componentes evidenciados nas definições de TBC”). As evidências verificadas no trabalho de campo corroboram com a hipótese de ser a dominialidade o elemento-chave mais relevante para o TBC. Não obstante, as realidades encontradas ofereceram alguns elementos para reflexão.

Há uma tendência na literatura em associar o TBC a uma proposta de desenvolvimento turístico que envolve a comunidade como um todo. A própria expressão “base comunitária” reforça esta impressão, de que se trata de algo com sentido coletivo, unificado no grupo social. O trabalho de campo, no entanto, evidenciou que apenas uma parcela dos membros das comunidades visitadas está envolvida nas atividades relacionadas ao turismo. Este é um ponto importante: o turismo de base comunitária não envolve toda a comunidade, e sim um grupo, por vezes pequeno, de moradores. Neste sentido, acredita-se que expressões como “protagonismo da comunidade” denote uma ideia de coletividade que não condiz com a realidade. Acrescentar a palavra “membros” (“o protagonismo de membros da comunidade”, por exemplo) pode oferecer uma ideia mais circunscrita e condizente com as iniciativas em curso.

Outro ponto observado é que nem todos os envolvidos com o turismo na localidade estão associados à proposta do TBC - realidade verificada na Prainha do Canto Verde. Ou seja, em uma dada comunidade, dentre a parcela da população que está envolvida no turismo, ainda pode haver uma subdivisão, entre o grupo que desenvolve as suas atividades associados ao turismo comunitário e outras iniciativas que atuam independentes desta proposta (**figura 56**). Esta situação oferece uma reflexão sobre a possibilidade do TBC coexistir no mesmo espaço/tempo com outras iniciativas/formas de organização da atividade turística. A divisão do grupo de turismo comunitário da Prainha, em função do conflito da Resex, é relativamente recente (ano de 2010/2011). Hoje, a maior parte da oferta turística local não está vinculada a proposta de TBC. Nesta perspectiva, torna-se interessante

acompanhar os desdobramentos dessa separação ao longo do tempo, observando se haverá um enfraquecimento – ou mesmo a extinção – da proposta de TBC na localidade.

Assentamento Coqueirinho e Ponta Grossa:



Prainha do Canto Verde:

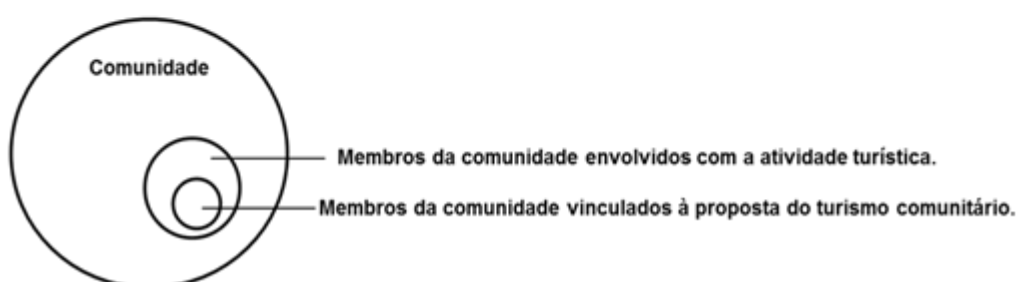


Figura 56: Comunidade x membros envolvidos com a atividade turística

Fonte: Elaborado pela autora

Para garantir a Dominialidade, a comunidade pode elaborar um pacto interno em defesa de suas propriedades, onde todos se comprometem a não se desfazerem de suas terras/imóveis e, aqueles que precisam de fato vendê-las, submetem à apreciação da comunidade (caso verificado em Ponta Grossa). Outro caminho é a transformação do território em uma Área Protegida (caso verificado na Prainha do Canto Verde).

Ao combater qualquer possibilidade de participação, e ganho, de agentes externos nas atividades relacionadas ao turismo, a comunidade garante que a propriedade, gestão e mão-de-obra destas atividades permaneçam sob o seu domínio. Ao construir essa barreira, cria-se uma reserva de mercado⁵⁰, onde toda a oferta turística se estruturará a partir das ofertas, possibilidades e limites locais. Isso permite a construção e o fortalecimento de cadeias produtivas do turismo⁵¹ dentro, e a partir, do território. A estruturação destas cadeias desencadeia um fluxo contínuo de circulação de bens, serviços e recursos que, por sua vez,

⁵⁰ Situação definida quando agentes econômicos, a partir da utilização de alguma instituição social (mecanismos de exclusão econômica, direitos de propriedades, poder político e de mercado etc), delimitam mercados contra a livre entrada e saída de agentes.

⁵¹ De acordo com o SEBRAE (2008), o produto turístico é um conjunto composto de bens e serviços — tangíveis e intangíveis — organizados de forma que possam satisfazer às percepções e expectativas dos visitantes. Esses bens e serviços são produzidos nas diversas unidades econômicas, mas vão sendo enriquecidos ao longo da cadeia até o consumidor final (turista). Como cadeia produtiva, o conjunto de atividades diretamente vinculadas ao negócio turístico expressa um encadeamento que tem, como âncora, a atividade definida como “Alojamento e alimentação”. Esta cadeia principal gera várias demandas de insumos e serviços (a montante) e promove diferentes desdobramentos (a jusante).

desencadeia um processo de geração e distribuição de renda na comunidade (**figura 57**). Nesta perspectiva, e para este estudo, a Dominialidade, e os seus desdobramentos, representa a principal característica do TBC.

Ressalta-se que essa barreira não implica em uma ausência de relação com o ambiente externo. Isto é, a comunidade irá estabelecer um fluxo de comunicação e trocas com o ambiente externo, mas isso será definido a partir das necessidades e possibilidades internas, ou seja, de dentro para fora, e não o contrário.

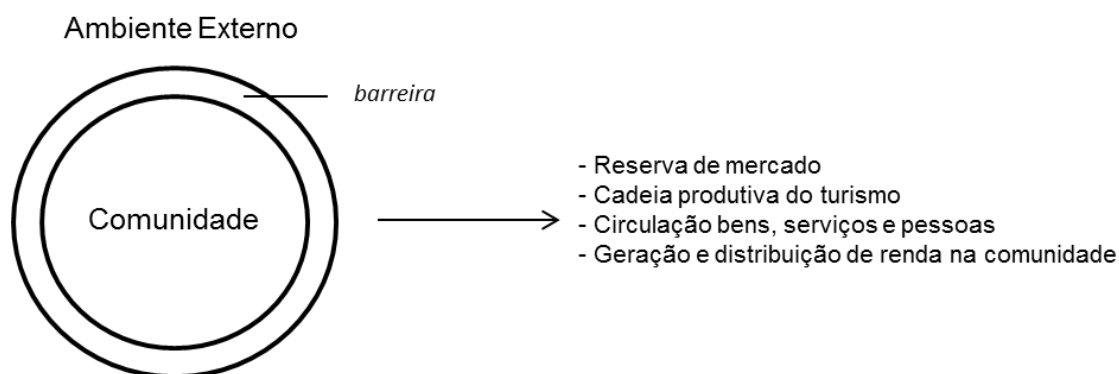


Figura 57: Efeitos da dominialidade
Fonte: Elaborado pela autora

6.2 ELEMENTO-CHAVE: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Este elemento-chave almejou identificar a existência de alguma forma de organização comunitária em torno da proposta de TBC. O resultado foi semelhante nas três iniciativas: presença de Organização, baseada no associativismo, formalizada e com mecanismos de gestão instituídos. Embora a estrutura legal seja semelhante, há uma variação no papel dessas Organizações no desenvolvimento do turismo em seus territórios.

Segundo a literatura, o TBC surge em contextos em que as comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência, como a luta pela posse da terra, pela conservação dos recursos naturais, por educação e saúde etc. O presente trabalho corrobora com este entendimento, considerando que as três comunidades de estudo possuem um histórico de mobilização, organização e ações coletivas anteriores ao surgimento das propostas de TBC. Muitas conquistas, inclusive - como a posse pela terra, o acesso ao saneamento básico - foram frutos dessa capacidade de organização interna e articulação externa. O levantamento do histórico de mobilização, participação e conquistas em cada local é importante para compreendermos o processo de surgimento e formação do TBC. Esta não é uma atividade que surge de forma espontânea, mas dentro de um contexto social e político mais amplo e complexo. Neste sentido, defende-se que o TBC *per si* não tem força e capacidade de organizar uma determinada comunidade, como um “carro chefe”

de processos de empoderamento⁵² e cooperação interna. E, sim, que esta é uma proposta que surge e se desenvolve no seio de comunidades que já possuem certo grau de organização interna. Este entendimento torna-se relevante para compreendermos que o turismo comunitário não é um modelo estanque, capaz de atender toda e qualquer realidade, mas uma atividade que emerge em paisagens sociais com histórico e conquistas fruto da mobilização, protagonismo e participação de (parte) seus membros.

A partir do estudo de campo, infere-se que a Organização Comunitária também representa um elemento constituinte do TBC, sendo, inclusive, um aspecto que o diferencia de outras práticas/formas de organização do turismo. Tomemos como exemplo (hipotético) uma localidade onde todas as propriedades/serviços turísticos pertençam a moradores locais, ou seja, onde a dominialidade esteja garantida. No entanto, não há qualquer forma de organização entre o grupo envolvido com a atividade turística. Esta conformação pode ser considerada uma iniciativa de TBC? Na percepção deste trabalho, não! Tal realidade pode configurar um turismo de base local, mas não um turismo de base comunitária. No TBC, a dominialidade, embora essencial, não é uma característica que *per si* confere a uma iniciativa o status de TBC. Junto com ela deve existir Organização Comunitária, ou seja, além do grau de controle de membros da comunidade sobre as atividades econômicas associadas ao turismo, estes devem estar organizados entre si, conferindo alguma forma de organização representativa do grupo envolvido com o turismo. Assim, deve existir uma representação maior do que os indivíduos/iniciativas isolados, isto é, as pessoas não falam apenas por si, mas em nome de um grupo, e de acordo com seus valores e princípios.

Esse aspecto ficou evidente durante os trabalhos de campo, em todas as comunidades havia um “coordenador” do turismo comunitário, associado à Organização Local. Este foi o responsável por me recepcionar, apresentar a comunidade, o seu histórico, as conquistas, os desafios etc. Não obstante, é preciso aprofundar os estudos no entendimento do impacto dessa Organização para o desenvolvimento turístico local.

Em Ponta Grossa, por exemplo, constatou-se que todos os proprietários e prestadores de serviço turísticos do local estão associados a ASTUMAC; mas o que este vínculo efetivamente representa? Quais as obrigações e deveres dos associados? Neste local, como o desenvolvimento do turismo independe da atuação da Associação, foi possível perceber que os membros associados sentem que não possuem nenhuma obrigação, principalmente financeira, com esta Organização. Alguns entrevistados alegaram que “nenhum turista chega aqui por meio da Astumac”, ou seja, já que a Associação não traz o turista, eu não devo “satisfação” de minhas atividades a ela.

⁵² Segundo Gohn (2004, p. 23), “o “empoderamento” da comunidade, para que ela seja protagonista de sua própria história tem sido um termo que entrou para o jargão das políticas públicas e dos analistas, neste novo milênio. Trata-se de processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos - os novos educadores sociais - atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. O novo processo tem ocorrido, predominantemente, sem articulações políticas mais amplas (...).”

Conforme exposto, embora este elemento seja um tema a ser melhor explorado em outros trabalhos, as evidências de campo apontam a relevância das Organizações na interação da comunidade com o ambiente externo, buscando a captação de recursos financeiros e técnicos para o fortalecimento do turismo e de outras dimensões da vida comunitária. No ambiente interno, acredita-se que a forma de atuação dessas Organizações esteja menos relacionada a modelos de gestão coletiva e cooperativa, e mais próxima de uma “agência reguladora”, cuja finalidade é organizar, regular e/ou fiscalizar a atividade turística no território, por meio da organização político econômica da atividade e da instituição de diretrizes e normas de convivência e operação. Buscar-se-á, aqui, o estabelecimento de acordos comunitários e instituições sociais que ampliem as oportunidades de inserção e fixação de membros da comunidade na atividade turística.

6.3 ELEMENTO-CHAVE: DEMOCRATIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

O desenvolvimento do elemento-chave “**Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios**” baseou-se no fato de alguns autores apresentarem o turismo comunitário como: uma proposta associada à distribuição equitativa da renda na comunidade; vinculada à economia solidária; comprometida com a gestão coletiva, e pautada em práticas democráticas e solidárias. Percebe-se uma tendência na literatura em vincular o TBC a uma prática que se distingue do mercado convencional.

As iniciativas analisadas, entretanto, não apresentaram qualquer experiência inovadora e criativa de propriedade/gestão/divisão que se contraponham ao mercado convencional. Ao contrário, a oferta turística nestes locais é composta por propriedades privadas individuais, e a gestão de tais iniciativas também é realizada sob a égide individual. Até nos empreendimentos que foram financiados com recursos externos (caso do Restaurante/Chalé no Assentamento Coqueirinho), a gestão do negócio não é feita de forma coletiva, e sim individual, a partir do controle de um núcleo familiar. Ademais, não existem mecanismos amplos de distribuição da renda advinda do turismo que beneficie a comunidade como um todo. Os beneficiados são os que trabalham direta ou indiretamente com o turismo, ou seja, aqueles que desempenham suas funções e que são remunerados para isto.

As Associações Locais, por sua vez, empreendem iniciativas, por meio de mecanismos financeiros e acordos comunitários, que objetivam repartir os benefícios e melhorar as oportunidades de acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo. Tais mecanismos e acordos, entretanto, ficam circunscritos ao grupo envolvido diretamente com a atividade turística. Ou seja, aqui também não há iniciativa, instrumento ou mecanismo para a distribuição/repasso de recursos que beneficie a comunidade como um todo. Ademais, os resultados dos fundos geridos por estas Organizações são tímidos e

passíveis de questionamentos. De um lado, constata-se uma fragilidade institucional nas Associações; de outro, uma dificuldade dos proprietários/prestadores de serviços honrarem os acordos e compromissos assumidos com as suas respectivas Organizações, em função do retorno financeiro limitado de seus negócios (caso verificado no Assentamento Coqueirinho e com os Chalés de Ponta Grossa). Desta forma, acredita-se que o estabelecimento de “acordos” e/ou “instituições” seja mais factível dos que os “mecanismos financeiros” formalizados, já que estes dependem diretamente de disponibilidade de recursos e capacidade de gestão, enquanto os “acordos” e “instituições” podem ter mais aderência e menos atrito com as realidades locais, em função dos vínculos sociais, familiares e afetivos que permeiam as relações entre os membros da comunidade.

Assim como as pessoas envolvidas com a atividade turística na comunidade, e vinculadas à proposta do TBC, assumem o compromisso de repassar parte de seu ganho para a Associação Local, esta também tem a obrigação de repassar uma porcentagem de seus recursos para a Rede Tucum, visando a gestão e sustentação financeira da Organização. Segundo o Relatório da VI Assembleia (2012), quase nenhuma comunidade repassou o recurso, referente ao ano de 2012, para a Rede. O Relatório aponta que há conflitos de entendimento de alguns procedimentos de gestão por parte das comunidades, e, ainda, sinaliza a importância do livro de movimento de caixa e a dificuldade dos proprietários/gestores em preenchê-lo regularmente. Embora não faça parte do escopo deste trabalho discutir a viabilidade financeira de iniciativas de TBC, estes indícios demonstram a necessidade de estudos voltados para essa questão, tendo em vista que pesquisas internacionais apontam que o colapso financeiro, decorrente da dificuldade de acesso ao mercado e má governança, é a principal causa de mortalidade dessas experiências (MITCHELL E MUCKOSY, 2008).

Como conclusão deste elemento-chave, entende-se que não se deve interpretar “repartição de benefícios” como uma prática recorrente no âmbito das comunidades. A partir da emergência de cadeias produtivas do turismo, há uma distribuição/repartição de benefícios inerente à dinâmica destas cadeias, fruto da circulação, contínua e/ou esporádica, de bens, serviços e recursos. Essa repartição/distribuição de benefícios/renda reflete a dinâmica de mercados que, mesmo em uma escala menor, é uma realidade nessas comunidades. Neste sentido, as evidências de campo apontam para uma divergência entre a literatura e as realidades encontradas. Logo, acredita-se que a associação do TBC ao princípio da “distribuição equitativa” é inconsistente e irreal.

6.4 ELEMENTO-CHAVE: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O elemento **Integração Econômica** analisou a relação do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, a partir dos critérios (i) fornecimento de insumos e (ii) comercialização de produtos locais para o visitante. O trabalho de campo evidenciou que há uma tendência para a aquisição de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos na própria comunidade, seja no comércio local ou diretamente com os moradores. Esta opção parece apresentar vantagens para as comunidades, pois gera efeito multiplicador interno, circula riqueza, poupa tempo e não enseja custos de deslocamento e transporte. Apurou-se, também, a comercialização de produtos locais para o visitante. No entanto, esta oferta de produtos é limitada, inconstante e está condicionada a pouca capacidade de investimento dos envolvidos em seus negócios.

Com respeito a este elemento-chave evidenciaram-se dois aspectos discutidos na literatura que merecem considerações. Segundo alguns autores, o TBC possui os seguintes princípios: o turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais; e o turismo é uma atividade complementar e não representa a principal atividade econômica da comunidade. O trabalho de campo, por sua vez, apresentou uma realidade que nos possibilita questionarmos esses dois aspectos.

Se focarmos nos membros das comunidades que estão envolvidos com o turismo, é possível constatar que, para alguns deles, o turismo já representa a principal fonte de renda (caso do Restaurante Sol e Mar da Prainha do Canto Verde e dos Restaurantes de Ponta Grossa). Se avaliarmos a comunidade como um todo, na Prainha do Canto Verde e no Assentamento Coqueirinho o turismo não representa a principal atividade econômica/fonte de renda da localidade. Já em Ponta Grossa, os entrevistados demonstraram dificuldade em apontar qual é a principal atividade econômica da comunidade: a pesca ou o turismo? De um lado, há uma crise na pesca, com a diminuição, nos últimos anos, do desembarque pesqueiro da região. De outro, o turismo vem se firmando como uma importante atividade econômica, a partir de um fluxo de turistas constante e significativo. Com a crise de uma atividade econômica e a emergência de outra, há uma tendência de substituição entre elas, que, neste caso, implica na migração para as atividades que têm dando um maior retorno (turismo).

O Morador (03 – PG), conversando sobre a sua dinâmica de trabalho, relatou que durante as manhãs vende coco e bebidas na praia, na parte da tarde/noite trabalha no Restaurante de seu pai (Barraca do Sidrak) e, eventualmente, acompanha os turistas na trilha ecológica. O entrevistado também é pescador, mas as idas ao mar têm se tornado cada vez mais raras, pois a pesca não tem compensado, “é muito tempo no mar e pouco retorno financeiro”. O turismo, por sua vez, tem dado um retorno garantido. Logo, ele gradualmente se afasta da pesca e se volta para o turismo.

Nessa perspectiva, acredita-se que a definição do papel, e do grau de importância do turismo para os indivíduos e a comunidade não será dada a partir de um princípio pré-estabelecido (no TBC o turismo é uma atividade complementar e não substitui as atividades tradicionais), mas como consequência da escolha racional de cada morador ou grupo de indivíduos frente ao custo de oportunidade⁵³ de uma atividade em detrimento da outra. A partir do momento que o retorno financeiro das atividades associadas ao turismo se mostrar mais atrativo, o turismo representará a melhor alternativa, deixando-se de lado as demais possibilidades – pesca, agricultura familiar etc.

6.5 ELEMENTO-CHAVE: INTERCULTURALIDADE

Com a **Interculturalidade** se almejou identificar o intercâmbio cultural promovido pelas experiências de TBC, a partir da troca de referências e experiências entre os visitantes e a comunidade local. O trabalho de campo converge com a literatura, reconhecendo, nas iniciativas analisadas, um ambiente singular e propício para a interação e a troca entre “quem recebe” e “quem visita”.

Sansolo e Bursztyn (2009) sinalizam que no TBC não há a sobreposição de territorialidades, como ocorre no turismo convencional e, embora aleguem que este ainda é um tema a ser aprofundado, afirmam de antemão que a essência do turismo comunitário se expressa no território. “Enquanto o turismo convencional produz espaços segregados para o turista e para os moradores, o turismo de base comunitária disponibiliza seu lugar, espaços vividos, como espaços de encontro, de convivencialidade” (SANSOLO E BURSZTYN, 2009, p. 153). Assim como apontado pelos autores, as evidências deste trabalho corroboram com o entendimento de que o compartilhamento do espaço representa um elemento central no TBC.

Um aspecto abordado na literatura refere-se ao perfil da demanda que consome o produto TBC. Para Bursztyn e Bartholo (2012), as iniciativas de turismo comunitário possuem características marcantes que a diferenciam do universo de produtos disponíveis no mercado. Entendem, assim, que inserir o TBC no mercado convencional não é a melhor maneira de promovê-lo. Os autores defendem que o produto TBC (oferta) converge com as motivações do turista responsável (demanda), tornando-se necessário a criação de estratégias focadas no encontro dos movimentos de oferta e demanda.

O MTur (2009), por sua vez, argumenta que poucas iniciativas são capazes de atrair turistas exclusivamente para visitar o produto de TBC. Neste sentido, entende a necessidade de integração destas iniciativas com os destinos consolidados, buscando uma

⁵³ Conceito fundamental da economia neoclássica que define os custos totais de qualquer escolha (racional) como sendo a soma dos custos diretos da própria escolha mais aqueles relacionados às perdas de benefícios da melhor alternativa deixada de lado.

aproximação das ações de promoção e apoio à comercialização dos projetos de TBC e dos destinos de forma geral, a partir de uma estratégia voltada para o mercado.

A demanda turística considerada “responsável” corresponde aos turistas engajados e que se apoiam nos paradigmas do desenvolvimento sustentável, do consumo crítico e da busca de experiências que possibilitem uma relação direta com as comunidades receptoras. No caso do Assentamento Coqueirinho, o grupo envolvido com a atividade turística ressaltou que o produto que eles oferecem é voltado para um “turista comprometido”, um “turista diferenciado”, ou seja, o turista responsável, convergindo, assim, com os argumentos de Bursztyn e Bartholo (2012). Esta localidade oferece um produto bastante específico, voltado para um público com interesses que transcendem o lazer e o descanso. Não por acaso, grande parte dos turistas que visitam o Assentamento é formado por estrangeiros motivados a conhecer a realidade de um Assentamento da Reforma Agrária.

A realidade de Ponta Grossa, onde parte substantiva da demanda turística é oriunda de Canoa Quebrada, vai de encontro ao argumento do MTur (2009), sobre a necessidade de aproximar iniciativas de TBC a destinos consolidados. A principal motivação, neste caso, é o lazer, o descanso, a culinária e a paisagem natural da região.

Na Prainha do Canto Verde, durante a minha estada no Restaurante e Pousada Sol e Mar, também estavam hospedados no local: duas suíças, desenvolvendo um trabalho para a Fundação da Prainha do Canto Verde; e uma família do Rio de Janeiro, formada por um casal com as suas respectivas filhas, de casamentos anteriores (duas jovens na faixa de 13 anos). Conversei com o casal (Turistas 05 – PCV) sobre as motivações que os levaram até a Prainha e se conheciam a expressão “turismo comunitário”. Eles falaram que estavam viajando por vários locais do litoral Cearense e foram até a Prainha na busca por um lugar tranquilo, para mostrar as jovens uma realidade diferente, na tentativa de aproximá-las de outros valores, distante do “Club Med”⁵⁴ a que estavam acostumadas. A expressão “turismo comunitário”, entretanto, era desconhecida até chegarem ao local. O relato do casal demonstra que, mesmo desconhecendo a expressão “turismo comunitário” e a notoriedade nacional da Prainha nesta prática, eles estavam em busca de tranquilidade, de menos turistas e de mais autenticidade.

No litoral cearense, a resistência de algumas comunidades ao turismo de massa, da segunda residência e dos megaempreendimentos, resultou na configuração de algumas “ilhas”, em meio a um cenário homogeneizado e, por vez, caótico – em função de um fluxo intenso de pessoas e de mercadorias. Ao rejeitar este produto padronizado, alguns turistas acabam encontrando nessas comunidades uma rota de fuga. Aqui, a motivação principal não é permeada pelos valores e princípios apregoados pelo turismo responsável, mas por uma motivação individual de se buscar tranquilidade, paz e isolamento, elementos que o turismo convencional, por vezes, não é capaz de oferecer.

⁵⁴ Resort com sistema *all inclusive*.

A partir da experiência de campo, acredita-se que dificilmente as iniciativas de TBC sobreviverão apenas do turista “responsável”. Ponta Grossa, por exemplo, dentre as três iniciativas estudadas, é o local que recebe o maior fluxo de turistas, se beneficiando diretamente da demanda de Canoa Quebrada – um destino turístico consolidado e com projeção internacional. Mitchell e Muckosy (2008) ressaltam a importância de ligar comunidades “pobres” aos grandes fluxos turísticos, citando como exemplo a Ilha Taquile, no Lago Titicaca, que inseriu comunidades locais a uma das mais importantes rotas de turismo da região, capturando, assim, uma pequena parcela do turista convencional. Tais realidades demonstram que uma iniciativa de TBC não precisa estar voltada apenas para o movimento do turismo responsável, podendo também se inserir e se beneficiar no/do mercado convencional.

6.6 ELEMENTO-CHAVE: QUALIDADE AMBIENTAL

Conforme exposto na revisão de literatura, a dimensão ambiental representa um aspecto relevante para o TBC. Para efeito deste trabalho, este elemento foi analisado sob duas perspectivas: o saneamento ambiental, considerado um importante componente para aferirmos a qualidade ambiental de uma localidade; e o manejo dos recursos, voltado para um entendimento de como a comunidade, do ponto de vista institucional e técnico, realiza a salvaguarda e a gestão dos recursos naturais locais. Embora o trabalho de campo tenha identificado no discurso dos entrevistados preocupações relativas à dimensão ambiental, as evidências encontradas apresentaram, sob os dois critérios, algumas práticas degradadoras e comprometedoras da qualidade ambiental dos territórios.

No que tange o saneamento ambiental, a gestão dos resíduos sólidos e de efluentes ainda representa um desafio na Prainha do Canto Verde e no Assentamento Coqueirinho. As soluções observadas em Ponta Grossa, por sua vez, dependeram diretamente de aporte externo, envolvendo o terceiro setor, recursos privados e o Estado (esfera Municipal). Infere-se, assim, que o aporte externo, voltado para atender às necessidades básicas, e urgentes, dessas populações é fundamental para garantir a qualidade ambiental de tais localidades.

Quanto ao manejo dos recursos naturais, entende-se que a comunidade não deve ser interpretada como um bloco homogêneo, onde todos compartilham os mesmos princípios e práticas. Há conflitos internos estabelecidos (Prainha do Canto Verde e Assentamento Coqueirinho) em torno do uso e salvaguarda dos recursos naturais locais, que revelam as divergências entre aqueles que defendem interesses individuais e os que atuam em prol de interesses coletivos; aqueles que possuem uma visão mais imediatista (curto prazo) e os que pautam as suas ações a partir de uma perspectiva de médio e longo prazo.

A partir dos resultados de campo, acredita-se que a associação do TBC a uma proposta pautada “em práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais”, na “preservação

do patrimônio natural” e no “respeito ao meio ambiente”, conforme apresentado por alguns autores, deva ser vista e utilizada com mais cautela. Alguns motivos são expostos a seguir:

Primeiro, embora seja possível identificar entre os membros envolvidos com o TBC o compartilhamento de valores e princípios comprometidos com a sustentabilidade ambiental de seu território - o que corrobora a hipótese de uma interface desta prática com questões ambientais - observa-se que esta não é uma proposta compartilhada pela comunidade como um todo, ou seja, tais valores e princípios não representam “a voz” da comunidade, e isto tem desdobramentos práticos, com consequências sensíveis na qualidade ambiental – dimensão compartilhada por todos pela sua característica essencialmente pública. Na Prainha do Canto Verde, por exemplo, todos os envolvidos com o TBC são a favor da Resex Terrestre. Estes, no entanto, são minoria, considerando que atualmente a maior parte da comunidade é contra o decreto da Resex Terrestre. No Assentamento Coqueirinho, dentre as 04 Associações Locais, somente a ACOOPAC atua no combate ao desmatamento, à caça e a venda ilegal da madeira. Neste sentido, a construção de práticas distintas em um mesmo território - algumas predatórias, outras de conservação - permite questionarmos se preservação do patrimônio natural local está de fato ocorrendo.

Segundo, as comunidades estudadas ainda estão na busca (luta) por seus direitos e liberdades fundamentais de primeira e segunda geração⁵⁵, necessárias e anteriores àquele direito fundamental de terceira geração, garantido na constituição Federal de 1988⁵⁶, em seu art. 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (...)”. Aparentemente, somente a partir da remoção de fontes de privação, como a pobreza, a negligência dos serviços públicos e a carência de oportunidades políticas e econômicas, é que essas comunidades poderão efetivamente se comprometer com a salvaguarda de seus recursos naturais. Assim, a dimensão ambiental deve ser vista dentro de um contexto mais amplo, que envolve aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

⁵⁵ Os direitos fundamentais de primeira geração, ligados ao valor liberdade, referem-se aos direitos civis e políticos. São direitos individuais com caráter negativo por exigirem diretamente uma abstenção do Estado, seu principal destinatário. Os direitos fundamentais de segunda geração, por sua vez ligados ao valor da igualdade, são os direitos sociais, econômicos e culturais. São direitos de titularidade coletiva e com caráter positivo, pois exigem atuações do Estado.

Disponível em http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20110211091833683&mode=print

⁵⁶ Disponível em http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf225.htm

CONCLUSÃO

Os elementos-chaves analisados, e os seus respectivos critérios e subcritérios, foram desenvolvidos a partir do arcabouço teórico do TBC. A aplicação deste *framework* de análise, em três iniciativas de turismo comunitário, possibilitou a verificação da efetividade de cada um e, por conseguinte, a sua real relevância como um aspecto constituinte para o TBC. Deste encontro entre a teoria e a prática conclui-se que:

A **Dominialidade** se destaca como a principal característica do TBC. O controle efetivo das atividades relacionadas ao turismo pela comunidade local é uma condição *sine qua non* desta proposta. Logo, sem a dominialidade não há turismo de base comunitária. É este elemento-chave que representa o estabelecimento dos direitos de propriedade⁵⁷ nas diversas dimensões da atividade, e é dele que decorre a criação de uma reserva de mercado em favor da comunidade e o desenvolvimento/fortalecimento de uma cadeia produtiva do turismo.

A **Organização Comunitária** também representa um elemento constituinte do turismo comunitário. Não há um modelo pré-determinado para esta Organização (forma e gestão), mas ela deve estar presente, como a representação legal dos interesses comuns dos envolvidos com o TBC dentro da própria comunidade e na sua interação com o ambiente externo. Não obstante, é necessário aprofundar as pesquisas sobre este elemento, buscando um melhor entendimento da influência e importância dessas Organizações para os seus membros, para a comunidade como um todo e, principalmente, o seu impacto no desenvolvimento turístico local.

Em relação à **Interculturalidade**, embora se reconheça que a conformação das iniciativas de TBC ofereça um ambiente singular e propício para a interação e a troca entre a população local e o turista, acredita-se que este elemento deva ser visto a partir de uma perspectiva *possibilista* e não *determinista*, deixando, assim, de representar um aspecto constituinte do turismo comunitário. Não conferir à interculturalidade um *status* de elemento-chave parte do entendimento que a demanda que consome este produto não deve se reduzir ao movimento do turismo responsável – formada por turistas que buscam experiências que possibilitem uma relação direta com as comunidades receptoras. Conforme percebido em Ponta Grossa - onde a maior parte da demanda é composta por turistas oriundos de Canoa Quebrada, motivados a conhecer a beleza natural e a culinária local - o turismo comunitário pode ser entendido como um processo de organização interna (dominialidade + organização comunitária) que não terá na prática da interculturalidade um de seus elementos sustentadores. Assim, a interação e a troca entre o turista e a comunidade não representa um pré-requisito para o TBC.

⁵⁷ Segundo Bromley (1993, p.15), “rights are **not** relationships between me and an object, but are rather relationships between me and other **with respect to that object**. Rights can only exist when there is a social mechanism that gives duties and binds individuals to those rights.”

A **Qualidade Ambiental** assume relevância nos territórios onde se desenrolam as práticas de TBC. Grande parte destas iniciativas tem relação (in)direta com áreas protegidas, o que reforça o vínculo entre o turismo comunitário e a conservação ambiental. No entanto, embora se reconheça uma preocupação ambiental entre os grupos envolvidos com o TBC, esta não se traduz em práticas sustentáveis para com o ambiente natural local. O percurso para se alcançar a qualidade ambiental está condicionado a uma série de variáveis (apoio externo, recursos financeiros, presença do Estado) que não estão sob o controle desses grupos. Em decorrência desta complexidade, defende-se que esta dimensão não deve assumir o *status* de elemento constituinte, e sim ser interpretada como uma *intenção* das práticas de TBC.

Finalmente, os dois elementos que apresentaram pouca relevância com as realidades estudadas foram a **democratização de oportunidades e repartição de benefícios** e a **integração econômica**. No primeiro, percebe-se pouca aderência entre a teoria e a prática. Acredita-se que trabalhar a temática do TBC a partir de uma perspectiva de contraposição ao mercado convencional é ilusório e descolado da realidade. Estes dois pontos (democratização e repartição) devem ser analisados e reconhecidos como possíveis desdobramentos da dominialidade (reserva de mercado/cadeia produtiva do turismo). Defende-se, assim, um redirecionamento da abordagem teórica deste elemento, menos apoiada em ideologias “não mercantis”, e mais focada no fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, potencializando, assim, o seu efeito multiplicador interno. A integração econômica, por sua vez, foi percebida como um processo inerente aos efeitos desencadeados, mais uma vez, pela dominialidade (reserva de mercado/cadeia produtiva do turismo), devendo ser interpretado como uma dinâmica mais orgânica e menos normativa. Daí a sua pouca consistência para compor os elementos-chaves do turismo comunitário.

Logo, dos 06 elementos-chaves analisados inicialmente, conclui-se que apenas dois devam permanecer como elementos fundamentais e essenciais do turismo comunitário: **Dominialidade** e **Organização Comunitária**. Dois deixam de representar elementos-chaves, e passam a receber outro *status*: **Interculturalidade/possibilidade** e **Qualidade Ambiental/intenção**. E, por fim, **Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios** e **Integração Econômica** também deixam de configurar como elementos-chaves, sendo, agora, interpretados como possíveis desdobramentos, efeitos e/ou intenções da dominialidade (Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios/ Integração Econômica) e da Organização Comunitária (Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios).

Elementos-Chaves do TBC

- **Dominialidade** efeito Integração Econômica
Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios
- **Organização Comunitária** intenção Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios

Possibilidade do TBC

- Prática da Interculturalidade

Intenção do TBC

- Qualidade Ambiental

Figura 58: Nova configuração dos elementos-chaves

Fonte: Elaborado pela autora

Dos seis elementos-chaves, construídos com base no arcabouço teórico do TBC, apenas dois (dominialidade e organização comunitária) mostraram aderência com as realidades estudadas. Os outros quatro elementos, por diferentes motivos, precisam ser trabalhados na teoria de outra forma, não sendo entregues como uma “realidade”, mas como possibilidades, intenções e desdobramentos desejáveis do TBC. Assim, este trabalho sinaliza para uma hierarquia entre os elementos-chaves inicialmente propostos, que, agora, podem ser reclassificados a partir de duas categorias: a primeira refere-se aos elementos fundamentais, ou seja, as condições essenciais (*sine qua non*) para que uma iniciativa turística seja classificada como uma experiência de “base comunitária”; a segunda, a despeito da sua importância, refere-se aos elementos subjacentes, que são desdobramentos desejáveis e/ou objetivos do TBC.

Para concluir, acredita-se que a presente dissertação ofereceu contribuições para o campo conceitual e instrumental do turismo comunitário:

Conceitual: No campo teórico, diante da amplitude conceitual do TBC, este trabalho contribuiu para uma delimitação desse campo de investigação. Dos seis elementos-chaves desenvolvidos com base na literatura, concluiu-se que apenas dois correspondem a aspectos constituintes do turismo comunitário: dominialidade e organização comunitária. Aponta-se, portanto, a necessidade de aprofundar os estudos em torno destes dois aspectos:

. A dominialidade pode ser explorada com mais profundidade e rigor por meio do princípio do “direito de propriedade” e a partir da moldura conceitual da economia, notadamente da escola dos institucionalistas. A aproximação do estudo do TBC com a escola institucionalista, além de oferecer novas perspectivas de análise, poderá suscitar o surgimento de novas instituições sociais (instrumentos, mecanismos e processos) que

fortaleçam e tornem mais presentes elementos como a integração econômica e a qualidade ambiental.

. A organização comunitária, no contexto do TBC, também precisa ser melhor estudada. Aqui, estudos empíricos que busquem compreender o papel dessas Organizações no desenvolvimento do turismo na localidade são necessários. Várias Organizações e centros de pesquisa hoje, no Brasil, desenvolvem trabalhos e sistematizam conhecimentos acerca do papel das Organizações Sociais em diferentes contextos (IEB, GTA, CNS) ⁵⁸. Uma exploração mais rigorosa e fundamentada na literatura acerca da formação e desenvolvimento de Organizações Sociais também pode sorver das fontes da Teoria dos Jogos, da Escolha Racional e da Economia Política, o que permitirá análises mais aprofundadas acerca dos tipos, estilos de formação e atuação, relevância para o desenvolvimento e integração político social e econômica dos grupos sociais em tela.

Nota-se, a partir das evidências empíricas levantadas, que o arcabouço teórico do TBC tende a caracterizar e descrever um cenário adjetivado e idealizado incondizente com a realidade estudada e descrita neste trabalho. Defende-se, aqui, que o turismo comunitário deve ser percebido antes como uma **atividade econômica** desenvolvida por um determinado grupo de atores e resultado de suas escolhas racionais⁵⁹.

Ademais, o volume das publicações acadêmicas brasileiras, além de limitado, não apresenta dados mensuráveis quanto a fluxo turístico, taxa de ocupação dos meios de hospedagem, processos de gestão e, principalmente, como a atividade turística de base comunitária tem de fato contribuído com a melhoria das condições de vida das localidades. Debruçar esforços de pesquisas sobre esses aspectos é importante, uma vez que trabalhos internacionais apontam que a dificuldade de acesso ao mercado e a má governança têm levado grande parte das iniciativas de TBC ao colapso financeiro.

Instrumental: O *framework* elaborado, e testado nas três iniciativas, apresenta-se como um instrumento de análise preliminar para iniciativas de TBC. Este instrumento, agora, passará por um novo delineamento e servirá como base para a construção de um conjunto de indicadores de análise e avaliação de iniciativas de TBC no Brasil. Uma proposta aprovada no Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº18/2012 viabilizará a continuidade do estudo. Pretende-se, nesse segundo momento, envolver *stakeholders* na construção de um instrumento, utilizando o programa *expert choice*, baseado no Método de Análise Hierárquica Multicriterial (MAH)⁶⁰.

⁵⁸ IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil); GTA (Grupo de Trabalho Amazônico); CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas)

⁵⁹ A Teoria da Escolha Racional está ligada à racionalidade cognitivo-instrumental e surgiu do “sucesso” da economia nas Ciências Sociais. Esse fator conduziu muitos cientistas a pensarem teorias em torno da ideia fundamental da “razão” e, mais do que isso, na ideia de que os indivíduos calculariam os custos e os benefícios prováveis de toda ação antes de decidirem o que fazer.

⁶⁰ O MAH é uma ferramenta de auxílio em tomadas de decisão a partir de variáveis de grandezas e de natureza diferentes (FRAGA, 2008)

Com base nesta dissertação e na continuidade da pesquisa, por meio da proposta aprovada no respectivo Edital, espera-se alcançar as seguintes contribuições no campo de estudo do turismo comunitário:

(i) A consolidação de um *framework de análise*, com base em indicadores, para o turismo comunitário poderá auxiliar tanto as iniciativas em curso, como àquelas em processo de desenvolvimento, apresentando uma série de parâmetros que precisam ser reconhecidos e fortalecidos em tais práticas;

(ii) A aplicação de um instrumento comum, em iniciativas diversas, possibilitará o início de um trabalho de sistematização da oferta turística do TBC no Brasil, evidenciando as melhores práticas, as fortalezas e as fragilidades de diferentes propostas em curso. A difusão desse material propiciará uma troca de olhares entre estas iniciativas, promovendo um intercâmbio de experiências, referências e aprendizados;

(iii) A criação de padrões e critérios específicos às práticas de TBC representará um marco conceitual de referência, e contribuirá para o combate dos excessos de rótulos atribuídos com base em julgamentos subjetivos;

(iv) A aplicação do instrumento proposto - e seus respectivos resultados - poderá oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para o turismo comunitário. Ao evidenciar as potencialidades e dificuldades enfrentadas pelas iniciativas em curso, o estudo sinalizará os campos que demandam maior concentração de esforços e investimentos por parte do poder público.

(v) Ao aproximar a teoria do TBC às suas práticas, o estudo promoverá a discussão sobre (outros) eventuais “hiatos” entre a estrutura conceitual/institucional e as iniciativas em curso - que correspondem a realidade das operações, eventos e processos do dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, M. A. C. **Indicadores de Cumprimento da Norma Ambiental na Preservação e Conservação da Vegetação em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- ALMEIDA, H. L. P. S. de. **Indicadores de Qualidade de Vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: O caso Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- ALMEIDA, H.L.P.S; PINHEIRO, J.C.V. **A arte da sustentabilidade da pesca na comunidade da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE**. XLII Congresso da SOBER. Cuiabá-MS. 2004. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/05P306.pdf>. Acesso em 26/01/2013.
- ARAÚJO, L.M; MOURA, F.B.P. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: Crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: CORIOLANO, L.N.M.T; VASCONCELOS, F.P. (Orgs.) **O Turismo e a relação sociedade-Natureza - realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Educe, 2007. p. 94-114.
- AREF ET. AL. **Tourism Development in Local Communities: As a Community Development Approach**. Journal of American Science. 6(2). p. 155-161, 2010.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE. **A Reserva Extrativista (RESEX) da Prainha do Canto Verde: 30 anos de luta para a conquista do direito ao território**. Prainha do Canto Verde: Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, 2011.
- BARTHOLO, R. “Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária”, In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 45-54.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BENEVIDES, I.P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo Desenvolvimento Local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-41.
- BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BLACKSTOCK, K. **A critical look at community based tourism**. Community Development Journal, volume 40, n° 01, p. 39-49, 2005.
- BORGES, M.C.J; COSTA, C.A. **Análise socioambiental do Assentamento Coqueirinho, comunidade da cidade de Fortim - Ceará - Brasil**. II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento-CEURCA, ISSN 2316- 3089.Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-Ceará-Brasil, 2012.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008 - Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária**, Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRITO, L.M.P. **Desenvolvimento local - alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo?** In: XXVI ENEGEP – Fortaleza/CE, 9-11 de Outubro, p. 01-08, 2006.

BROMLEY, D.W. ***Environment and Economy: Property Rights e Public Policy***. Cambridge: Blackwell, 1993.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: PCT-INCRA/IICA, 1999.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. **O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2012.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

BURSZTYN, I; et al. **Benchmarking: Prainha do Canto Verde**. Caderno Virtual de Turismo. V. 3, Nº 3, p. 18-32, 2003.

CEMBRA. **O Brasil e o Mar no século XXI**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.cembra.org.br/images/arquivos_download/2a_Ed_PDF.pdf. Acesso em 02/02/2012

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CLARKE, J. A. ***Framework of Approaches to Sustainable Tourism***. Journal of Sustainable Tourism, v.5, n.3, p. 224-233, 1997.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CONSELHO DE TURISMO. **Projeto de Desenvolvimento Turístico - Prainha do Canto Verde**. Prainha do Canto Verde: Conselho de Turismo, 1997.

CONSELHO DE TURISMO. **Regimento Interno do Conselho de Turismo Comunitário – CTC**. Prainha do Canto Verde: Conselho de Turismo, 2011.

CORDEIRO, I.D. et. al. **Considerações Sobre o Escopo de um Processo de Avaliação da Sustentabilidade do Turismo**. Turismo em Análise, v.20, n.3, p. 525-540, 2009.

CORDEIRO, I.D. et. al. **Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura**. In: Caderno Virtual de Turismo, v. 10, n. 2, p. 49-64, 2010. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/>. Acesso em 02/03/2010.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer**. In: Revista da Gestão Costeira Integrada, 8 (2), p. 277-287, 2008.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L.N.M.T; LIMA, L.C. (Orgs). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: Eduece, 2003. p. 26-44.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O Turismo Comunitário: Indícios de Mudanças. In: CORIOLOANO, L.N.M.T (Org.). **O turismo nos discursos, nas políticas e no controle à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 97-213.

CORIOLOANO, L.N.M.T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R., SANZOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.

CORIOLOANO, L.N.M.T.; FERNANDES, L.M.M. Políticas de Turismo: Ações e Contradições da Realidade Cearense. In: CORIOLOANO, L.N.M.T; VASCONCELOS, F.P. (Orgs.) **O Turismo e a relação Sociedade – Natureza: Realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: Educe, 2007. p. 141-168.

COSTA, J.R. **Sustentabilidade Ambiental Local: O caso da comunidade pesqueira de Ponta Grossa-Icapuí-Ceará-Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CRUZ, R.C.A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R., SANZOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

DE OLHO NA ÁGUA (Fundação Brasil Cidadão). **Guia de Referência**: Ecocentro Ipec e Editora mais Calango, 2009.

DIEGUES, A.C. **O mito da Natureza Intocada**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

EMERSON, R. FRETZ, R; SHAW, L. *Writing Ethnographic Fieldnotes*. [S.l.], [s.n], 1995.

FAURÉ, Y.; L, HASENCLEVER (Orgs). **Caleidoscópio do Desenvolvimento Local no Brasil: Diversidade das abordagens e experiências**. Rio de Janeiro: E:Papers, 2007.

FRAGA, C.C.L. **Análise da Sustentabilidade de Trens Turísticos no Brasil**. 2008, Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Transportes - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, 2004.

HIWASAKI, L. *Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas*. Society and Natural Resources, vol. 19, p.133-143, 2006.

IPECE. **Perfil Básico Municipal**. Governo do Estado do Ceará, 2012. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2012. Acesso em 07/02/2013.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.

LENZ, T.C.Z. Arranjo socioprodutivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo**

comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 39-46.

LIMA, M.C. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos.** 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMA, M.C; SILVA, D.R.F. **Trabalho de campo na zona costeira do Ceará: por uma interpretação densa no percurso Fortaleza – Fortim.** Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, 2011. Disponível em www.geograficas.cfh.ufsc.br. Acesso em 08/02/2013.

LTDS, Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária.** Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ, 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 51-59, 2002.

MENDES, E.G; CORIOLANO, L.N.M.T. A prainha do Canto Verde: Locus de Resistência e Turismo Comunitário. In: CORIOLANO, L.N.M.T. LIMA, L.C. (Orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental.** Fortaleza: Educe, 2003. p. 173-196.

MENDONÇA, T.C.M. **Turismo e participação comunitária: ‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?’.** 2004. Dissertação (EICOS - Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDONÇA, T.C.M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

MIELKE, E.J.C. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária.** Campinas: Alínea, 2009.

MITCHELL, J.; MUCKOSY, P. **A misguided quest: Community-based tourism in Latin America.** Overseas Development Institute. 2008, p. 102-103.

MOCELLIN, A. D. **A Comunidade: Da sociologia clássica à sociologia contemporânea.** PLURAL, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.

NASCIMENTO, R. C. **Impactos sócio-ambientais de marambaias para a pesca de lagosta: O caso de Ponta Grossa, Icapuí-CE.** 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

OLIVEIRA et. al. **Praia de Ponta Grossa: Vestígios Arqueológicos da Ocupação Humana.** Fortaleza: LCR, 2012.

OMT - ORGANIZACAO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de Desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre: Bookman, 2003.

REDE TUCUM. **Relatório da VI Assembleia da Rede Tucum**. 2012.

SAARINEN, J. *Traditions of sustainability in tourism studies*. *Annals of Tourism Research*, vol.33, nº4, p. 1121-1140, 2006.

SAMPAIO, C.A.C. ALVES, F.K., FALK, V.C.V. **Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: Interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo**. *Revista Turismo Visão e Ação*. V.10, nº 02. p. 244-262, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. **Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. V. 3, nº 01, p. 4-24, 2009.

SAMPAIO, C. A. et. al. **Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável**. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23-30.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SEBRAE. **Cadeia produtiva do turismo: cenários econômicos e estudos setoriais**. Recife: SEBRAE, 2008.

SILVA, T.N. et al. **Turismo Rural: Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Assentamento Coqueirinho – Fortim/CE**. Apresentação Oral - Desenvolvimento Rural, Territorial e regional. 48º Congresso Sober - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

SILVA, K.T.P; RAMIRO, R.C; TEXEIRA, B.S. **Fomento a turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

SIMPSON, M.C. **Community benefit tourism initiatives – A conceptual oxymoron?**. *Tourism Management*. V.29, p.1-18, 2008.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

SPRADLEY, J. **The Ethnographic Interview**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1979.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.
UERJ/Curso de Turismo. **Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária**. Relatório Final, Julho, 2011.

WEAVER, D. B. **Comprehensive and minimalist dimensions of ecotourism**. *Annals of Tourism Research*. V. 32, nº 02, p. 439-455, 2005.

WWF-INTERNACIONAL. **Guidelines for community-based ecotourism development**. Disponível em: <http://www.panda.org/downloads/policy/guidelinesen.pdf>. Julho de 2001. Acesso em 20/05/10.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p. 55-75.

APÊNDICE – Questionários e Formulários aplicados em campo

Questionário A – Empreendimento Turístico
Comunidade: _____
1. Nome do empreendimento:
2. Categoria: ☐ Restaurante ☐ Barraca ☐ Pousada ☐ Hospedagem familiar ☐ Camping ☐ Outro: _____ ☐ Não sabe/ não respondeu
3. Capacidade: _____ ☐ Não sabe/ não respondeu
4. Possui CNPJ: ☐ Não ☐ Sim ☐ Não sabe/ não respondeu
5. Modelo de gestão: ☐ Coletivo (comunitário) ☐ Particular (familiar ou individual) ☐ Não sabe/ não respondeu
6. Quem é o proprietário? _____ ☐ Natural (nascido na comunidade) ☐ Não natural. Quanto tempo reside na comunidade: _____ ☐ Não sabe/ não respondeu
7. Quem é o gestor? _____ ☐ Natural (nascido na comunidade) ☐ Não natural. Quanto tempo reside na comunidade: _____ ☐ Não sabe/ não respondeu
8. Nº de empregos gerados: Fixos: _____ Eventuais: _____ ☐ Não sabe/ não respondeu
9. Origem da mão de obra: Familiar: _____ Local: _____ Externo a comunidade: _____ ☐ Não sabe/ não respondeu
10. Aquisição de bens e serviços da economia local para a operação do empreendimento?

- () Não
() Sim. Quais bens/serviços?
() Não sabe/ não respondeu

11. Comercialização de produtos (culinária, artesanato, pescado, produção agrícola etc) da comunidade para os visitantes?

- () Não
() Sim. Quais?
() Não sabe/ não respondeu

12. Participa de alguma organização local?

- () Não
() Sim. Qual?
() Não sabe/ não respondeu

13. Como o empreendimento gere:

Resíduos sólidos (lixo): _____

Efluentes (esgoto): _____

Questionário B – Organização Local

Comunidade: _____

1. Nome da Organização: _____

() Não sabe/ não respondeu

2. Histórico/Atuação: _____

() Não sabe/ não respondeu

3. Modelo de gestão da organização:

() Cooperativa

() Associação

() Outro: _____

() Não sabe/ não respondeu

4. Tempo de existência da organização: _____

() Não sabe/ não respondeu

5. Existência de mecanismos institucionais (estatuto, código de conduta, regimento interno etc)?

() Não () Sim. Qual (is)? _____

() Não sabe/ não respondeu

6. Nº de participantes: _____

() Não sabe/ não respondeu

7. Frequência dos encontros: _____

() Não sabe/ não respondeu

8. Atividades desenvolvidas pela organização (histórico de projetos):

09. A organização conta com apoio técnico externo (Universidade, ONG, Governo etc)?

() Não

() Sim. Quais/como?

() Não sabe/ não respondeu

10. A organização conta com o apoio financeiro?

- () Não
() Sim. Quais/como?
() Não sabe/ não respondeu
- _____

11. Existem acordos comunitários/mecanismos financeiros empreendidos pela Organização que contribua para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística e para a democratização de oportunidades no acesso dos membros da comunidade às atividades relacionadas ao turismo?

- () Não
() Sim. Qual?
() Não sabe/ não respondeu
- _____

Formulário A - Caracterização da Localidade

Comunidade: _____

Período campo: _____

Município: _____ **Estado:** _____

Macro-região: _____

Distância de Fortaleza- CE: _____

Acesso: _____

População Total: _____

Breve histórico da comunidade: _____

Características gerais do ambiente: _____

A comunidade está inserida em uma Unidade de Conservação (UC):

() Não

() Sim. Qual categoria? _____

Comunidade é formada por:

() Agricultores Familiares

() Pescadores

() Assentados

() Indígenas

() Quilombolas

() Comunidades urbanas – favelas, periferia

() Ribeirinhos

Outro? _____

Principal fonte de renda da comunidade: _____

Fontes de renda complementares existentes na comunidade: _____

Levantamento dos equipamentos e atrativos turísticos da Comunidade

Tempo de existência do turismo comunitário na comunidade: _____

Meios de Hospedagem (pousada, hospedagem familiar e camping):

Espaço para eventos:

Festividades e Manifestações Culturais:

Alimentação (restaurantes, barracas e bares):

Passeios, trilhas e outras atividades oferecidas ao visitante:

Serviços oferecidos ao visitante (translado, lavanderia etc):

Monitores e guias:

Ponto de comercialização de artesanato e outros produtos locais:

Organizações locais existentes na comunidade:

Formulário B – Aspectos Ambientais da Comunidade

Comunidade: _____

Saneamento Ambiental:

1. Resíduos sólidos:

1.1. Existe coleta pública de resíduos sólidos?

() Não

() Sim. Caso a resposta seja positiva:

Frequência: _____ Destinação: _____

1.2. Existe coleta seletiva?

() Não

() Sim

Frequência: _____ Destinação: _____

1.3. A comunidade empreende alguma iniciativa para gerir seus resíduos sólidos?

() Não

() Sim. Como?

2. Efluentes:

2.1. Existe coleta pública de águas residuais (esgoto)?

() Não

() Sim. Totalmente ou parcialmente? _____

2.2. A comunidade empreende alguma iniciativa para o tratamento das águas residuais (esgoto)?

() Não

() Sim. Como?

3. Água:

3.1. Existe abastecimento público de água na comunidade?

() Não

() Sim. Totalmente ou parcialmente? _____

3.2. A comunidade utiliza águas pluviais ou outras fontes de abastecimento?

() Não

() Sim. Quais?

Manejo dos recursos naturais:

4. A comunidade empreende alguma ação de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais?

() Não

() Sim. Qual?

5. A comunidade desenvolve algum manejo específico para a gestão dos recursos naturais?

() Não

() Sim. Recurso/Manejo:

Formulário C - Com base no levantamento dos equipamentos e atrativos turísticos da comunidade, no diário de campo e na observação do pesquisador:

1. O visitante tem acesso às atividades econômicas tradicionais da comunidade?

() Não

() Sim

2. O visitante tem acesso às manifestações culturais locais (ofícios, celebrações, música, dança, rituais espirituais ou religiosos, tradições orais, mitos, lendas)?

() Não

() Sim

3. O visitante tem acesso à tradição culinária local?

() Não

() Sim

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL
-Reservas Extrativistas-
-Reservas de Desenvolvimento Sustentável-



MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis
DISAM - Diretoria de Desenvolvimento
Socioambiental

Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde - CE (Proposta de Criação)



Área aproximada da Proposta: 29.794,44 ha
Perímetro aproximado da Proposta: 82.377,17 m
Municípios: Beberibe/CE
Cartas Utilizadas: SB-24-X-A-III, na escala 1:100.000,
publicadas pelo IBGE.
Imagem Extraída Google Earth em 07/03/2007

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad-69

